

SABRINA SIMÕES CASTILHO

**RELAÇÕES AFETIVAS E PROCESSOS  
IDENTITÁRIOS DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM PROGRAMAS DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA  
PESQUISA COM OFICINAS DE GRUPO**

São João del-Rei  
PPGPSI-UFSJ  
2013

SABRINA SIMÕES CASTILHO

**RELAÇÕES AFETIVAS E PROCESSOS  
IDENTITÁRIOS DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM PROGRAMAS DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA  
PESQUISA COM OFICINAS DE GRUPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Sócio-educativos.

Orientador: Professor Marcos Vieira Silva.

Co-orientadora: Professora Marília Novais da Mata Machado.

São João del-Rei  
PPGPSI-UFSJ  
2013

SABRINA SIMÕES CASTILHO

**RELAÇÕES AFETIVAS E PROCESSOS  
IDENTITÁRIOS DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM PROGRAMAS DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA  
PESQUISA COM OFICINAS DE GRUPO**

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Marcos Vieira Silva (UFSJ) – Orientador

---

Profa. Dra. Marília Novais da Mata Machado (UFSJ) – Co-orientadora

---

Prof. Dr. Marcelo Dalla Vechia (UFSJ)

---

Profa. Dra. Maria Lúcia Miranda Afonso (Centro Universitário UNA)

São João del-Rei  
2013

*Dedico este trabalho ao meu esposo Carlos.*

*Às crianças e adolescentes dos programas de acolhimento pesquisados.*

*Aos meus orientadores Prof. Marcos e Profa. Marília.*

*Agradeço-lhes pelos anos de intenso aprendizado e trocas afetivas.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por todos os dias me dar oportunidades de renovar minha fé e manifestar minha natureza divina;

Ao meu marido, Carlos, por ser um companheiro dedicado, amoroso e compreensivo. Sou grata pelo apoio e paciência que teve nos momentos mais turbulentos;

À minha mãe, Maria Rosa, por seu amor incondicional e por não medir esforços em incentivar todos os meus projetos pessoais;

Ao meu pai, Jarbas, por ter me apoiado em toda minha trajetória acadêmica e se fazer sempre presente, mesmo à distância em outro plano;

Aos meus irmãos Edson, Saadh, Anderson e Stephane por estarem sempre torcendo por mim;

Às minhas amigas Yone e Renata pela nossa profunda amizade e pelos momentos de acolhimento e trocas afetuosas;

À minha terapeuta Márcia, por estar acompanhando meu crescimento pessoal e pela força em todos os momentos;

As colegas do mestrado Ivânia, Débora e Mayara, pelo companheirismo durante as orientações e pelas ricas trocas estabelecidas no decorrer da pesquisa;

Aos estagiários Luiz Felipe, Nádia, Simone, Lucilene, Vitor, Alexsandra, Fernando, Bárbara, Laila, Thayane, Cibele e Vivian, pela enorme contribuição para a concretização dessa pesquisa;

Ao meu orientador prof. Dr. Marcos Vieira, pela amizade e acolhida nos momentos conflituosos e nos mais felizes, pela excelente orientação nesses anos de trabalho;

À profa. Dra. Marília da Mata Machado, co-orientadora, pela acolhida no momento em que o orientador estava licenciado. Agradeço pela receptividade, disposição e pelo acompanhamento excepcional no decorrer desta pesquisa;

À Dra. Maria Lúcia Afonso membro externo da banca de avaliação dessa pesquisa, fonte de inspiração para o trabalho com oficinas de grupo;

Ao prof. Dr. Marcelo Dalla Vechia membro interno da banca de avaliação dessa pesquisa, pela receptividade e afeto;

À MM. Juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca de São João del-Rei pela participação e contribuição com esse trabalho;

Ao meu colega de trabalho Mauro, por ser um parceiro perseverante e dedicado no trabalho com as crianças e adolescentes das instituições de acolhimento;

Às coordenadoras, gestora, crianças e adolescentes da Casa Lar “Amar é Simples” e do Abrigo Regional de Santa Cruz de Minas que se dispuseram a participar desta pesquisa.

*Não haverá borboletas se a vida não passar por  
longas e silenciosas metamorfoses. Rubem Alves*

## RESUMO

A presente pesquisa, realizada no Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ/MG), investigou a identidade e a afetividade de crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional. A partir da realização de Oficinas de Grupo (Afonso, 2006), do estudo da estruturação e funcionamento de dois programas de acolhimento institucional e da consideração da legislação vigente, este trabalho analisou e descreveu os processos de produção da identidade e das relações afetivas de crianças e adolescentes inseridos nos programas. As oficinas foram fotografadas, filmadas, gravadas e transcritas. A análise buscou articular o discurso produzido nas oficinas com o contexto grupal e institucional no qual os sujeitos pesquisados estavam inseridos. As intervenções apontaram que, na construção de suas identidades, as crianças e adolescentes criam estratégias de proteção de suas individualidades e estabelecem processos de identificação com a família, associados a sentimentos de angústia, saudade, carinho e admiração. Na análise do contexto socioinstitucional, verificaram-se predicações atribuídas às crianças e adolescentes que reforçam uma identidade socialmente estigmatizada. Os gestores apontam o acolhimento institucional como um recurso de proteção devido às condições de vulnerabilidade das famílias. As crianças e adolescentes vivenciam a situação de acolhimento com sentimentos de ambivalência. A longa permanência nas instituições associa-se a conflitos, principalmente relativos ao projeto de vida que envolve voltar logo para casa, rever a família e amigos, trabalhar e namorar. A articulação dos resultados das oficinas com as informações de contexto mostrou uma disparidade entre os sentimentos e expectativas das crianças e as preocupações dos gestores. Enquanto as crianças colocam questões identitárias e afetivas, os representantes legais veem como desafiante o cumprimento do Estatuto e atribuem as dificuldades encontradas à falta de apoio do poder público local e à infraestrutura inoperante. Diante de uma declarada omissão e/ou negligência do poder executivo para garantir aos infantes a proteção que a legislação lhes assegura, o poder judiciário centralizou as decisões, com implicações na vida das crianças e adolescentes acolhidos.

**Palavras-chave:** Oficinas de Grupo, produções identitárias, afetividade, acolhimento infanto-juvenil.



## ABSTRACT

The following survey, done at the Master Program in Psychology at Universidade Federal de Sao Joao del-Rei (PPGPSI-UFSJ/MG), investigated the identity and the affectivity of kids and teenagers inserted in programs of institutional reception. After doing the group workshop (Afonso, 2006), the study of structure and function of two institutional reception programs and the consideration of the effective legislation, this task analyzed and described the process of the identity production and the kids and teenagers' tender relations inserted in the programs. Pictures were taken of workshops. They were also filmed, recorded and transcribed. The analysis tried to articulate the speech produced during the workshops with the group and institutional context in which the researched subjects were inserted. The interventions showed that, on the construction of the identities, kids and teenagers create strategies of personalized protection and establish process of identification with the family, associated with feelings of distress, affection and admiration. In the analysis of the social institutional context, predictions attributed to kids and teenagers which reinforce the stigmatized social identity were observed. The directors points the institutional reception as a resource of protection needed because of the families conditions vulnerability. The kids and teenagers live the reception situation with the feeling of ambivalence. The long stay at the institutions is associated with conflicts, especially related to the life project that involves going back home, seeing the family and friends, working and dating. The articulation of the results of the workshops with the information of the context showed a disparity between the feelings and the kids expectations and the directors' worries. While the kids make identity and caring questions, the legal representatives see how challenging the fulfillment of the statute and assign the difficulties found to the lack of the local public power and to the inoperative infrastructure. Because of declared omission and/or negligence of the executive power to guarantee the children the protection that the legislation ensures, the judiciary power centralized the decisions, with implications at the life of the accepted kids and teenagers.

**Key words:** group workshops, identities productions, tenderness, reception kid-juvenile

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: CINCO SÉCULOS DE HISTÓRIA E MUDANÇAS</b> .....	20
O asilamento de crianças no Brasil Colônia e Império.....	21
A infância, a institucionalização e o progresso do Brasil republicano.....	23
A intervenção jurídica e estatal sobre os menores – A Doutrina da Situação Irregular.....	25
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Doutrina da Proteção Integral .....	28
O papel da Política Nacional de Assistência Social na defesa dos direitos de crianças e adolescentes .....	32
O que vimos até aqui: mudanças e permanências na assistência à infância e juventude .....	36
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>PROCESSOS IDENTITÁRIOS E RELAÇÕES AFETIVAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS</b> .....	39
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS</b> .....	51
Procedimentos para obtenção das informações.....	57
Tratamento das informações.....	62
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>O CONTEXTO SOCIOINSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE PESQUISADO</b> .....	66

<b>CAPÍTULO 5: A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE E A VIVÊNCIA DA AFETIVIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PESQUISADAS</b> .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	99
<b>APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	105
<b>APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM A COORDENAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO</b> .....	107
<b>APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURA COM A JUÍZA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</b> .....	108
<b>APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO</b> .....	109
<b>APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM CONSELHEIROS TUTELARES</b> .....	112

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD – Análise de Discurso

BH – Belo Horizonte

CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência

CEJA – Comissão Estadual Judiciária de Adoção

CNCA – Conselho Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREPOP – Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAPIP – Laboratório de Psicologia e Intervenção Psicossocial

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SPA – Serviço de Psicologia Aplicada

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFSJ – Universidade Federal de São João del- Rei

## INTRODUÇÃO

Na graduação em Psicologia, a experiência de realização de pesquisa entre os anos de 2005 e 2007, no projeto *A música e suas articulações identitárias: um estudo histórico analítico em corporações musicais de São João del-Rei e região*, vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP)<sup>1</sup> da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), permitiu-me investigar nuances do processo de produção da identidade e das relações afetivas em grupos musicais.

Ao revisitar as discussões fomentadas naquele estudo, evidenciou-se a questão da produção da identidade, incluindo a transitoriedade dialética entre o individual e o coletivo que demarca um movimento de *idas e vindas* em torno dos projetos grupais. A identidade individual e coletiva é produzida a partir do autoconceito de um indivíduo, do reconhecimento de pertença a um ou mais grupos e dos sentidos emocionais que constrói socialmente.

As vivências cotidianas são atravessadas pelas manifestações de afetividade, seja na experiência particular diante de um determinado evento ou nas interações em contextos grupais. Castilho e Vieira-Silva (2011) discutem sobre os sentimentos e as emoções, entendidos como expressões de afetividade constituídas subjetivamente pelos indivíduos. A afetividade está presente no desenvolvimento das atividades grupais, permeando o processo de produção da identidade.

As articulações entre as categorias sociais identidade e afetividade configuram-se como um dos pilares em pesquisas e projetos de extensão do LAPIP. Subsidiados em reflexões teóricas de Martín-Baró (1989), Pagès (1982), Ciampa (1994), Lane (1998), Vieira-Silva (2000), entre outros, os estudos empíricos desenvolvidos buscam uma produção do conhecimento articulada às questões sociais emergentes, além da participação ativa dos sujeitos, grupos, instituições e comunidades no processo de investigação.

Para a realização desta pesquisa que tem como temas centrais a identidade e a afetividade de crianças e adolescentes institucionalizados, foram selecionadas duas

---

<sup>1</sup> Criado no Departamento de Psicologia UFSJ, em junho de 2000, o Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) congrega uma gama de projetos em diversos campos (saúde, trabalho, educação e práticas sociais) e tem como marca fundamental a produção de conhecimento articulada à intervenção psicossocial e socioeducativa.

instituições municipais de acolhimento infanto juvenil localizadas no interior de Minas Gerais: a *Casa Lar Amar é Simples* de São João del- Rei e o *Abrigo Regional* de Santa Cruz de Minas, ambas vinculadas à Vara da Infância e Juventude de Comarca da São João del- Rei/MG<sup>2</sup>.

A partir de um levantamento bibliográfico em periódicos científicos, relatos de pesquisa, dissertações e teses, verifiquei que a problemática da criança e do adolescente institucionalizados representa uma dimensão relevante de estudo na atualidade. Há uma diversidade de articulações teóricas e metodológicas acerca da institucionalização infanto juvenil. Embora haja uma vasta produção de conhecimento na área, constatei que ela continua incitando novas possibilidades de pesquisa, em função das frequentes transformações sociais, principalmente, no âmbito da reformulação de leis que subsidiam as práticas socioassistenciais.

Em relação ao número de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, encontrei dois mapeamentos nacionais realizados nos anos de 2003 e 2012, respectivamente. No levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e adolescentes da Rede SAC/MDS, realizado pelo IPEA, verificou-se que cerca de 20 mil crianças e adolescentes, entre as quais a maioria meninos (58, 5%), afros-descendentes (63%), faixa etária de maior concentração entre 7 e 15 anos (61,3%), viviam em abrigos (Brasil, 2003).

No sistema da Corregedoria Nacional de Justiça, dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) apontam o mapeamento das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento ou em acolhimento familiar em todo o país. No levantamento realizado em agosto de 2012, havia cerca de 41.823 crianças e adolescentes em unidades de acolhimento, sendo a maioria do sexo masculino (22.020). O número de entidades de acolhimento no país abarcou o total de 3294. No cenário de Minas Gerais, o número de entidades de acolhimento atingiu a marca de 501, com atendimento a um total de 5.829 crianças e adolescentes (Brasil, 2012). Vemos que no período de quase 10 anos entre as duas pesquisas, o número total de crianças e adolescentes inseridos em instituições de acolhimento foi mais que o dobro.

---

<sup>2</sup> Obteve-se junto à Vara da Infância e Juventude de São João del Rei/MG a autorização para mencioná-la no texto desta pesquisa, assim como os nomes das instituições de acolhimento. No entanto, ressalta-se que ficou acordado, também, no termo de consentimento, que seria mantido o anonimato das crianças e adolescentes que participaram da pesquisa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, é um marco na área da atenção à infância e juventude. A partir dele buscou-se discutir sobre a reformulação das tradicionais instituições de abrigo de crianças abandonadas, órfãs ou perigosas. Alguns estudos discutem a importância do reinvestimento no universo institucional, visando-se superar os estigmas que o classificam como lugar do fracasso, de forma a promover um acolhimento e proteção mais efetivos (Arpini, 2003).

As instituições de acolhimento responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes vítimas de direitos violados, devem priorizar a excepcionalidade e provisoriedade dessa medida, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, e suprir as necessidades imediatas e futuras desses sujeitos, zelando pela integridade física e emocional dos mesmos (Borba & Paludo, 2010).

Apesar das melhorias nos espaços institucionais após o ECA, ser encaminhado para uma instituição de acolhimento provoca profundas transformações na vida de crianças e adolescentes. O ambiente familiar é substituído pela instituição, os laços de parentesco e amizade podem ficar suspensos e fragmentados. Aquilo que interfere na constituição da identidade desses sujeitos fica exposto a uma ameaça extrema, pois, na definição de quem somos, o parâmetro básico é nossa filiação à família e à comunidade onde nascemos (Parreira & Justo, 2005).

A história de vida das crianças e adolescentes institucionalizados é, geralmente, marcada por situações de sofrimento e vitimização protagonizadas pelos próprios genitores. Para muitos, a reinserção no âmbito familiar de origem tornou-se uma possibilidade descartada, uma vez que a gravidade da violência intrafamiliar resultou na destituição do poder familiar. Suas histórias de vida nem sempre são devidamente acolhidas e, muitas vezes, elas se perdem no dia-a-dia da instituição (Arpini, 2003).

Em agosto de 2008, fui contratada para exercer o cargo de psicóloga junto à instituição Casa Lar Amar é Simples e, em 2009, com a inauguração do Abrigo Regional, foi-me solicitada a realização de intervenções junto a um grupo de crianças dessa instituição. A cada dia, complexos desafios eram lançados. Compreender o universo da criança institucionalizada, levando em conta as variáveis psicossociais e institucionais, bem como os sentimentos diante da fragmentação dos vínculos familiares, demandava-me sensibilidade, consistência teórica e técnica.

No cotidiano, era observável a necessidade emergente das crianças criarem novos vínculos que lhes assegurassem bem-estar e confiança. Esse processo de inserção e adaptação social é permeado de contradições, com manifestações de afetividade e



emoções extremas e ambivalentes. Trata-se de um contexto no qual se dá um processo dialético em torno do que se foi, do que se é e do que se busca ser, ou seja, do movimento permanente de produção da identidade de cada criança ou adolescente institucionalizado.

No processo de produção da identidade, as vivências do presente e do passado carregam sentidos e significados relevantes para o indivíduo. Essa é a razão pela qual se percebe a necessidade de resgatar a riqueza dessas experiências. A criança ou adolescente não abandona sua história passada ao entrar na instituição. Ao contrário, ela é permanentemente atualizada na vivência institucional. As marcas do vivido se configuram como uma voz interna que, muitas vezes, se nega a calar; mas nem sempre é verbalizada. O corpo e suas emoções entram em cena, “falam”, às vezes chegam a “gritar”, mostrando-se muito mais que as pretensões conscientes.

Em 2009, a convite de uma professora da graduação em Psicologia da UFSJ, compartilhei com os alunos minha experiência como psicóloga das instituições de acolhimento. A partir desse contato, foi possível estabelecer parcerias para a realização de atividades de avaliação psicológica de algumas crianças.

A experiência com os alunos da graduação, orientando-os nos atendimentos realizados, e as discussões em torno da viabilização de outros focos de intervenção fomentaram a construção de um projeto de estágio, com o estabelecimento de um convênio entre as instituições de acolhimento e a Coordenadoria do Curso de Psicologia, no ano de 2010. Assim, oficinas grupais com as crianças, adolescentes e os cuidadores foram sendo delineadas.

Nesse período, estive às voltas com as reflexões sobre esse fenômeno social complexo e multifacetado que circundava meu cotidiano de trabalho: a institucionalização de crianças e adolescentes. Minha experiência de pesquisa com grupos musicais, respaldada no embasamento teórico da Psicologia Social, serviu-me como ponto de partida para construir uma proposta voltada para a investigação da identidade e da afetividade de crianças e adolescentes institucionalizados.

A pergunta de pesquisa aqui apresentada se apoia no conhecimento acumulado nos últimos anos acerca da institucionalização infanto juvenil. Visa-se conhecer o tipo de identidade que está sendo produzida nos contextos pesquisados e o que se depreende, no discurso das crianças e adolescentes, sobre as relações de afetividade entre elas, com a instituição e com suas famílias.

Portanto, elegi como objetivo principal descrever e analisar os processos de produção da identidade e de vivência de relações afetivas em crianças e adolescentes no contexto socioinstitucional dos dois programas municipais de acolhimento infanto-juvenil, a partir da realização de oficinas de grupo.

Outros objetivos nortearam a pesquisa, sendo eles: a) descrever os dois programas de acolhimento de crianças e adolescentes estudados, comparando as suas representações e práticas com as diretrizes previstas pelos estatutos legais, em especial, pela Lei n. 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pelas Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasil, 2009a), pela Lei 12.010/2009 e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009b);

b) compreender e analisar como as crianças e adolescentes vivenciam, afetiva e simbolicamente, a experiência de institucionalização com implicações para a sua identidade individual e coletiva;

c) analisar como a organização do acolhimento institucional participa do processo de produção da identidade de crianças e adolescentes acolhidos, tal como estudado nos grupos.

A partir das intervenções pautadas na perspectiva dos processos grupais e institucionais, a Oficina de Grupo (Afonso, 2006) facilita e fortalece as formações identitárias e vinculares, constituindo-se como um espaço que propicia o vivenciar da afetividade, o desenvolvimento da comunicação, da cooperação, da solidariedade e da aprendizagem entre os participantes. Além do referencial metodológico das Oficinas de Grupo, foram utilizados outros procedimentos da pesquisa qualitativa como entrevistas, observações, diários de campo e análise de documentos. As oficinas foram realizadas ao longo dos anos de 2011 e 2012. Os encontros foram fotografados e gravados, em vídeo e áudio, as informações foram transcritas literalmente. Para o tratamento das informações coletadas optou-se por utilizar os pressupostos da Análise de Discurso (AD).

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, mais as considerações finais.

No capítulo 1, foi abordada a história da assistência social a crianças e adolescentes no Brasil desde o período colonial até os dias atuais.

No capítulo 2, foi abordada a conceituação dos processos identitários e das relações de afetividade, procurando-se problematizar os aportes teóricos de autores clássicos da

psicologia como Pagès (1982), Henri Tajfel (1983), Lane (1989), Martín-Baró (1989), Ciampa (1994) e a temática da institucionalização de crianças e adolescentes.

No capítulo 3, são descritos todos os procedimentos metodológicos utilizados.

No capítulo 4, é feita a descrição do contexto socioinstitucional pesquisado, além da análise e comparação das práticas institucionais com as normativas prescritas.

No capítulo 5, é apresentada a análise do discurso das crianças e adolescentes pesquisados, a partir de indicadores do processo de produção da identidade e das relações de afetividade.

Nas considerações finais, abordo minhas compreensões gerais acerca desse estudo e assinalo as mudanças que ocorreram na minha relação com os contextos pesquisados.

## **CAPÍTULO 1: A ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: CINCO SÉCULOS DE HISTÓRIA E MUDANÇAS**

O termo *programa de acolhimento institucional* é uma construção dos tempos atuais, advinda das discussões e reformulações políticas e socioassistenciais acerca da institucionalização de crianças e adolescentes vítimas de direitos violados. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, e das Políticas de Assistência Social, têm-se novas referências para acolher a criança e o adolescente em instituições, levando-se em conta a multiplicidade dos determinantes socioculturais encontrados no contexto brasileiro.

Ao longo deste capítulo, buscou-se resgatar o percurso histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, sem a pretensão de uma exposição exaustiva. Nuances que evidenciam não só a estruturação e o funcionamento das instituições, mas também os aspectos ideológicos e políticos que alimentam e mantêm determinadas práticas foram colocadas em destaque. Nessa construção, procurou-se, inclusive, realizar uma leitura acerca da concepção de infância e juventude, no que concerne à produção da identidade das crianças e adolescentes ao longo da história.

Constata-se na literatura corrente (Borba & Paludo, 2010; Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Vectore & Carvalho, 2008) que, em nosso país, sempre existiu uma forte cultura institucional, que persiste até o presente, apesar de importantes mudanças ocorridas, principalmente no âmbito da legislação promulgada no final da década de 1980.

A atual história da assistência a crianças e adolescentes tem como precursoras práticas de natureza repressiva e coercitiva, voltadas às crianças órfãs e abandonadas, mantidas ao longo de décadas. A partir de reflexões e mobilizações em vários setores sociais, muitas dessas intervenções foram questionadas e abolidas.

A assistência à criança desamparada passou por várias fases em nosso país e teve características marcantes relacionadas ao modo de produção, organização social e política vigentes. Em determinados períodos históricos alguns elementos foram

dominantes, mas, na passagem de uma fase a outra, concepções e práticas se perpetuaram.

Explicitamos primeiramente, o surgimento dos primeiros asilos para órfãos e expostos no Brasil Colônia. Nesse percurso focalizamos as instituições do tipo internato de menores que, a partir do século XVIII, visavam à educação de crianças pobres, fossem elas órfãs, indígenas ou negras e, nos séculos XIX e XX, a reabilitação dos menores abandonados e delinquentes.

No que se refere ao momento atual, trataremos das concepções referentes à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a garantia dos direitos relativos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade (Brasil, 1990, art. 4º), principalmente no que diz respeito à preservação dos vínculos familiares e comunitários, em detrimento do encaminhamento para programas de acolhimento institucional.

Temos vislumbrado no decurso do século XXI que a legislação e as políticas públicas direcionadas à infância e juventude têm passado por diversas modificações. Considerando a relevância desse processo, procuraremos assinalar a repercussão dessas transformações em torno da defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

### **O asilamento de crianças no Brasil Colônia e Império**

No período colonial não existiam instituições especiais de proteção e acolhimento às crianças, configurando-se um cenário de ausência do Estado. Era a primeira fase, denominada assistência caritativa, na qual o acolhimento de crianças tinha um caráter individual. Famílias sem vinculação biológica acolhiam crianças abandonadas. O ato de caridade possibilitava às famílias estimular o exercício da compaixão para poder salvar a alma. Sustentada por uma moral cristã, que reforçava a ideia de expiação de culpas por meio do investimento em ações de caráter humanitário e altruísta, esse tipo de assistência à infância também funcionava como um acréscimo de mão de obra passiva e gratuita para algumas famílias (Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Vectore & Carvalho, 2008; Zaniani & Boarini, 2011).

As primeiras ações assistenciais voltadas à infância surgiram a partir do século XVIII. Em 1726, foi importado de Lisboa o modelo de abrigo conhecido como *Roda dos expostos*<sup>3</sup> ou *Roda dos enjeitados*, por iniciativa das Santas Casas de Misericórdia. A primeira instituição foi criada no Estado da Bahia em 1726 e, posteriormente, em outras regiões brasileiras: Rio de Janeiro em 1738, Pernambuco em 1789, São Paulo em 1825, Minas Gerais em 1831. Oriunda da Itália, misto de caridade e filantropia vinculadas à assistência religiosa, a Roda dos expostos tinha como objetivo proteger do abandono, cada vez mais crescente nas cidades, bebês e crianças pobres ou enjeitadas. Essa modalidade de atendimento foi extinta no Brasil somente na República (Arantes, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004; Vectore & Carvalho, 2008; Zaniani & Boarini, 2011).

Por meio do sistema da Roda, muitos bebês deixaram de ser expostos ao abandono nas ruas e portas de igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo ou que não tinham condições de criá-lo. Nesse sistema, dois problemas foram levantados, o primeiro ligado à escassez de recursos e o segundo ao elevado número de bebês encaminhados às Casas de Expostos (Rizzini & Rizzini, 2004).

Em decorrência das condições insalubres, a mortalidade infantil alcançava números alarmantes, cerca de 70% entre os anos de 1852 e 1853 (Sierra, 2004). Como alternativa a tal situação, organizou-se um atendimento na forma de criação externa à Santa Casa de Misericórdia, com a contratação de amas-de-leite. Embora frequentemente acusadas de maus tratos, os números mostraram que a criação externa diminuía a mortalidade (Rizzini & Rizzini, 2004).

No século XVIII, iniciou-se um processo de educação de órfãos e órfãs. As primeiras instituições foram instaladas por religiosos em várias cidades brasileiras; eram irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero. O regime de funcionamento seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. O restrito contato com o mundo exterior era característica marcante dos colégios para meninos e meninas recolhidos (Rizzini & Rizzini, 2004).

---

<sup>3</sup> Objeto cilíndrico preso no muro das antigas casas de misericórdia onde se depositava a criança. Desta forma, era possível evitar o reconhecimento da mãe e ao mesmo tempo impedir o genocídio infantil (Sierra, 2004).

O Estado também passou a ser convocado a tomar providências pela situação crítica nas quais se encontravam as crianças nas Casas de Misericórdia. Em meados do século XIX, decretos do governo imperial estabeleciam normas relativas à formação educacional de meninos desvalidos. Além de serem asilados e de receberem instrução, deveriam ser submetidos ao aprendizado de um ofício (Sierra, 2004).

Segundo Arantes (2010), havia uma polêmica entre os representantes das Câmaras municipais que *sempre relutaram em aceitar assistir às crianças expostas, considerando esse um encargo acima de suas possibilidades* (p.07). Porém, uma lei sancionada em 1828 impunha que a Assembleia Legislativa Provincial seria a responsável pelos custos dos expostos junto às Casas de Misericórdia. Com essa medida, a Roda de Expostos estava sendo oficializada como uma prestação de serviço do Estado.

Nesse período, constata-se uma assistência de cunho caritativo religioso às crianças desvalidas, órfãs e abandonadas concomitantemente às primeiras iniciativas do Estado que, posteriormente, passaram por diversas transformações.

### **A infância, a institucionalização e o progresso do Brasil Republicano**

A segunda fase da assistência à infância surgiu no Brasil no final do século XIX. A intervenção política modificou completamente o sentido religioso da assistência à criança desvalida, passando a buscar legitimidade na ciência. Sob influência da filosofia iluminista e liberal, reforçada pela industrialização e urbanização europeia, essa fase, denominada filantropia científica, se tornava a pedra angular das ações de proteção à infância nesse período. A questão do abandono de infantes ganhou maior visibilidade e passou a fazer com que o governo e a sociedade criassem instituições e políticas públicas que pudessem arcar com ela (Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004; Zaniani & Boarini, 2011).

Nesse contexto, a elevada taxa de mortalidade de bebês nas instituições, provocou forte reação no sentido de recorrer à Medicina na produção de um conhecimento que pudesse embasar uma prática centrada no cuidado com o corpo, em detrimento da ideologia da salvação da alma. O quadro sanitário permanecia precário no decurso do século XIX. Os altos índices de mortalidade infantil eram vistos como o *flagelo nacional e social*. Esse quadro era um obstáculo eminente perante o futuro

promissor vislumbrado à nação republicana (Oliveira & Próchno, 2010; Zaniani & Boarini, 2011, p. 274).

O ideário de progresso e civilização norteou os programas educacionais nesse período. A instalação de escolas públicas primárias e internatos para a formação dos meninos pobres visava à instrução elementar e o ensino de ofícios mecânicos. A formação profissional predominava nos estabelecimentos governamentais masculinos. A reprovação do ato de abandonar crianças estava pautada na ideologia da sua valorização como o futuro e riqueza da nação. Para ilustrar esse contexto, recorreremos às passagens de Rizzini e Rizzini (2004) e Oliveira e Próchno (2010), respectivamente,

Os asilos para crianças pobres sofreram mudanças gradativas rumo à secularização da educação. Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas (p. 24).

É então posta em questão a representação que se coloca, (...) no século XIX no Brasil, do valor econômico, de mercado, que se atribui à criança como potência econômica. Esta teria não apenas o sentido de força braçal produtiva mas também o de reforço para as forças militares, o que significaria que toda perda humana seria um prejuízo para o Estado (p.70).

Essa modalidade de assistência ao público infantil, com a criação de aparatos sociais e institucionais, criava uma nova representação da criança como força potencial de trabalho, vista como elemento primordial para o progresso da nação. Os ditos *homens de ciência* defendiam a concepção de que a morte precoce de uma criança constituía um prejuízo econômico para o Estado. Mancorvo Filho, médico higienista do século XX, empreendeu a criação de um modelo de proteção à infância através da implantação de uma educação higienista que elevaria o patamar do Brasil como uma grande nação (Zaniani & Boarini, 2011, p.275).

No caso de meninas órfãs e desvalidas, constatam-se diferenças em relação aos meninos nas práticas de assistência, proteção e educação. O recolhimento era garantido em recintos femininos, criados por religiosos. Órfãs de ambos os pais ou somente de pai e filhas de casamento legítimo, eram essas as condições que indicavam a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai. O asilo substituiu a tutela paterna, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade (Rizzini & Rizzini, 2004).



As denominadas indigentes, filhas naturais de mães pobres, ou órfãs desvalidas também eram acolhidas pelas irmandades e ordens religiosas em asilos próprios, inicialmente separados dos recolhimentos para órfãs legítimas. Postas as distinções sociais que demarcavam a existência de rígidas hierarquias, o encaminhamento para o matrimônio era condição favorável ao recebimento de um dote para iniciar uma vida de boas esposas e mães cristãs (Arantes, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004).

A demanda por uma intervenção efetiva do poder público tinha outra faceta, referente ao combate a uma enfermidade social emergente nesse período: a criminalidade infantil. Diante da aspiração pela construção de uma sociedade civilizada, em face das alterações na forma de produção do trabalho e das condições socioeconômicas, a desassistência à infância agravaria o referido problema, que aos olhos dos médicos e juristas, ganhava um caráter de *endemia*. Nesse contexto, vê-se um paradoxo, no qual a infância, antes reconhecida como sinal de esperança para o futuro da nação, passa a ser vista como objeto de ameaça à manutenção da ordem social (Zaniani e Boarini, 2011, p. 277).

### **A intervenção jurídica e estatal sobre os menores – A Doutrina da Situação Irregular**

Nos primórdios do século XX foram instituídas políticas públicas para a população pobre. A terceira fase da institucionalização de crianças no Brasil foi caracterizada pela assistência e proteção à infância. Tal investida, paradoxalmente, abrigava uma preocupação com a proteção da sociedade, uma vez que a criança desassistida poderia ser uma ameaça social (Feitosa, 2011; Oliveira & Próchno, 2010; Zaniani & Boarini, 2011).

Nesse período foram criados os primeiros códigos de leis direcionados à infância desvalida. O instituto da adoção foi regulamentado no Código Civil, em 1916. O Estado começou a assumir a responsabilidade pela infância necessitada, após uma Carta dos Direitos Universais da Criança, criada em 1924 e aperfeiçoada em 1959 na Declaração Universal dos Direitos da Criança (Oliveira & Próchno, 2010).

A movimentação em torno da elaboração de leis para a proteção e assistência à infância foi intensa, culminando na criação, no Rio de Janeiro, do Juízo de Menores e na aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por Mello Mattos – primeiro juiz

de menores do país. Esse primeiro Código indicava o começo da elaboração de regulamentações que fundamentariam a política de direitos para menores e instituiria a Doutrina da Situação Irregular. Práticas assistencialistas estavam vinculadas ao trabalho da justiça e defendiam a aplicação de medidas de prevenção, tratamento, recuperação, educação e proteção do menor, em detrimento das medidas punitivas (Oliveira, 2004; Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004).

Através do Juízo de Menores, iniciou-se um processo de avaliação da situação do menor, que passara a ser objeto de intervenção do Estado. O modelo de atuação, que permaneceu até meados da década de 1980, instituiu diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre o comportamento do menor (Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004).

Autoridades públicas discutiam sobre a falta de um método de caráter científico no atendimento ao menor no país. Com a instauração da justiça de menores, foram incorporados, na assistência, conceitos e técnicas provenientes das áreas profissionais emergentes, como a psiquiatria, as ciências sociais e a já mencionada medicina higienista. O modelo do inquérito policial foi adaptado para a prática jurídica e aplicado na forma de inquérito médico-psicológico e social; através dele realizava-se a identificação dos menores, encaminhamentos, transferências e desligamentos das instituições (Rizzini & Rizzini, 2004).

No início do século XX ocorreu a instalação de colônias correcionais para menores, com a criação de instituições como os Reformatórios, Institutos Correcionais ou escolas de reforma especiais para menores. A escola de reforma tinha como fundamento a ideia de recuperação do chamado menor delinquente; buscava-se corrigir os menores indisciplinados ou que estavam em situação de risco. As estratégias de correção eram definidas pelo disciplinamento, rigor na aplicação das regras institucionais e obediência aos superiores. A permanência do menor nessas instituições era mantida até que ele fosse considerado um sujeito reformado e normal (Feitosa, 2011; Rizzini & Rizzini, 2004).

Com o início do Estado Novo, em 1937, houve uma crescente ideologização dos discursos dos representantes do Estado no atendimento aos menores. A intervenção junto à infância tornou-se uma questão de defesa nacional. A assistência centralizada, almejada nesse período, foi implantada pelo governo de Getúlio Vargas que, em 1941, fundou o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Com a instalação do SAM, a identificação de problemas e carências das instituições centra-se no menor; as

dificuldades de viabilizar as propostas educacionais do serviço são projetadas no assistido, considerado *incapaz, subnormal de inteligência e afetividade*, e portador de uma *agressividade* superestimada (Rizzini & Rizzini, 2004, p.33).

No imaginário popular, o SAM era identificado como uma instituição para prisão de *menores transviados e escola do crime*. De fato, a passagem pelo SAM os tornava temidos e indelevelmente marcados. Na construção dessa imagem, a imprensa teve papel relevante assumindo uma posição ambígua, pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos que passavam pelas instituições de reforma. Esse modo de conceber e tratar os menores nos indica uma relação contraditória: proteção *versus* punição. Ao mesmo tempo em que a própria legislação determinava os direitos dessa parcela da população, visava defender a sociedade dos efeitos danosos que porventura ela pudesse produzir (Oliveira, 2004; Rizzini & Rizzini, 2004, p.34; Sierra, 2004).

Um decreto sancionado em 1943, decreto-lei nº 6026, ficou conhecido como Lei de Emergência e alterava a categoria de menor delinquente para infrator e incluía medidas mais rigorosas, de acordo com a avaliação da sua periculosidade. A situação irregular era definida considerando-se atos de abandono e negação de direitos fundamentais dos menores, assim como a transgressão das normas do Direito Penal (Oliveira, 2004; Sierra, 2004).

Em ambas as situações, os menores eram retirados do convívio social e protegidos pelo aparato estatal. Os menores em situação irregular pela violação de direitos eram alvo do olhar de piedade e cobrava-se do Estado o encaminhamento deles para abrigos. Aos que transgrediam a lei eram indicados internatos para infratores. O trabalho feito nas instituições visava à proteção, educação e capacitação dos infratores. Nelas os internados eram isolados e treinados até a sua regeneração. Uma vez recuperados, eram vistos como úteis e dóceis, podendo então voltar ao convívio social (Oliveira, 2004; Oliveira & Próchno, 2010; Sierra, 2004).

Desde meados da década de 1950, autoridades, políticos e diretores do SAM condenavam as ações realizadas nesse serviço, dentre elas o excesso de centralização, fraudes e violência contra os internados. As denúncias contra o SAM se tornaram frequentes, ficando comprovada a ineficiência do sistema, popularmente conhecido como *sucursal do inferno*. A proposta era a criação de um novo instituto (Ayres, et. al, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004, p. 35; Sierra, 2004).

Em 1964, foi criada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) que teve suas diretrizes fixadas pelo governo Castelo Branco na forma da lei nº 4.513, de 1/12/1964. Nesse período foram fundadas a Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – órgão federal normativo, e as Febem – Fundação do Bem-Estar do Menor – estaduais, órgãos executores. Como órgão normativo, a Funabem não tinha como objetivo o atendimento direto, mas sim o planejamento, a coordenação da ação assistencial e o estudo do menor (Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004).

Nesse ponto, dois enfoques distintos no atendimento ao menor são destacados. A intervenção passou de correccional/repressivo para assistencialista. A valorização da vida familiar e a integração do menor à comunidade passaram a ser defendidas. Tais perspectivas trouxeram implicações na representação do menor, que passou a ser reconhecido como um indivíduo repleto de carências biopsicossociais, para o qual deveriam a ser criados centros de atendimento especializados, na tentativa de suprir ou minimizar suas necessidades. Além disso, o mote internar em último caso figurou com insistência na produção discursiva dessa política (Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004).

O novo Código de Menores instaurado em 1979 criou a categoria menor em situação irregular que, não muito diferente da concepção vigente no antigo Código de 1927, expunha as famílias populares à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza. Tais regulamentações – Código de Menores 1927 e 1979 – tiveram seu caráter restritivo superado com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em julho de 1990 (Rizzini & Rizzini, 2004).

### **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Doutrina da Proteção Integral**

Até meados da década de 1980, abrigar era o paradigma central na assistência à infância. Orfanatos, lares, educandários, internatos de menores, dentre outras, eram as designações das entidades voltadas ao atendimento de menores órfãos, carentes e delinquentes, mantendo a concepção de isolamento e confinamento.

A partir dessa fase, que antecedeu à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a reivindicação e a mobilização pela defesa de direitos dos cidadãos brasileiros se generalizavam na sociedade. Ocorreram intensos debates sobre a institucionalização de menores, envolvendo setores governamentais e da sociedade

civil<sup>4</sup>, articulações entre organizações e criação de subsídios legais. A concepção que passou a ser defendida era a busca de alternativas à internação (Feitosa, 2011; Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004).

Nesse período, profissionais de diferentes áreas do conhecimento empreenderam estudos que ressaltavam as consequências nefastas da institucionalização sobre o desenvolvimento infanto-juvenil, além de apontarem os altos custos de manutenção das instituições. Denúncias eram veiculadas pela imprensa e depoimentos publicados em diversos livros. Havia, ainda, a pressão social imposta pelos próprios meninos e meninas internados, expressa nas rebeliões, fugas e protestos (Rizzini & Rizzini, 2004).

Nesse processo de mudanças, foi-se percebendo que tal tema era cercado de mitos, *como o de que as crianças denominadas de menores – institucionalizadas ou nas ruas – eram abandonadas; o mito de que se encontravam em situação irregular (...), ou de que a grande maioria fosse composta por delinquentes* (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 47).

Crescia a compreensão de que o foco de análise acerca da situação social dessas crianças deveria considerar as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, como a má distribuição de renda e a desigualdade social. Assim, nesse contexto vemos uma infância reconhecida como desprotegida, produto de uma sociedade de classes permeada de contradições, que primeiramente desprotege e coloca essa mesma infância na condição de ser digna de proteção social (Zaniani & Boarini, 2011).

As discussões fomentadas nesse período levaram à inclusão do artigo 227, na Constituição Federal de 1988, que versa sobre os direitos da população infanto-juvenil. A questão central do processo de reformulação foi a substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma da lei federal nº 8069 em 1990.

A partir dessa legislação, inaugurou-se uma nova fase de proteção à criança e ao adolescente. O ECA atribuiu ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade na garantia, com absoluta prioridade, dos direitos à criança, ao adolescente e ao jovem: *direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à*

---

<sup>4</sup>Ayres; Cardoso & Pereira, (p. 130, 2009). (...) a sociedade civil encontrava-se mobilizada através do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que funcionava como rede de articulação em nível nacional, com maior autonomia com relação ao Estado, no sentido de defender a promoção dos direitos da criança e do adolescente. As autoras citam também uma mobilização no âmbito governamental, através das discussões realizadas pelos governos das unidades federadas e bancadas dos Estados nas duas casas do Congresso Nacional, com a realização do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Políticas Públicas para a Criança e o Adolescente (FONACRIAD).

*cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.* O Estatuto incorporou da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989, uma noção de cidadania infantil (Oliveira, 2004, p.369; Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004).

A instituição da Doutrina da Proteção Integral, respaldada na Constituição da República de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, atribuiu um novo contorno aos direitos arrolados à infância e juventude, alcançando uma amplitude até então inexistente na história brasileira da assistência social, promovendo uma revolução na forma de conceber e tratar as questões voltadas a esse público. É proposta a substituição do termo menor para criança e adolescente, reconhecidos como sujeitos de sua história. Entendia-se que essa nova terminologia teria uma conotação neutra, sendo aplicável sem qualquer distinção, em contraposição ao sentido negativo e restritivo do termo menor, até então visto como feixe de carências (Feitosa, 2011; Oliveira & Próchno, 2010; Zaniani & Boarini, 2011).

Durante muitos anos, a Doutrina da Situação Irregular foi o princípio paradigmático central no ordenamento jurídico referente à intervenção sobre os chamados menores. A partir da Doutrina da Proteção Integral, crianças e adolescentes foram reconhecidos como cidadãos que necessitam ser colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Tais mudanças trouxeram implicações na forma de atender às necessidades desse público, principalmente na definição das medidas específicas de proteção e na preservação dos elos da criança e do adolescente com sua família e comunidade (Feitosa, 2011; Oliveira, 2004; Rizzini & Rizzini, 2004).

Diante dessa mudança paradigmática houve uma forte pressão pelo fechamento dos grandes internatos. A FUNABEM transformou-se no Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) com o objetivo de apoiar a implantação da nova legislação brasileira. Começou-se a defender que o afastamento em relação à família e à comunidade limitava as perspectivas de desenvolvimento da criança. No capítulo III do Estatuto (Seção I, Art. 19) consta que *toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.*

Nesse sentido, a instituição abrigo passou a ser constituída com função de zelar e proteger a criança e o adolescente por tempo determinado ou indeterminado,

reivindicando, mediante iniciativas judiciais, a volta às famílias de origem ou a destituição do poder familiar e, conseqüentemente, a entrada em processos de adoção (Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004).

A modalidade do atendimento era definida de acordo com a natureza e a gravidade das condições sociais e familiares da criança e do adolescente. Um dos focos das intervenções era voltado para famílias que não detinham condições para manter seus filhos. Falta de recursos, pobreza, orfandade, situações de abandono e de risco eram justificativas apontadas. Esse quadro social trouxe implicações nas novas terminologias institucionais (Rizzini & Rizzini, 2004).

Abrigos, Casas de Passagem, Casas Lares ou Casas de Acolhida eram destinados às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, vítimas de violação de direitos, momentaneamente sem referência familiar. O caráter de provisoriedade e excepcionalidade dessa medida de proteção foi um dos princípios expressos no Estatuto. Nos casos de privação de liberdade, para adolescentes em conflito com a lei, o encaminhamento era a internação (Rizzini & Rizzini, 2004).

A mudança de terminologia empregada tinha como objetivos provocar uma ruptura com as práticas de internação anteriormente instauradas e socialmente enraizadas, além de recriar diretrizes e posturas no atendimento à infância e juventude. Os antigos e tradicionais orfanatos foram abortados da função de internar crianças, assim como os lares, educandários e internatos para menores deixariam de existir, em tese. Novas nomenclaturas foram propostas às instituições de acolhimento, porém, muitas das práticas institucionais continuaram funcionando dentro da lógica da internação (Oliveira & Próchno, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Vectore & Carvalho, 2008).

Tal fato nos leva à constatação de que a promulgação de uma lei, não garante sua imediata e plena execução: *uma lei não funciona apenas pela imposição de um decreto, mas pelos efeitos que sua aplicação produz*. O que se vê em relação à estruturação da nova política de proteção à criança e ao adolescente é um confronto entre forças emancipatórias e conservadoras (Nascimento; Coutinho & Sá, 2010, p.105; Reis, 2010).

O Estatuto inicia uma proposta de mudanças na lógica de proteção, trazendo em suas linhas a garantia de direitos humanos e de cidadania à infância e juventude. No entanto, na prática, o que vigorou no período pós-promulgação do ECA foi a permanência da assistência social enviesada pela vitimização e benevolência.

Nos anos subsequentes, a assistência à infância passou por distintos desdobramentos e ganhou maior complexidade. O Estatuto vem passando por reformulações constantes,

o que tem gerado discussões controvertidas na sociedade, acirrando ainda o fosso entre o que a legislação prevê e sua execução.

### **O papel da Política Nacional de Assistência Social na defesa dos direitos de crianças e adolescentes**

A partir da Constituição de 1988, novas formas de representação e de participação na gestão da política pública para a infância e juventude foram identificadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou os princípios elencados na Constituição e apresentou elementos basilares para o exercício da cidadania, através da descentralização e da municipalização, o que favoreceu a participação dos cidadãos na fiscalização dos direitos preconizados nas legislações. O Estado, a sociedade e a família foram convocados a garantir, com prioridade absoluta, a defesa dos direitos às crianças e aos adolescentes, com destaque para a liberdade de direito à convivência familiar e comunitária (Borba & Paludo, 2010; Feitosa, 2011; Sierra, 2004).

Com o Estatuto foi instituída a política de atendimento dos direitos à infância e juventude que articula um conjunto de ações e organiza um sistema de defesa de direitos, envolvendo órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Assistência Social e entidades não governamentais. Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos, foram criados com a finalidade de controlar as ações da política de atendimento em compatibilidade com as necessidades locais. Os Conselhos Tutelares<sup>5</sup>, órgãos fiscalizadores, foram designados para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, intervindo nos casos em que tais direitos fossem ameaçados ou violados (Feitosa, 2011; Rizzini & Rizzini, 2004; Sierra, 2004).

Perante o desafio de garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, são deliberadas políticas públicas com posicionamentos contrários às situações de reclusão e perda das relações. No âmbito da assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742 de 1993, é caracterizada como política de proteção social que visa à garantia de seguranças de sobrevivência, de

---

<sup>5</sup> Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente, lei n. 8069 de 13 de julho/1990. (1990). Artigo 131: O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.



acolhida e convívio ou vivência familiar. Destacando-se esse último item, encontramos no texto da Política Nacional de Assistência Social a defesa pela manutenção das relações familiares uma vez que *é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade* (Brasil, 2005b, p. 32).

Em 2003, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, na qual foi apontada a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>6</sup>, com um modelo de gestão descentralizado e participativo. Requisito essencial da LOAS, o SUAS confere efetividade à assistência social como política pública de responsabilidade do Estado e direito de cidadania. A proposta central dessa política visa à superação da visão clientelista e assistencialista constituída em torno da assistência social (Brasil, 2005b).

Voltada para um grupo amplo e heterogêneo, a Política de Assistência Social contempla cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos. Aqui destacamos como parte do público alvo dessa política, famílias e indivíduos com perda ou fragilidade nos vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, identidades estigmatizadas, vítimas de violência advinda do núcleo familiar, dentre outros (Brasil, 2005b).

A proteção social no âmbito da assistência social é dividida em: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A Proteção Social Básica é destinada aos indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos. A PSB objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É previsto o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos através de ações diretas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e públicas de assistência social (Brasil, 2005b; Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

Aos indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, em virtude da violação de direitos e que não contam com a proteção e cuidado de suas famílias, é organizada uma modalidade de atenção no sistema de Proteção Social Especial. A ênfase da PSE está na reestruturação dos serviços de abrigamento visando superar a

---

<sup>6</sup> Siqueira & Dell’Aglío (2011). Em 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo um conjunto de regras de operacionalização da Assistência Social no Brasil.

história brasileira de confinamento de crianças, adolescentes, jovens e demais indivíduos durante longos períodos em instituições asilares. Os serviços de proteção especial requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas ações. Possuem estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD)<sup>7</sup> e exige uma gestão compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos do Executivo e integram a rede socioassistencial (Brasil, 2005b; Siqueira e Dell’Aglío, 2011).

A Proteção Social Especial é dividida em média complexidade e alta complexidade. Em relação à primeira o atendimento é voltado para famílias e indivíduos cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Os serviços de alta complexidade visam garantir moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido a famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar. Nessa modalidade entram o Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Família Substituta, Família Acolhedora, dentre outros (Brasil, 2005b).

No que concerne aos direitos de crianças e adolescentes reconhecidos no Estatuto, pode-se aplicar medidas de proteção quando tais direitos forem ameaçados ou violados em virtude de ações de negligência advindas da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão da própria conduta da criança e/ou adolescente (Título II, Cap. I, Art. 98). Em qualquer dessas circunstâncias, a aplicação da medida protetiva acolhimento institucional é uma possibilidade (Art. 101) (Borba & Paludo, 2010; Brasil, 1990).

Apesar do encaminhamento para programas de acolhimento institucional implicar na suspensão do poder familiar sobre crianças e adolescentes em situação de risco, é ressaltado no parágrafo 1º do artigo 101, o caráter de provisoriedade e excepcionalidade dessa medida, visto que tanto essa intervenção quanto o acolhimento familiar devem funcionar como forma de transição para a reintegração à família de origem ou, na impossibilidade dela, a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade (Borba & Paludo, 2010; Brasil, 1990; Feitosa, 2011).

---

<sup>7</sup> Brasil. Conanda. Resolução 113. (2006). Art. 1º: O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Quanto ao tempo de permanência da criança ou do adolescente em programa de acolhimento institucional encontramos a lei nº 12.010 de 2009, que dispôs alterações na lei nº 8.069 de 1990: *a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária* (Art. 19, parágrafo 2º).

Atentos às modificações constatadas na legislação, destacamos como relevante a prevalência da família, seja a de origem, extensa ou adotiva para a manutenção ou reintegração da criança ou adolescente ao convívio familiar em detrimento de qualquer outra providência (Brasil, 1990, art. 100, inciso X). Na garantia do direito à convivência familiar e comunitária, a política de assistência social brasileira sistematiza modalidades de Proteção Social Especial que tangenciam dois campos: o da preservação e o da reinserção familiar. Na proposta do SUAS, é condição fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção básica e especial, com centralidade na família (Siqueira e Dell’Aglío, 2011).

Visando-se a viabilização das ações de promoção do direito à convivência familiar e comunitária, foi produzido em 2005 o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária<sup>8</sup>. Tal documento constituiu-se como um objeto de discussão após anos de vigência do ECA.

Verifica-se nesse processo um novo panorama de ações que estão na contramão da lógica de internação que imperou na história da assistência à infância em nosso país. O desenvolvimento de projetos que envolvem o apoio às famílias em situações de vulnerabilidade, passa a ser fator imprescindível para a efetivação de uma política que visa, em suas linhas, a superação do caráter benevolente e caritativo da assistência social.

---

<sup>8</sup> As diretrizes e objetivos desse plano englobam: (1) ampliar, articular e integrar políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sociofamiliar; (2) difundir a cultura de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária, com ênfase no fortalecimento ou resgate de vínculos familiares; (3) priorizar o cuidado da criança/adolescente em seu ambiente familiar e comunitário seja em sua família natural, família extensa ou rede social de apoio; (4) promover o reordenamento institucional; (5) fomentar programas que promovam a autonomia do adolescente e/ou jovens egressos de programas de acolhimento; (6) aprimorar os procedimentos de adoção nacional e internacional, dentre outros (Brasil, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

## **O que vimos até aqui: mudanças e permanências na assistência à infância e juventude**

Buscamos com essa imersão na história da assistência à infância e juventude no Brasil entender os processos e transformações sociais numa ótica que não limite a história a uma evolução de fatos cronológicos, mas que identifique o encontro de forças produtoras de acontecimentos e alterações nas percepções e intervenções relativas a esse estrato social.

Com essa empreitada, pudemos estabelecer análises articuladas ao nosso objeto de estudo: os processos identitários e as relações afetivas de crianças e adolescentes institucionalizados. Pudemos explicitar a existência de um processo permanente de construção, desconstrução, mudanças e avanços concernente às legislações, às concepções sobre a infância em situação de vulnerabilidade social e às formas de intervenção sobre esses sujeitos, processo que se mantém em transformações contínuas, em consonância com as demandas sociais.

O modo de produção, organização social e política de cada momento histórico impuseram à infância atributos sociais que trouxeram implicações na vida de cada criança e adolescente submetido a intervenções. *Crianças órfãs, pobres, enjeitadas e abandonadas* eram colocadas nas Rodas dos expostos. Posteriormente, um novo atributo sobre a infância é estabelecido, ela passa a ser representada como força potencial de trabalho e elemento primordial para o progresso da nação. Já na fase da intervenção jurídica, a categoria *menor em situação irregular* é estabelecida e há diferenças de concepção e tratamento entre os *menores em situação de risco* e os chamados *menores infratores, delinquentes* ou *transviados*. Com a Doutrina da Proteção Integral, começou-se a construir uma noção de cidadania infantil. O termo menor é substituído pela categoria social *crianças e adolescentes como sujeitos de direitos*. A rede de serviços socioassistenciais construída em torno da garantia de direitos à infância e juventude envolve o compromisso e a participação de todos os setores sociais: Estado, famílias e sociedade civil.

Pudemos constatar, inclusive, mudanças ocorridas nas denominações atribuídas às instituições de acolhimento: *Lares, Orfanatos, Educandários, Internatos, Escolas de reforma, Abrigo, Casa de passagem, Casa lar, Casas de acolhida*. Como vimos nos estudos de Oliveira e Próchno (2010); Rizzini e Rizzini (2004); Vectore e Carvalho (2008), as mudanças na terminologia visavam provocar uma ruptura com práticas de

internação que geravam confinamento, isolamento e identidades socialmente estigmatizadas. No entanto, tais alterações não provocaram uma mudança imediata e significativa sobre as condições de vida das crianças e adolescentes acolhidos. O funcionamento e a estruturação das instituições, bem como as concepções e práticas dos agentes institucionais, de forma geral, não acompanharam esse mesmo ritmo de transformação. Modificaram-se as nomenclaturas, não a realidade de quem vivia nas instituições.

O ECA, como referência para uma política pública para a infância e adolescência, é por nós visto como um marco modificador de concepções e práticas. Mas, ele não fica isento do processo, muitas vezes moroso, que envolve sua efetivação. Após quatorze anos de vigência do Estatuto, é aprovada, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social que visou à construção, implementação e efetividade da assistência social como política pública, materializada através do Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

As discussões e reestruturações nesse campo têm ocorrido de forma permanente. Destarte, encontramos no Estatuto o termo *programa de acolhimento institucional* (art. 101), que visa um conjunto de ações contemplando o encaminhamento para entidades de acolhimento como medida de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos. Porém, tal medida não deve ser concebida como um fim em si mesmo, visto que o encaminhamento para instituições de acolhimento é parte de um sistema de medidas. A reintegração social da criança ou do adolescente junto à família possível, seja ela a de origem, acolhedora ou substituta, passa a ser uma questão de prioridade.

Apesar de todas as reformulações em torno da política de assistência à infância e juventude, encontramos diversos estudos que problematizam os desafios para o cumprimento do ECA.

As leis são elaboradas com o objetivo de garantir direitos de cidadania e proteção integral aos indivíduos, mas, muitas vezes, a forma como são interpretadas e executadas mascaram uma violência institucional. As instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, de um modo geral, são qualificadas como espaços de proteção dos direitos da infância, mas, muitas das ações executadas infringem a lei, provocando violações desses mesmos direitos, o que é visto pelos pesquisadores como um descompasso entre a legislação e as práticas cotidianas (Ayres, et. al, 2009; Fante e Cassab, 2007; Nascimento, 2010).

Essa conjuntura nos revela uma realidade social complexa. Infâncias são produzidas, constituídas na e pela história social. Essas infâncias também são produtoras de uma

cultura ao expressarem as marcas da sua subjetividade. Crianças e adolescentes estão imersos em um contexto social e institucional, atravessado por questões de ordem política e econômica. Articular o contexto macro social com nosso campo de pesquisa é uma tarefa instigante e desafiadora. Muitas questões ainda nos inquietam. Quais possibilidades de atendimento à criança e ao adolescente são empreendidas? Que modos de institucionalização estão organizados? Que implicações a institucionalização traz para a produção da identidade e da afetividade desses sujeitos?

O marco teórico de nossa pesquisa tem a concepção do homem como sujeito social, inserido num contexto sócio-histórico. A subjetividade humana se objetiva nas relações que o sujeito estabelece com o outro e com o mundo. Crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento são sujeitos plurais, toda a gama de experiências vividas no período de permanência na instituição atravessa os processos de subjetivação e o movimento de se reinventar permanentemente, como sujeitos de direitos. No capítulo subsequente, buscamos uma articulação teórica dos processos identitários e das relações afetivas de crianças e adolescentes institucionalizados.

## **CAPÍTULO 2: PROCESSOS IDENTITÁRIOS E RELAÇÕES DE AFETIVIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS**

No capítulo que se segue são apresentadas as conceituações das categorias identidade e afetividade, a partir da pesquisa *Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações*, tese de doutorado em Psicologia Social de Vieira-Silva (2000), do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei.

Para tal empreitada, foram revisitados os aportes teóricos de Pagès (1982), Henri Tajfel (1983), Lane (1989), Martín-Baró (1989) e Ciampa (1994), além da análise de pesquisas concernentes ao tema da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, visando-se problematizar a articulação entre as categorias temáticas com nosso objeto de pesquisa.

Na proposição de Ciampa (1994), identidade é movimento, é metamorfose. O processo de produção da identidade implica em possibilidades do indivíduo se transformar e se recriar na interação social. Dialogando com o autor, Maheirie (2001) complementa que a identidade é constantemente inventada pelo sujeito, em um processo aberto e inacabado.

A identidade é uma construção mediada pela linguagem, sendo exibida como uma *personagem, cuja vida e biografia aparecem como uma narrativa* (Ciampa, 1994, p.60). Nesse processo, o indivíduo procura contar para si e para os outros quem ele é, em sua particularidade. Como narrativa, a identidade tem dimensões simbólica, imaginária e afetiva (Vieira-Silva, 2000).

No livro *A Estória do Severino e a História da Severina* de Ciampa (1994), o personagem Severino tenta dizer quem é. Na tentativa de demarcar sua identidade, esbarra em semelhanças com outros tantos Severinos. Ele procura definir uma posição social, uma localização em uma determinada família, a região geográfica de onde é originário. Na busca da diferença, encontra a igualdade.

Para Ciampa (1994), *diferença e igualdade* aparecem como conceitos que nos permitem compreender a identidade. O processo de diferenciar-se e de igualar-se se dá sucessivamente, conforme a participação do sujeito nos grupos ao longo da vida. Ao se

relacionar com o outro, o sujeito manifesta uma parte de si que é o desdobramento de múltiplas determinações sociais. Na seguinte passagem, o autor nos diz:

Uma identidade configura uma totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, porém una. (...) O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc. (Ciampa, 1994; pp. 61, 64).

Segundo Lane (1981), a vivência em grupos possibilita aos sujeitos o estabelecimento de processos de interação e permite o confronto entre singularidades. Nessa trajetória, cada um constrói seu *eu* ao constatar as diferenças e as semelhanças em si mesmo e nos outros. *É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência de-si-mesmo* (Lane, 1981; p.16).

Na narrativa do personagem Severino, ele compartilha uma identidade coletiva com tantos outros “Severinos”; no entanto sua identidade pessoal permanece oculta. Persistir com a auto descrição associada a substantivos ou adjetivos, não se revela como uma estratégia satisfatória. No decorrer da narração, Severino se coloca em uma perspectiva histórica, falando de suas experiências do passado. Em um determinado momento, surge a consciência de que precisa se fazer verbo, fazer-se ação.

Ciampa (1994) afirma que a questão da temporalidade atravessa a produção da identidade. Passado, presente e futuro se interlaçam no processo de constituição do sujeito, que se define pela plasticidade, pelo seu vir-a-ser. *O humano é um vir-a-ser humano* (p. 36). Outro ponto sinalizado pelo autor é que a identidade está imbricada com a atividade produtiva de cada sujeito e com as circunstâncias sociais e institucionais que perpassam a realização da atividade. O significado que o sujeito atribui à sua condição vai produzindo uma nova identidade.

Em relação ao processo de produção da identidade de crianças e adolescentes institucionalizados, relembremos o período de funcionamento dos grandes complexos de internação, nos quais existia um sistema disciplinar de controle dos internados, que os segregava da sociedade e violava a identidade desses sujeitos. Mecanismos de enquadramento, como a aparência padronizada com o uso de uniformes, cabeças raspadas, dentre outros, ocasionavam uma supressão do eu e a produção de uma identidade marcada por um forte estigma social (Morais e cols., 2004).



Guirado (1986) afirma que a representação de alguns agentes institucionais, como os inspetores, ou da comunidade externa, a respeito dos internados, era, geralmente, associada à imagem da carência, da agressividade e do abandono. Denominados ora como infratores, abandonados ou assistidos, eram julgados como sujeitos problemáticos e com desvios de comportamento.

Orionte (2005) nos fala sobre a questão do abandono sofrido por crianças institucionalizadas e a condição de invisibilidade em que vivem. Quando não se investiga junto à criança quais suas preferências e interesses pessoais e é imposta a vontade do adulto, *a criança desaparece como sujeito para dar lugar a um “sujeito assujeitado”* (p.36). Assim, um dos elementos primordiais para a construção da subjetividade individual e social da criança é dar voz a ela.

Nascimento et al (2010) discutem o estigma institucional associado às crianças e adolescentes acolhidos. Nos estudos analisados são apontados déficits no desenvolvimento desses sujeitos decorrentes do processo de institucionalização: *problemas de atenção, dificuldade de aprendizagem, prejuízos em relação a mecanismos de defesa, excesso de agressividade, embaraços nas relações afetivas, dificuldade de expressão, carência de afetos* (p.109). Diante de tais constatações, é problematizada a existência de uma lógica determinista presente em alguns estudos, que atribuem uma identidade fixa às crianças e adolescentes institucionalizados, enquadrando-os em uma forma rígida de ser.

Assim, vê-se que a experiência de ser acolhido em uma instituição tem implicações sobre a produção da identidade de crianças e adolescentes. Tal processo é atravessado pelas práticas institucionais cotidianas, seja nas relações interpessoais que se dão em seu interior ou na convivência com outros grupos externos à instituição. O enquadramento da identidade desses sujeitos às suas circunstâncias de vida diverge do processo inacabado e multifacetado da produção da subjetividade.

Na mesma perspectiva da identidade individual, a identidade grupal pode ser compreendida como um processo de produção, em movimento permanente, articulado com a trajetória de um grupo em torno de suas atividades e de sua história. Lane (1989) nos diz que o significado da existência e da ação de um grupo só pode ser encontrado a partir da leitura da sua inserção em um contexto social e institucional e da análise das determinações econômicas, institucionais e ideológicas que o perpassam.

De acordo com Martín-Baró (1989), para que haja uma identidade grupal é preciso que exista uma totalidade, uma unidade entre os membros e, ao mesmo tempo,

que essa totalidade revele uma peculiaridade que permita estabelecer uma diferenciação perante outras totalidades.

Para Martín-Baró (1989), há três aspectos que configuram a identidade de um grupo: sua formalização organizativa, suas relações com outros grupos e a consciência de seus membros. Todo grupo se estrutura internamente em termos de regulação de ações e na determinação das condições de pertencimento. Essas normas podem ser formais ou informais, rígidas ou flexíveis, estáveis ou passageiras. Outros aspectos concernentes à formalização organizativa referem-se a como as funções e atribuições estão divididas entre os membros e como as tarefas estão sistematizadas.

A realidade de um grupo frente aos outros com os quais se relaciona revela vínculos de naturezas distintas, podendo ser positivos ou negativos, com colaboração ou competição entre os membros, ocorrendo processos de dominação, resistência ou submissão. Essas facetas constitutivas dos grupos integram, igualmente, um processo histórico que configura e mantém a identidade de cada grupo social. (Martín-Baró, 1989).

Henri Tajfel (1983) nos apresenta uma definição de identidade social útil e que se aproxima do conceito de identidade grupal apresentado por Martín-Baró (1989). A identidade social pode ser entendida como uma parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva do conhecimento da sua pertença a um grupo social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença. O indivíduo reconhece sua identidade em termos socialmente definidos, que se tornam realidade concreta para ele. Esse reconhecimento traz consequências a nível de pertença de grupo (Tajfel, 1983).

Martín-Baró (1989) nos aponta que há diferenças entre pertencer e ter consciência de pertencer a um grupo. A consciência de pertencimento dos membros permite a construção de uma relação subjetiva para além do fato concreto de fazer parte do grupo. Assim, a identidade grupal passa a servir de referência para a produção da identidade individual.

Adotar o grupo como referência pode significar diferentes modos de pertencimento subjetivo. O indivíduo pode ter com o grupo uma relação instrumental, com vistas a conseguir uma identidade socialmente conveniente ou atingir determinados objetivos. O grupo pode também servir como referência de orientação, valores e normas mediante as quais trata de regular o comportamento de seus membros.

O pertencimento subjetivo determina a existência do chamado grupo psicológico, o qual é entendido como um conjunto de indivíduos que se sentem e atuam como grupo e aceitam de alguma maneira essa situação. Em outros termos, esse conjunto de pessoas compartilha a mesma identificação social ou se define como sendo da mesma categoria social de membros. *O significado que a referência grupal tem para os membros depende de sua identificação com o grupo, ou seja, de sua aceitação do que o grupo é e de seus objetivos como algo próprio deles* (Vieira-Silva, 2000, p. 13).

Martín-Baró (1989) postula que consciência e identificação não encerram o mesmo conceito. No entanto, estão intrinsecamente relacionados e são relevantes para a identidade grupal. Um maior ou menor grau de consciência e identificação pode levar a um maior ou menor comprometimento dos indivíduos com os objetivos do grupo.

Neste ponto da discussão, relembremos que Tajfel (1983) nos mostra que a associação entre o significado emocional e o valor de pertença de um indivíduo a um ou mais grupos são aspectos importantes na constituição da identidade social. Assim, a contribuição de Max Pagès (1982) e sua teorização sobre afetividade se fazem igualmente relevantes.

Para Pagès (1982), a afetividade está presente de forma permanente nos grupos. Há fenômenos afetivos que lhes são subjacentes, no desenvolvimento de suas atividades.

Uma reunião de trabalho não progride, os participantes, entretanto, dispõem da informação necessária para tratar o problema. (...) Não parece existir entre eles conflitos insolúveis de interesses. Mas cada um guarda para si elementos de informação necessários aos outros. (...) Tudo se passa como se temores não formulados paralisassem os participantes, por exemplo, o temor de ser prejudicado ou explorado pelos outros, o temor de os ver se ligarem contra ele e de ser excluído, ou ainda outros temores. (p. 263)

Esses temores circulam inconscientemente e governam a vida do grupo. Eles possuem uma influência muito maior do que os dados objetivos presentes nas discussões. A explicitação do temor por algum membro pode ser a contrapartida na mudança de uma atmosfera grupal densa, podendo, assim, reavivar a discussão. Em certos momentos, a menção a uma dificuldade afetivo-emocional possibilita ao grupo rever sua posição diante dos entraves, permitindo assim que ele comece a se mobilizar na superação de suas dificuldades.

De acordo com Pagès (1982), há outras situações que indicam a presença de fenômenos afetivos subjacentes, a saber: a polarização entre dois subgrupos, geralmente

imobilizados em suas posições e se combatendo com argumentos estereotipados, a apatia, a depressão, o culto a uma ideologia, a escolha de bodes expiatórios, dentre outros. São manifestações de afetividade que aparentemente suprimem os conflitos, mas os mantêm nos *bastidores*.

No campo grupal há conflitos entre os indivíduos, mas também cooperação, além da representação de papéis e reprodução de ideologias, fenômenos que promovem a co-construção da compreensão do mundo. Os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos possibilitam que as instituições sejam incorporadas à experiência. Assim, ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social; ao interiorizar esses papéis, esse mundo se torna subjetivamente real para ele. A subjetividade do sujeito se objetiva na interação social. Ao mesmo tempo, na medida em que o indivíduo reproduz e produz os papéis sociais, faz com que eles sejam marcados por sua subjetividade (Afonso, 2006).

O desempenho nas esferas da vida em sociedade coloca para o indivíduo o desafio de integrar os papéis, de reunir as várias representações em um todo coerente, ou seja, construir uma representação de si, uma identidade. Através dessa identidade, o indivíduo busca reconhecer-se ao longo do tempo e nas diversas situações sociais em que está inserido (Afonso, 2006).

Refletindo a articulação dialética entre as categorias identidade e afetividade, tem-se como pressuposto a concepção de que há um movimento permanente de “idas e vindas” no processo de produção de identidades, que ora se fortalece ora se fragiliza. Na produção da identidade de um indivíduo ou de um grupo, as questões de ordem afetiva estão profundamente imbricadas, sendo a afetividade entendida em termos de emoções e sentimentos (Vieira-Silva, 2000).

Na concepção de Vieira-Silva (2000), *os sentimentos e as emoções permeiam, direcionam ou redirecionam as relações pessoais* (p.13). Assim, nossas reações frente a determinados fenômenos sociais e o modo como nos vinculamos a grupos e instituições, também são marcados pela afetividade.

No que diz respeito às instituições de acolhimento infanto-juvenil, pesquisadas pelo Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ há cerca de quatro anos, as interações grupais entre as crianças e os adolescentes, bem como os processos de produção de identidades e as manifestações afetivas demarcam um caráter de multiplicidade e não de homogeneidade. Ao entrarem na instituição, as crianças e os adolescentes se deparam com um universo novo. Quando já estão familiarizados,

vivenciam experiências de trocas afetivas entre os pares, formam pequenos grupos e interagem por processos de identificação e diferenciação. Regras e normas de pertencimento circulam nessas relações e mantêm a dinâmica dos pequenos grupos.

Cada criança ou adolescente institucionalizado traz consigo sua história pessoal, marcada por violências e rupturas de vínculos. A percepção e exteriorização dos sentimentos ligados à experiência de vida ocorrem de maneira muito particular. A convivência diária em um mesmo espaço, bem como o compartilhar do afeto em relação a retornarem ou não para a família, serem encaminhados para a adoção ou permanecerem na instituição até a maioridade, dentre outros aspectos, compõem uma atmosfera afetiva na qual se vai produzindo uma identidade coletiva.

Para Lane (1995), as instituições, de um modo geral, reproduzem e perpetuam ideologias, cujos valores garantem sua eficácia. O mesmo se verifica nas instituições de acolhimento pesquisadas, onde é mantida uma cultura institucional que procura delimitar ações, sentimentos e valores entre os seus agentes e as crianças e adolescentes acolhidos. É comum o estabelecimento de horários para as refeições, o lazer e os estudos, procurando enquadrar os sujeitos em uma rotina diária de disciplina e controle. Em relação a comportamentos desviantes e indesejáveis, são aplicadas repreensões e punições, justificadas pela manutenção da ordem e do respeito.

Uma particularidade do contexto estudado é a coletivização de objetos diversos, como roupas e brinquedos. Do ponto de vista da psicologia, tal prática denuncia o aniquilamento da subjetividade e, por vezes, a não abertura para a criação de um espaço de expressão da singularidade de cada criança ou adolescente.

Lane (1995) afirma que a dimensão ideológica é apreendida pelo sujeito por meio da esfera afetiva. Se esse conjunto de valores não for refletido ou decodificado pela linguagem, poderá ocorrer um processo de fragmentação que interferirá no desenvolvimento da consciência e nos aspectos constitutivos da afetividade, levando à cristalização da identidade.

Dessa forma, se o ambiente institucional mantém uma lógica de funcionamento pautada na repressão em detrimento do acolhimento afetivo, se as crianças e os adolescentes não encontram espaços para verbalizarem seus sentimentos, pode ocorrer um processo no qual a identidade, individual e coletiva, é permanentemente cerceada.

Estudos sobre crianças e adolescentes institucionalizados apontam que esses sujeitos traçam uma trajetória entre a convivência com a família de origem, com famílias substitutas e com as instituições de acolhimento. Nessas circunstâncias, a

ausência de referências sólidas para que as crianças e os adolescentes se vinculem a um grupo e se reconheçam como parte dele, afeta a identidade social desses sujeitos, que fica permanentemente exposta (Parreira & Justo, 2005).

A passagem temporária ou por um longo período no contexto institucional, pode revelar a existência de um processo de criação de vínculos com características múltiplas que envolvem negociação, trocas, sentimentos e emoções. Por outro lado, as desvinculações, decorrentes dos encaminhamentos judiciais, afetam a vida emocional e o comportamento dos envolvidos.

Um fator preponderante na construção da identidade da criança e da relação que ela estabelece com o outro diz respeito ao vínculo afetivo; em outros termos, refere-se às ligações afetivas e às trocas significativas estabelecidas entre as partes. Esse fator está intrinsecamente relacionado à capacidade do indivíduo se vincular a outro por meio de uma necessidade, acompanhada pelo sentimento de estar junto. A base vincular constitui o ponto de referência para a criança apreender o mundo circundante, significar suas experiências e desenvolver habilidades (Oliveira & Próchno, 2010).

A estrutura das relações vinculares é analisada por Pichón-Rivière (1989) com base no estudo das relações de objeto. Nessas relações incluem-se um sujeito e um objeto. A relação de objeto é a estrutura interna do vínculo; nela surge o modo particular pelo qual cada indivíduo se relaciona com o outro e com o mundo. A relação vincular é operacional, com influências mútuas do sujeito frente ao objeto e do objeto frente ao sujeito, cada qual cumprindo uma determinada função.

Nessa interação configuram-se vínculos distintos com um significado particular para cada sujeito. Nesse sentido, não há um único tipo de vínculo; todas as relações de objeto estabelecidas são mistas. Pode-se estabelecer uma relação mais amorosa ou mais agressiva, pode ser um vínculo mais operacional, com a manipulação da realidade, ou pode ser de natureza culpógena (Pichón-Rivière, 1989).

Enriquez (1990) nos fala de um caráter ambivalente na configuração do vínculo social. Diante dos adventos da alteridade, o vínculo social se tece e se rompe, ele se dá na relação com os outros e se declina em termos de amor e ódio ou aliança e competição. Em uma passagem, o autor nos diz que o vínculo social

nos faz compreender que os outros existem, não como objetos possíveis de nossa satisfação, mas como sujeitos de seus desejos; em outras palavras, como tão suscetíveis de nos rejeitar quanto de nos amar, de manifestarem vontades contraditórias às nossas, de representarem perigos permanentes não apenas para nosso narcisismo, como também para nossa simples

sobrevivência, e de serem, para nós, apesar de tudo isso, tão indispensáveis quanto o ar que respiramos (Enriquez, 1990; p.158).

O vínculo de dois é estabelecido em função de outros vínculos construídos historicamente na experiência do sujeito. *O vínculo é sempre um vínculo social, mesmo sendo com uma só pessoa; através da relação com esta pessoa repete-se uma história de vínculos determinados em um tempo e em espaços determinados* (Pichón-Rivière, 1989, p. 49).

As pautas de conduta acumuladas em relação aos vínculos e papéis que o sujeito desempenha nas suas interações sociais tornam-se inconscientes. A estrutura das relações vinculares é dinâmica e está em contínuo movimento, acionada por motivações psicológicas. Quando o sujeito deposita sobre o outro um determinado objeto interno, mediante o mecanismo de deslocamento ou de projeção, estabelece com ele um vínculo fictício (Pichón-Rivière, 1989).

Nesse processo, o que ocorre é a integração entre vínculos internos e vínculos externos num movimento de espiral dialética. O vínculo, que primeiro é externo, se torna interno, depois externo novamente, em seguida volta a ser interno, configurando permanentemente a fórmula da espiral dialética, dessa passagem do de dentro para fora e do de fora para dentro (Pichón-Rivière, 1989).

Nas relações sociais, sempre assumimos papéis e adjudicamos papéis aos outros. O permanente interjogo de assunção e adjudicação de papéis rege todas as relações sociais em um grupo social. É esse processo que cria a coerência entre o grupo e os vínculos dentro de tal grupo. À ideia de um papel individual tem-se que agregar o conceito de vínculo, na sua função de configurar uma estrutura social mais integrada (Pichón-Rivière, 1989).

O conceito de papel empregado em termos individuais pode ser estendido aos grupos. Na medida em que um adjudica e o outro recebe, estabelece-se entre ambos uma relação vincular. O vínculo estabelecido tende a se desenvolver dialeticamente chegando a uma síntese dos dois papéis que é o que caracteriza tanto o comportamento individual quanto o grupal (Pichón-Rivière, 1989).

Nas demais interações grupais, seja em um núcleo familiar ou em grupos institucionais, os membros estabelecem relações entre si e com outros grupos. Assinala-se aí a produção de vínculos de naturezas distintas, seja de submissão, de dependência ou quaisquer outros. As relações múltiplas inerentes à formação dos vínculos demarcam

um desenvolvimento psicossocial que torna possível a vida em grupo (Pichón-Rivière, 1989).

No que concerne ao processo de institucionalização, uma das sequelas da ruptura precoce de vínculos diz respeito ao nível em que a criança se vincula com outras pessoas. Algumas crianças com padrão de vínculo inseguro tendem a ser demasiadamente amigáveis com todos que se aproximam, na tentativa de obter segurança. Outras procuram evitar aproximações, devido ao temor de se envolverem e virem a se decepcionar. Criam barreiras afetivas como estratégia para evitar o sofrimento (Ballone, 2003; Mota & Matos, 2008).

A partir de outra perspectiva conceitual, a teoria evolucionista da vinculação, Bowlby (1982) nos apresenta a relevância da formação de vínculos. Ele aborda a manifestação de um comportamento de apego ligado a uma necessidade intrínseca no ser humano: a de se apegar a algo ou alguém para garantir sua sobrevivência. A criança ao nascer não tem a capacidade de cuidar de si mesma, de alimentar-se e de mover-se; ela, então, busca manter proximidade com outro indivíduo, geralmente a mãe ou o pai, se eles estiverem envolvidos no processo. Outro fator relacionado à questão da sobrevivência é a necessidade de afeto da criança, quando lhe é despertado o sentimento de estar inserido no mundo e de ser notado pelo outro.

À medida que a criança se desenvolve, esse sistema de vínculos vai assumindo novos contornos, sendo influenciado por representações internas do próprio eu, do outro e do mundo que a cerca. Esse conjunto de representações compõe uma estrutura dinâmica e reflete a história de interações com as figuras que lhe proporcionaram cuidados significativos (Mota & Matos, 2008).

O acolhimento, a oferta de cuidado, de segurança e provisão à criança são elementos fundamentais que configuram a relação entre pais e filhos. O comportamento de apego traz em si um sentimento mais forte do que qualquer outro comportamento manifesto pela criança (Bowlby, 2002). A presença da figura principal de apego traz segurança e tranquilidade para a criança. Em contrapartida, a ausência, sentida como uma ameaça de perda pode gerar angústia e ansiedade. Quando ocorre a perda de fato, a criança sente profunda tristeza.

Vinculação afetiva e separação são fenômenos inerentes ao processo da vida de um ser humano. Bowlby (2002) faz referência à angústia de separação, situação na qual a criança não conta com a presença da figura principal de apego e, a partir disso, podem emergir sentimentos como ansiedade e medo. Por outro lado, esses sentimentos poderão



incitar o sentido de auto proteção, auto conservação e expansão para a criança na passagem pelas várias etapas de crescimento até a fase adulta.

Em relação ao encaminhamento de crianças e adolescentes para instituições de acolhimento, o primeiro impacto sentido é o rompimento do vínculo com a família e com todo o sistema de referência: parentes, vizinhos, amigos e comunidade escolar. A ruptura dos vínculos com as figuras de identificação e apego envolve sentimentos de perda, abandono, medo e solidão. É uma experiência que coloca esses sujeitos em confronto com a realidade familiar, com a situação de vulnerabilidade a qual estavam expostos. Para muitos, o desejo de voltar para o seio familiar é um aspecto iminente, apesar dos maus tratos ou negligência sofridos, isso porque o sentimento de pertença a uma família é um fator de organização interna, proteção e referência pessoal (Mota & Matos, 2008).

No tocante às possibilidades de construção de novas relações vinculares no ambiente institucional, encontramos estudos que apontam fatores de risco e de proteção. A institucionalização, pela sua conotação de ruptura e perda, pode ser concebida como um fator de risco e de exposição da criança e do adolescente a uma nova condição de vulnerabilidade se o caráter de provisoriedade de tal medida não for respeitado. Ter a instituição como um lar definitivo não é uma condição esperada e adequada ao desenvolvimento infanto-juvenil, no entanto, na realidade, muitos ainda permanecem nas instituições por longos períodos, tendo esse ambiente como sua moradia (Mota & Matos, 2008).

Em alguns casos, a vivência institucional foi relacionada com danos permanentes acometidos ao indivíduo. Por mais estruturado que seja o ambiente institucional, o desenvolvimento psíquico das crianças e adolescentes que se encontram a anos institucionalizados, acaba por ser prejudicado. O atendimento padronizado, o elevado número de crianças em contraste com o reduzido quadro de cuidadores, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns aspectos que interferem na construção de laços afetivos duradouros (Ballone, 2003; Borba & Paludo, 2010; Siqueira & Dell’Aglia, 2006).

A pesquisa de campo realizada por Vectore e Carvalho (2008) revelou que a constituição de vínculos no contexto institucional revela uma ambivalência, devido ao receio, apresentado pelos agentes institucionais, em relação ao comprometimento que o apego demasiado com a criança ou o adolescente poderia acarretar diante de

procedimentos inerentes ao processo de institucionalização, como a adoção, o retorno à família de origem e transferências para outras instituições.

Por outro lado, alguns estudos salientam que, em casos de situações adversas da família que impossibilitem a permanência da criança ou do adolescente, o atendimento institucional pode ser uma alternativa possível. A presença de pessoas capazes de satisfazer as necessidades básicas e de afeto, carinho, proteção e segurança à criança estabelece condições favoráveis ao desenvolvimento emocional e um sentimento de competência pessoal. Todo esse processo fortalece a representação positiva de si próprio e o vínculo de identificação com os sujeitos que lhes dispensaram cuidados (Mota & Matos, 2008; Siqueira & Dell’Aglia, 2006).

É desejável que, no tempo de permanência na instituição, as relações constituídas não se restrinjam a elos efêmeros: *o afeto e a formação de vínculos devem se fazer presentes, pois, além de vital ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, agem como fortalecedor da auto-estima, da educação e da compreensão* (Borba & Paludo, 2010, p. 05). A possibilidade da criança e do adolescente estabelecerem ligações afetivas seguras dentro da instituição vem ao encontro da noção de qualidade relacional, permitindo que a organização emocional e afetiva se fortaleça e haja maior consistência interna e segurança nas relações.

Estudos ressaltam os benefícios dos fatores de proteção presentes no processo de institucionalização, visto que as relações estabelecidas podem melhorar ou alterar as respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação. Em alguns casos, a instituição representa para as crianças e adolescentes um ambiente de maior impacto nas suas vidas (Mota & Matos, 2008).

Tendo-se em vista que as relações são resultado de construções afetivas, nas quais ser compreendido, aceito, respeitado e amado é a base necessária para a constituição do sujeito, é importante refletirmos sobre o quanto as instituições de acolhimento possibilitam a construção de referenciais identificatórios positivos entre as crianças, adolescentes e seus cuidadores; e até que ponto promovem a manutenção dos vínculos familiares e a inserção das crianças e adolescentes na rede social de apoio.

### **CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS**

A estratégia metodológica utilizada, nesta pesquisa, para a coleta de informações sobre afetividade e identidade das crianças e dos adolescentes institucionalizados, contemplou Oficinas de Grupo, recurso sistematizado nas publicações de Afonso (2003; 2006).

A proposta de oficinas com crianças e adolescentes institucionalizados é um trabalho estruturado com grupos, no qual se pode reconhecer e analisar, sobretudo, processos de produção de identidades individuais e coletivas, criação e manutenção de vínculos, manifestações de afetividade, interações sociais, aprendizados e troca de experiências.

A intervenção psicossocial com Oficina de Grupo tem como foco um tema central dentro de um contexto social mais amplo. Visa trabalhar uma questão pertinente a todos os participantes de uma maneira que os envolva integralmente e que contemple a tríade: pensar, sentir e agir (Afonso, 2003; 2006). As oficinas de grupo realizadas tiveram como objetivo criar um espaço de interlocução e de interação social, visando refletir com as crianças e adolescentes as formas como eles percebem e sentem a experiência da institucionalização.

Conforme orienta Afonso (2003; 2006), o rigor teórico e metodológico das oficinas deve ser mantido desde as etapas iniciais de estruturação das intervenções e também na execução e análise delas. A oficina é estruturada dentro de um planejamento básico e flexível e se desenvolve ao longo de um número previamente combinado de encontros. Nesses encontros, trabalha-se com os significados afetivos e as vivências relacionadas aos temas propostos, visando construir, com os participantes, um ambiente de natureza terapêutica, porém sem a pretensão de seguir o percurso de uma terapia grupal analítica nos moldes tradicionais. De acordo com Afonso (2006),

Embora deslanche um processo de elaboração da experiência que envolve emoções e revivências, a Oficina também se diferencia de um grupo de terapia, uma vez que se limita a um foco e não pretende a análise psíquica profunda de seus participantes (p.09).

A especificidade da Oficina de Grupo está em que o processo de comunicação, que ocorre em nível consciente e inconsciente, vincula-se à elaboração da questão central elencada pelo grupo. Para isso, é necessário que os participantes se disponham, em menor ou maior grau, à revisão de suas representações e experiências. O grupo passa a servir como continente para um processo de desconstrução e reconstrução de representações e relações; tal processo ocorre porque existe uma vinculação entre *campo grupal* e *campo social* e porque, na comunicação do grupo, há um trabalho que inter-relaciona linguagem e identidade (Afonso, 2006).

Abade e Cruz (2009) destacam que a linguagem é a matéria-prima do trabalho de oficinas tanto nos grupos de adultos quanto nos infante juvenis. No grupo de crianças elas são estimuladas a se expressarem não só por meio de palavras, mas também através do corpo, diretamente ou pela mediação de brinquedos ou brincadeiras.

Decherf (1986), nos fala de um encadeamento de expressões nas crianças denominado associação livre pluriexpressiva. Segundo o autor, a palavra, o gesto e o brinquedo parecem participar de um mesmo movimento, permitindo a expressão do inconsciente. A dimensão psicodinâmica, com passagens do verbal ao gestual, do jogo ao símbolo, se destaca no decorrer do processo. No trabalho grupal com crianças, é necessário perceber os modos com os quais elas expressam seus afetos e conflitos, considerando suas produções verbais, gestuais e lúdicas para facilitar o estabelecimento de elos entre seus sentimentos, brincadeiras e atitudes.

A ação dos indivíduos pode ser compreendida dentro da dinâmica de seu *campo social* e levando-se em conta a percepção que esses indivíduos desenvolvem no interior desse campo. O grupo ajuda o indivíduo a construir seu *espaço vital*, sendo ao mesmo tempo influência, instrumento e contexto para mudanças (Afonso, 2006).

Na interação grupal, os sujeitos se apreendem mutuamente, em uma experiência que Afonso (2006) denomina *vivido partilhado*, na qual ocorrem processos de comunicação intersubjetiva, com linguagem verbal e não verbal, que traduzem um esquema de ação de um dado contexto sócio histórico, o que implica, em alguma medida, sem excluir os conflitos, que partilhem valores, linguagem e práticas sociais.

Na vivência grupal ocorre um circuito de trocas sociais simbólicas e afetivas que envolvem relação e comunicação e há elementos que dificultam essas trocas, tais como tabus, zonas de silêncio e censura psíquica, presentes em dimensão consciente e inconsciente (Afonso, 2006). No caso de lembranças familiares dolorosas que são

evitadas ou de censura relacionada à inserção institucional e social do grupo, os participantes podem demonstrar receio de tocar em determinados temas.

A intervenção no âmbito das distorções de comunicação no grupo não tem a pretensão de produzir uma comunicação totalmente livre, mas sim de interferir nos impedimentos e entraves dos participantes ao *nível da tarefa*. É devido ao caráter de *acontecimento* que as interações trazem em si a possibilidade de serem analisadas, revelando o que contém de repetição, de criatividade e produção. Ao reviverem fatos e estabelecerem novas relações, os participantes podem se envolver com uma vivência em comum, que provoca um jogo de identificações e transferências que tem consequências para o movimento de mudança (Afonso, 2006).

As representações conscientes e inconscientes dos participantes, bem como suas representações sociais enraizadas no contexto sociocultural, estão imbricadas com a interrelação da dinâmica externa e interna do grupo, pois *a vida afetiva do grupo não para nunca de se produzir* (Afonso, 2006, p. 50). A dinâmica externa resulta de forças institucionais que atuam sobre o grupo e de como ele reage a tais forças, no sentido de receptividade, resistência ou passividade. A dinâmica interna diz respeito às formas de organização, regras, papéis, liderança e comunicação, além do processo de mudança e resistência à mudança. As experiências passadas dos participantes e os fatos relacionados ao mundo exterior trazidos para o acontecer do grupo precisam ser articulados e ressignificados. Conforme afirma Afonso (2006),

O grupo é o contexto onde se pode reconstruir e criar significados bem como revivenciar situações e relações traumáticas sob a luz das relações grupais. No grupo, é possível elaborar essas experiências, através da troca de informações, da produção de *insight*, da identificação, das reações em espelho (...) (p. 19).

Entretanto, esse processo não é vivido sem conflitos e angústias. É preciso não perder de vista o impacto que as pressões e os atravessamentos institucionais trazem para a dinâmica interna do grupo, abrindo caminhos para a compreensão de fenômenos coletivos. As ambivalências, regressões, dispersões, bem como as manifestações de organização, expressão, solidariedade e criatividade entre os membros remetem tanto ao contexto do próprio grupo quanto ao contexto institucional. O trabalho com grupos visa a uma análise de seus vínculos sociais e afetivos e das relações interpessoais construídas (Afonso, 2006).

Na Oficina busca-se trabalhar com as censuras psíquicas e psicossociais. A definição de objetivos finais ou de uma consciência perfeita entre os participantes tornaria enrijecida a proposta. Ao contrário, é pertinente estabelecer um trabalho contínuo em torno da produção da identidade do grupo e com consensos provisórios. Nesse sentido, sugere-se que o coordenador das oficinas elabore o planejamento das intervenções, tendo-se em vista esses aspectos. A estruturação das oficinas realizadas contemplou algumas etapas, de acordo com Afonso (2003; 2006): demanda, pré-análise, foco e enquadre e planejamento flexível.

Parte-se, inicialmente, da análise da demanda, uma espécie de *encomenda* feita ao proponente da intervenção. No entanto, nem sempre a demanda é apresentada como um pedido explícito de realização de um grupo. Diante da demanda explícita, procura-se definir, com maior ou menor dificuldade, outras demandas implícitas ou inconscientes. A Oficina se articula em torno de um contrato inicial, independente de esse ser reformulado posteriormente. No decorrer do processo é necessário rever a vinculação do grupo com a proposta inicial e definir o que continua justificando o trabalho.

Afonso (2003; 2006) recomenda que a pré-análise seja feita em conjunto com os participantes, o que inclui um levantamento de dados e informações relativos ao grupo, analisando-o sob um prisma psicossocial, além de uma sondagem de temas e necessidades a serem trabalhadas. A discussão e a reflexão sobre as informações pertinentes ao tema central orientam o estabelecimento de alguns subtemas ou *temas geradores*. De acordo com Afonso (2006), é relevante empreender uma discussão crítica em torno do foco principal. Assim, na etapa de pré-análise algumas questões são pertinentes: *Que aspectos emocionais e relacionais o tema parece levantar? Como terá sido a experiência dos participantes em relação a essa questão?* (Afonso, 2006, p. 33).

O foco da Oficina é o ponto central a partir do qual o trabalho é deslanchado. Em torno dele surgem *temas geradores* (Afonso, 2006) que ajudam a compor o trabalho como um todo e devem estar ligados ao cotidiano do grupo. É importante colocá-los em uma linguagem que seja compreensível aos sujeitos. O enquadre é constituído por questões éticas e de organização do trabalho, nas quais se procura garantir a privacidade dos sujeitos participantes, o sigilo quanto às questões colocadas, a liberdade para poderem participar ou desistirem da proposta e a garantia do *feedback* de todo o trabalho realizado. Procura-se, ainda, estabelecer os limites de espaço e tempo para a realização da proposta, explicitando os recursos disponíveis e o número de encontros previstos (Afonso, 2006).

O planejamento de cada encontro resulta do desdobramento do foco e está relacionado à discussão dos temas geradores. Afonso (2006) propõe duas formas de planejamento que podem ser avaliadas e escolhidas pelo coordenador junto com o grupo, quais sejam: um planejamento global, que envolve a elaboração do momento inicial ao final da intervenção e o planejamento passo a passo, construído ao longo do processo grupal, de acordo com a dinâmica grupal e as questões emergentes. Afonso (2006) aponta que o número e a duração dos encontros dependerão da proposta global. Entretanto, é interessante que cada encontro seja estruturado em pelo menos três momentos básicos:

- a) Um momento inicial que prepara o grupo e o atualiza para o trabalho do dia.
- b) Um momento intermediário em que o grupo se envolve em atividades que facilitam a sua reflexão e elaboração do tema. Nesse momento, pode-se recorrer a técnicas lúdicas, de sensibilização, motivação, reflexão e comunicação. Faz-se também necessária a intervenção da “palavra”, conversando e refletindo sobre os sentimentos e ideias do grupo sobre as situações experimentadas no encontro. Outro ponto relevante é a expansão da vivência grupal para as situações similares do cotidiano.
- c) Um momento de sistematização e avaliação do trabalho do dia.

Afonso (2006) nos apresenta pontos significativos para a condução das oficinas. Destaca-se a regra da atenção flutuante, essencial para o coordenador do grupo discernir os diferentes níveis e processos grupais,

O coordenador tem um papel importante de acolhimento e incentivo ao grupo para que se constitua como grupo, buscando sua identidade. (...) O coordenador estará atento para as manifestações de angústia no grupo – a excessiva dispersão ou coesão, a disputa pela liderança, a escolha de bodes expiatórios, as dificuldades de expressão e comunicação (...) buscando facilitar a sua compreensão de forma que o grupo sirva de continente para a angústia, possibilidade de controle e trabalho sobre ela. (p.42)

Afonso (2006) cita três fases do processo grupal que atravessam a Oficina. Eles dizem respeito à formação de sentimento e identidade de grupo, surgimento de diferenças e construção de condições de produtividade do grupo e fim do grupo. Ela ressalta que esses três momentos não seguem uma sequência rígida. Cada grupo revela uma maneira própria de passar por eles. Em um mesmo grupo podem ocorrer movimentos de avanços e regressão.

É preciso que o coordenador esteja atento a esses movimentos para acompanhar o grupo no seu caminhar, acolhendo nos momentos necessários e também incentivando, mobilizando, refletindo e interpretando. Sugere-se que a sequência de temas comece pelos que levarem menor resistência e, na medida em que o grupo desenvolve relações de confiança, introduzam-se os de maior profundidade.

O momento da formação de sentimento e identidade de grupo está relacionado aos processos de afiliação e pertencimento. *O grupo deve aceitar o desafio de deixar de ser “agrupamento” para construir a sua rede de identificações e definir melhor seus objetivos* (Afonso, 2006, p.45). Diferenças internas ou externas criam um mal estar entre os membros; eles podem tentar discriminar ou excluir do grupo quem for diferente, criando assim o *bode expiatório*. Outro fenômeno comum é o processo de identificação no interior do grupo, quando os membros procuram pares. Diante dessas circunstâncias, o coordenador da oficina pode utilizar técnicas que facilitem a formação de um sentimento de grupo e que fomentem a comunicação entre os membros. A troca de experiências, o trabalho em duplas ou trios e o retorno para o coletivo grupal estimulam as trocas intersubjetivas e o sentimento de grupo.

No desenrolar do processo grupal, as diferenças entre os membros começam a aparecer. Isso se deve ao fato de que cada membro traz sua singularidade para o grupo. Afonso (2006) assinala: (...) *o indivíduo começa encampando o objetivo comum como uma forma de ser reconhecido pelo grupo e em seguida deseja que o grupo o reconheça em sua especificidade diante do objetivo comum* (p.46). Nesse ponto há uma dialética constante que precisa ser analisada e articulada.

Há duas razões para o aparecimento de diferenças no grupo: elas aparecem porque o que motiva cada membro a se vincular ao grupo não é apenas o desejo de pertença, mas também o desejo de reconhecimento. Nesse sentido, cada participante pretende abrir mão de sua singularidade, no intuito de fazer-se igual, mas, paralelamente, cada um deseja que o grupo reconheça aquilo que o faz singular, diferente e único. Em segundo lugar, o engajamento na tarefa exige que os participantes se impliquem em atividades e decisões, o que lhes exige colocar seus pontos de vista.

Nesse processo, o grupo enfrenta o desafio de regular suas diferenças. O envolvimento com a formação de seu esquema conceitual referencial operativo (ECRO) poderá auxiliar o grupo a ajustar suas ações e a partir das diferenças, poderá defender uma cultura própria, uma mentalidade grupal e um consenso em torno da tarefa (Pichón-Rivière, 1988).



Após todas as etapas do desenvolvimento do processo grupal que ocorre dentro da proposta de Oficinas, é necessário atentar para a fase de finalização do trabalho. O enquadre, geralmente, define o número de encontros e um cronograma. Porém, o fim do grupo não coincide com um processo interno de finalização para os membros. O final de um trabalho grupal pode estar associado a sentimentos de satisfação ou insatisfação, ansiedade ou melancolia pelas perdas das relações afetivas. Diante disso, é necessário elaborar esse fim, para que a produtividade da Oficina possa ser sentida como positiva pelo grupo e como algo que os participantes podem levar para outras instâncias de seu cotidiano (Afonso, 2006).

O trabalho de intervenção na Oficina estabelece uma relação essencial entre vínculo afetivo e vínculo social, cada qual envolvendo os participantes entre si e com o grupo, constituindo-se um processo de expressão, sistematização, desconstrução e reconstrução de significados no contexto do grupo (Afonso, 2006).

### **Procedimentos para obtenção das informações**

As oficinas de grupo com as crianças e adolescentes acolhidos foram realizadas desde a inserção da pesquisadora na instituição Casa Lar de São João del-Rei, em 2008. Com o auxílio de uma equipe de estagiários de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei, selecionada em 2010, foi possível ampliar os focos de intervenção, com extensão de atividades que contemplassem crianças e adolescentes do Abrigo Regional de Santa Cruz de Minas.

Nesse período, as intervenções psicológicas ocorreram nas dependências das instituições de acolhimento. As interferências presentes no ambiente causavam incômodos e desconfiança nas crianças e adolescentes, principalmente em relação à falta de privacidade. Além disso, as instituições não disponibilizavam todos os recursos técnicos próprios para o trabalho psicológico.

Ao averiguarmos a impertinência da realização do trabalho de oficinas no próprio ambiente das instituições, em função das limitações de espaço físico e da necessidade manifesta pelos participantes de realizarem os encontros em um local diferente daquele que lhes era familiar, partimos para a procura de um espaço alternativo, o que foi concedido pela direção de uma escola municipal de Santa Cruz de Minas e por técnicos da Universidade Federal de São João del-Rei.

Com o desenvolvimento do projeto de estágio foram se firmando parcerias com professores e alunos do curso de Psicologia. O convênio com a UFSJ muito auxiliou na estrutura do atendimento às crianças e adolescentes, principalmente em relação aos espaços físicos mais apropriados para as intervenções, o acesso a testes psicológicos e outros materiais e a ampliação do contato com a comunidade externa.

No período anterior à pesquisa de mestrado, o acompanhamento com os grupos nos revelou aspectos significativos acerca do processo grupal, das manifestações afetivas, das relações vinculares estabelecidas entre as próprias crianças, com a instituição e com os estagiários. Os elos formados nos pequenos grupos, suas regras de convivência, os mecanismos de identificação entre os pares, os conflitos com as normas institucionais, a demanda por atenção, a ansiedade e a angústia em torno das relações familiares foram questões amplamente discutidas no decorrer do projeto de estágio e serviram como referência para nossas reflexões teóricas e metodológicas, bem como na reorientação das estratégias de intervenção.

Com o início das atividades no programa de mestrado, as orientações recebidas ajudaram a definir, mais claramente, nosso objeto de pesquisa. As leituras, discussões e reflexões nos levaram a entender esse objeto constituído como um objeto-sujeito. Assim, definimos que a identidade e a afetividade de crianças e adolescentes institucionalizados compõem nosso objeto-sujeito.

Nossa estratégia metodológica, oficinas de grupo, nos permitiu levantar informações acerca dos processos identitários e das relações de afetividade, e foram articuladas à apreciação de outros elementos que perpassavam os contextos e as relações institucionais.

Consideramos não apenas as interações entre as crianças e os adolescentes no acontecer das oficinas, as reações de afetividade e as falas manifestas, mas também o discurso de sujeitos emblemáticos desse contexto institucional: a juíza da Vara da Infância e Juventude, a gestora e as coordenadoras das instituições e membros dos Conselhos Tutelares. Essas informações foram coletadas em entrevistas semi-estruturadas e compuseram o contexto de produção do discurso institucional tal como abordaremos no capítulo 4, no qual há uma descrição e comparação das práticas institucionais com o discurso presente nas legislações atuais para a infância e juventude, buscando, assim, atender um dos objetivos delineados na pesquisa.

De acordo com Duarte (2004), a entrevista em pesquisas qualitativas é um instrumento que auxilia na identificação de práticas, crenças e valores de universos

sociais específicos. As entrevistas permitem ao pesquisador fazer uma espécie de *mergulho em profundidade*, a partir da coleta de indícios das percepções e significações dos sujeitos inseridos em um determinado contexto. São levantadas informações consistentes que possibilitam a descrição e compreensão da lógica que perpassa as relações estabelecidas no interior de grupos e instituições.

No decorrer do ano de 2011, as Oficinas foram realizadas com quatro grupos de crianças e adolescentes de ambos os sexos e idades entre sete e dezesseis anos, perfazendo um total de 22 membros. Em 2012 ocorreram mudanças na configuração dos grupos em função da saída de algumas crianças e adolescentes das instituições de acolhimento. Assim, houve uma junção dos participantes em um único grupo, composto por cerca de 10 adolescentes na faixa etária de 11 a 17 anos, o qual foi acompanhado por uma dupla de estagiários de Psicologia. Os encontros foram gravados, filmados e fotografados. Todo o material gravado foi transcrito literalmente.

Os recursos de imagem são comumente utilizados nas pesquisas desenvolvidas no LAPIP, uma vez que possibilitam o registro amplo e fiel das vivências afetivo-emocionais dos sujeitos nas interações grupais.

O uso do vídeo em pesquisas qualitativas para capturar imagem e som implica planejar adequadamente todas as etapas da pesquisa, no sentido de utilizar-se da melhor maneira possível, as informações coletadas para conhecer amplamente o universo de estudo. O vídeo caracteriza-se como método de observação indireta de coleta de dados. O ambiente, os comportamentos individuais e grupais, a linguagem não-verbal, a sequência, a temporalidade em que ocorrem os eventos são fundamentais não apenas como dados em si, mas como subsídios para interpretação posterior dos mesmos (Pinheiro, Kakehashi & Angelo, 2005).

Ainda segundo os referidos autores, o vídeo é indicado para estudo de ações humanas complexas difíceis de serem integralmente captadas e descritas por um único observador, minimizando a questão da seletividade do pesquisador, uma vez que a possibilidade de rever várias vezes as imagens gravadas direciona a atenção do observador para aspectos que teriam passado despercebidos, podendo imprimir maior credibilidade ao estudo.

Achutti e Hassen (2004), ao realizarem um estudo de natureza antropológica, destacam o recurso da fotografia como forma narrativa. Ressaltam que a utilização de imagem não implica a exclusão da produção textual. Texto e imagem podem ser articulados de forma a contribuir com suas especificidades. A natureza de texto e de

imagem naturalmente é diferente, mas o importante é perceber que, no limite do texto, a fotografia pode avançar *iluminando* certas passagens e, no limite da fotografia, o texto cumpre um papel analítico.

A composição e organização dos grupos para a realização das oficinas se deram em conformidade com os horários disponíveis das crianças e dos adolescentes, de forma que a intervenção não comprometesse os demais projetos dos quais eles já participavam.

Na etapa de planejamento das atividades, procurou-se, primeiramente, apresentar aos estagiários o ambiente no qual as crianças e adolescentes estavam inseridos através de visitas ao cotidiano institucional. A partir desse contato, foi possível também iniciar a construção de uma relação vincular com a coordenação, com as cuidadoras e com as próprias crianças e adolescentes. Assim, o procedimento da observação participante serviu como estratégia de levantamento de informações para o planejamento das oficinas. As impressões sentidas nesses contextos foram registradas em diários de campo. As visitas eram agendadas previamente e ocorreram no decorrer dos anos de 2011 e 2012.

Segundo Queiroz, Vall, Souza e Vieira (2007), a observação participante é uma técnica apoiada em princípios teórico-filosóficos que possibilita uma interação mais intensa entre o pesquisador e os grupos investigados. Nesse sentido, pesquisador e sujeitos da pesquisa estão em contínua e mútua transformação. Conforme as autoras, a observação participante auxilia o pesquisador a analisar *a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias* (p. 278).

De acordo com Magnani (1997), o caderno de campo vem sendo usado como *depositário de notas, impressões, observações, primeiras teorizações, mapas, esboços, desabafos, entrevistas, garatujas de informantes* (p.01).

Achutti e Hassen (2004) nos falam que o caderno de campo funciona como uma espécie de depositário da memória da pesquisa. É um instrumento de reflexão, direciona a pesquisa, permite visualizar retrospectivamente as lacunas e é um motivador de diálogo e de resgates.

Nesse sentido, o caderno de campo pode ser pensado como um instrumento de pesquisa. Ao registrar o contexto particular em que os dados foram obtidos, permite captar informações que vão além dos documentos.

Tittoni, Diehl e Maraschin (2006) propõem o escrever, o olhar e o percorrer como ferramentas de intervenção no trabalho do psicólogo social. A experiência do

olhar, para além da prática comum de observação, registrada em diários de campo, considera a posição do observador como implicado naquilo que observa e permite uma experimentação ativa de ação e reflexão sobre a ação.

A demanda explicitada pelas coordenadoras, guardiãs provisórias das crianças e adolescentes, era sempre focada na realização de atendimento psicológico individual aos abrigados. A contrapartida de ofertar um atendimento grupal foi discutida e aceita por elas. Procurou-se esclarecer para as coordenadoras, bem como para as crianças e os adolescentes, que a participação nos encontros seria livre e espontânea. Todos os procedimentos éticos foram respeitados. As coordenadoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na etapa de pré-análise dos temas a serem trabalhados, a equipe de estagiários tomou ciência dos objetivos do projeto de pesquisa, o que serviu como ponto norteador na escolha das técnicas de sensibilização, reflexão e discussão dos encontros. A partir desse esclarecimento, ficou estabelecido que todos os estagiários realizariam um levantamento em livros, artigos e sites da internet, de técnicas de dinâmica de grupo e atividades que pudessem ser diretamente aplicadas ou adaptadas, de acordo com as características dos grupos e com os elementos que fossem surgindo no decorrer dos encontros. Nas reuniões de supervisão abriu-se um espaço para a leitura e análise do material levantado, discussão e troca de informações.

O foco central dos encontros era voltado para a execução de atividades que permitissem a análise da produção da identidade individual e coletiva e das relações de afetividade das crianças e dos adolescentes. A elaboração do enquadre foi previamente discutido com a equipe de estagiários, procurou-se refletir sobre a maneira mais simples e adequada de explicar às crianças os objetivos da pesquisa.

As crianças e adolescentes se prontificaram a participar semanalmente dos encontros. Observou-se que as demandas eram variadas, ligadas às diferentes motivações de cada participante. Essas, ora se configuravam como uma necessidade de compartilhar a história pessoal e as razões que os levaram ao acolhimento institucional, ora se manifestavam como uma necessidade de um encontro grupal com os pares. Foi solicitada a permissão para realizar as gravações e filmagens, com a garantia da devolução dos resultados e a preservação da identificação de cada um.

Logo nos primeiros encontros, os estagiários se depararam com a necessidade de fortalecer o vínculo entre eles e as crianças, com vistas a facilitar o entrosamento e o estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes. Considerando-se que por

meio de jogos e brincadeiras trabalham-se questões importantes do campo afetivo infantil, como o faz de conta, as relações sociais de cooperação, competição, comando e subordinação, foram realizadas várias atividades lúdicas, dentre elas, dinâmicas interativas com desenho livre, recorte e colagem, jogos, música, dobraduras e filmes (São Paulo, 2007).

A duração dos encontros foi de cerca de uma hora. O contato semanal com as crianças e adolescentes permitiu que a equipe de trabalho fosse percebendo as necessidades variadas de cada grupo e que o planejamento das atividades deveria respeitar o movimento próprio de cada um, não perdendo de vista os objetivos da pesquisa.

### **Tratamento das informações**

Para o tratamento das informações coletadas, optamos por realizar um processo que, segundo Minayo (2004), engloba três fases: ordenação, classificação e análise propriamente dita. De acordo com a autora, *o tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição* (p. 26).

As transcrições e anotações de diário de campo foram lidas repetidas vezes para assim proceder à ordenação e classificação do material coletado<sup>9</sup>. Foram assinalados os extratos relativos à identidade e à afetividade para a construção do *corpus*, unidade empírica de análise, que posteriormente foi submetido aos dispositivos da Análise de Discurso (AD).

A Análise de Discurso é aqui empregada como estratégia de compreensão do discurso de crianças e adolescentes institucionalizados, a fim de se verificar como esses sujeitos vivenciam afetiva e simbolicamente a experiência de institucionalização e quais as implicações sobre a identidade individual e coletiva.

Encontramos em Trask (2006) a definição de discurso como qualquer fragmento conexo de escrita ou fala produzido por uma pessoa em particular ou por duas ou mais pessoas em interação. Maingueneau (1998) complementa que o termo *discurso* indica *certo modo de apreensão da linguagem (...) considerado como atividade de sujeitos inseridos em contextos determinados* (p.43).

---

<sup>9</sup> A análise das informações coletadas com os recursos de imagem contemplou a revisão e observação sistemáticas das filmagens e fotografias para abstrair aspectos dos processos identitários e das expressões de afetividade.

Machado (2008) nos fornece exemplos das diferentes fontes de informação que podem se constituir como um discurso: documentos oficiais, entrevistas transcritas ou orais, artigos de jornal ou livros. Nas instituições pesquisadas, as guias de acolhimento, os relatórios remetidos pelo Conselho Tutelar e informações dos processos judiciais foram disponibilizados para consulta. Esse material nos possibilitou um conhecimento geral do contexto de inserção das crianças e adolescentes, bem como identificar a percepção dos agentes, que compõem o sistema de garantia de direitos local, acerca da vivência e dos conflitos familiares e quais os dispositivos de intervenção por eles utilizados. As entrevistas com os representantes legais auxiliaram na compreensão de como as crianças e adolescentes são qualificados e identificados. Machado (2008) complementa que, independente do tamanho, um discurso pode ser tomado como uma unidade conexa; *sua materialidade se expressa por morfemas, palavras, semântica, sintaxe, fonemas, etc. Seu contexto, junto à sua materialidade, lhe dá sentido* (p. 343).

De acordo com Gill (2002), existem numerosos e variados enfoques, estilos, tradições teóricas e disciplinas que se ocupam da análise de discursos. As distintas perspectivas compartilham o conceito de que a linguagem não é neutra ou transparente, ela é concebida como mediação entre o homem e a realidade social e natural. Nessa relação entre homem e realidade, o discurso opera um processo tanto de permanência e continuidade quanto de deslocamento e transformação do próprio homem e da realidade na qual está inserido.

Conforme aponta Orlandi (2005), *a Análise de Discurso trabalha (...) com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas* (p.15-16).

Na Análise de Discurso, é preciso articular informações do texto, falado ou escrito, com seu contexto de produção. Para Maingueneau (1998), a análise de discurso não procede a *uma análise linguística do texto em si ou a uma análise psicológica de seu "contexto", mas visa articular sua enunciação sobre certo lugar social* (p. 15).

A análise do contexto de produção dos discursos é fundamental. Aqui, corresponde ao que estamos chamando de contexto socioinstitucional: judiciário, municípios, instituições de acolhimento e famílias. A partir da compreensão dos complexos mecanismos e interações que se dão no contexto socioinstitucional é que será possível entender identidade e afetividade das crianças e adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento.

Machado (2008) aponta que a Análise de Discurso delinea um procedimento analítico no qual um escrito ou uma fala são avaliados a partir de leitura ou escuta cuidadosa. Nesse processo, considera-se não apenas o funcionamento da língua e suas características gramaticais, sintáticas, léxicas e semânticas, mas inclusive as condições em que o texto ou a fala foram produzidos, tais como: quem foi o autor daquele texto? Quem fala aquele discurso? Por que o escreveu ou falou? Para quem? Que razões levaram à formulação daquele texto ou daquela fala? Que pressupostos estão subjacentes a ele? Qual é o sentido dele? Como é possível interpretá-lo?

Os discursos das crianças e adolescentes manifestos no desenrolar das oficinas de grupo estão circunstanciados por outros contextos de produção de discursos: o institucional, o jurídico, o familiar, o ideológico, dentre outros, que são inter-relacionados e atravessados por concepções, valores e normas sociais. Eles nos revelam a existência de uma certa subjetividade infanto juvenil em um processo permanente de construção. Dentro do leque de opções de análises de discurso, escolhemos utilizar a noção de formação discursiva para apreender as características do processo de produção da identidade e das manifestações de afetividade.

Encontramos no Dicionário de análise do discurso de Charaudeau e Maingueneau (2006) o conceito de formação discursiva trabalhada por Pêcheux (1971). Para esse autor, nas relações entre classes sociais encontram-se posições políticas e ideológicas organizadas de forma a manter relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. *Essas formações ideológicas incluem “uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”* (p. 241). Posteriormente, Pêcheux (1983 como citado em Charaudeau e Maingueneau, 2006) avaliou que o conceito de interdiscurso é inseparável da noção de formação discursiva. Os enunciados sócio-historicamente circunscritos, provindos de outros lugares, se repetem, fornecem evidências discursivas fundamentais e constituem novas formações discursivas.

Uma formação discursiva pode ser relacionada a uma identidade enunciativa, como por exemplo: *o discurso comunista, o conjunto de discursos proferidos por uma administração, os enunciados que decorrem de uma ciência dada*, etc. Essa relação é sustentada pelo postulado de que *para uma sociedade, um lugar, um momento definidos, somente uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade* (Charaudeau & Maingueneau, 2006, p. 242).



As crianças e adolescentes institucionalizados, participantes desta pesquisa, estão inseridos em contextos institucionais com suas regras, limites, censuras, etc. Nele se constitui, simultaneamente, um contexto de produção de discursos. Nessa articulação, alguns enunciados (informações, opiniões, sentimentos) podem ser ditos, mas outros não. Às crianças e adolescentes é atribuída uma identidade. Conforme a referência do Estatuto da Criança e do Adolescente, eles são denominados sujeitos de direitos. Nos contextos investigados, o processo de produção da identidade da criança e do adolescente adquire distintas características. A partir disso, esses sujeitos passam a ocupar uma posição na sociedade e são demandantes de ações de um aparato jurídico e institucional que se torna responsável pela reestruturação das suas condições de vida.

O modo de apreensão de uma formação discursiva pode ser apoiado na associação dos interdiscursos constituídos e a análise do discurso tem por objeto *pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinados* (Charaudeau & Maingueneau, 2006, p. 44).

Em nossa análise, a utilização das formações discursivas foi associada ao uso de marcadores, definidos em consonância com nossos pressupostos teóricos, e reafirmados após repetidas leitura do material. A título de exemplo, usamos como marcadores não apenas palavras-chave ou termos-pivô, mas também lapsos, confusão e erro da palavra, repetições, metáforas, polifonias e verbos performativos que indicam ação ou mudanças.

Machado (2007) cita outros recursos que podem ser considerados na análise de discurso, como conectivos argumentativos (mas, entretanto, e, por isso...), paráfrases, implícitos, pressupostos e subentendidos. Tais termos são pertencentes ao campo da linguística e a utilização é articulada com o contexto de enunciação, com as condições de produção da fala e as conexões entre os múltiplos enunciados intra e inter textos.

Na nossa análise, primeiro descrevemos a rede de proteção social às crianças e adolescentes, para daí depreender como esses sujeitos são concebidos, qualificados e caracterizados, e, ainda, qual a contrapartida das crianças e adolescentes na vivência cotidiana institucional e quais são as interferências desse processo na vivência cotidiana deles.

A partir do contexto de produção de discursos das oficinas, sem prescindirmos das conexões com outros contextos de produção de discursos, elencamos distintos marcadores que nos possibilitaram apreender o processo de produção da identidade individual e coletivas das crianças e adolescentes e suas manifestações afetivas.

#### **CAPÍTULO 4: O CONTEXTO SOCIOINSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE PESQUISADO**

Estaremos nessa secção descrevendo a estruturação e o funcionamento dos programas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes da comarca de São João del-Rei/MG, comparando suas representações e práticas com as diretrizes previstas nas legislações e documentos vigentes, em especial, na Lei nº. 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009a), na Lei nº. 12.010/2009 e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009c).

A Vara da Infância e Juventude da comarca é a responsável pelas questões judiciais de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social de seis municípios de sua abrangência. O acolhimento institucional ocorre em duas entidades de natureza governamental. A Casa Lar, localizada em São João del-Rei, está em funcionamento desde 2006. Além de receber recursos públicos municipais, conta com doações de pessoas físicas e jurídicas, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Abrigo Regional<sup>10</sup>, inaugurado em 2009, está vinculado a um consórcio intermunicipal, responsável pela manutenção dos recursos da instituição.

No município sede da comarca há uma secretaria de desenvolvimento social, responsável direta pelos equipamentos existentes: a) três Centros de Referências de Assistência Social (CRAS); b) um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); c) uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes (Casa Lar); d) um albergue para idosos; e) um lar solidário; f) um Conselho Tutelar; g) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; h) Conselho Municipal de Assistência Social. Em cada um dos municípios que compõem o consórcio foi constatada a existência de um Conselho Tutelar e a instalação do serviço de proteção social básica (CRAS). Os serviços ofertados pelo CREAS são referência para essa microrregião (Cardoso, 2012).

A Casa Lar e o Abrigo Regional funcionam em tempo integral, com atendimento ininterrupto a meninos e meninas com idades entre 0 e 17 anos e 11 meses. No

---

<sup>10</sup> Até o ano de 2011, o Abrigo Regional estava sediado no município de Santa Cruz de Minas/MG. Em 2012, sua sede foi transferida para São João del Rei/MG.

momento da pesquisa havia cerca de 31 crianças e adolescentes acolhidos na Casa Lar e 29 no Abrigo Regional. A faixa etária de maior concentração é de 8 a 16 anos. Os prontuários individuais são atualizados periodicamente pela coordenação das instituições e pela equipe técnica judicial.

As famílias de origem das crianças e adolescentes apresentam, em sua maioria, um arranjo composto por pai, mãe e irmãos. As situações que determinaram a decisão judicial pelo afastamento do lar de origem envolveram negligência, maus-tratos, abuso sexual, tortura, abandono, violência física e psicológica, pais ou responsáveis detidos (presidiários), pais portadores de deficiência mental, pais dependentes químicos e/ou alcoolistas. Por intermédio do Conselho Tutelar, da Polícia Militar ou do Comissariado da Infância e Juventude realizam-se os encaminhamentos às instituições.

As instituições estão sediadas em unidades residenciais. O imóvel da Casa Lar é de aquisição da Prefeitura Municipal de São João del-Rei/MG e o do Abrigo Regional é alugado. Em relação às instalações físicas, ambas possuem sala de estar, refeitório, quartos separados por faixa etária, quartos separados por sexo, espaço para recreação, lavanderia, banheiros separados para adultos e crianças, banheiros com portas ou cortinas que garantem a privacidade. Nas instituições não há armários individualizados. Somente a Casa Lar possui local reservado para estudo.

O trabalho nas instituições inclui o fornecimento de alimentação, vestuário, higiene pessoal, transporte, atividades educacionais e de lazer. As crianças e adolescentes são encaminhados às escolas públicas municipais e estaduais, em veículo exclusivo. O atendimento médico, odontológico e o fornecimento de medicamentos são realizados na rede pública do SUS. Apenas a Casa Lar recebe apoio de um convênio de saúde privado que disponibiliza consultas pediátricas e exames clínicos. À época da pesquisa, medidas estavam sendo tomadas, pelo consórcio intermunicipal, para estender o convênio de saúde particular às crianças e adolescentes do Abrigo Regional.

A carga horária da equipe funcional é definida pelo regime de plantão 12/36hs. Diariamente ocorre o revezamento entre dois grupos. Conforme o estatuto da Casa Lar, o quadro de funcionários previsto deveria ser composto por uma coordenadora, um psicólogo, um orientador de programa social, doze monitoras sociais<sup>11</sup>, dez auxiliares de

---

<sup>11</sup> O termo monitoras sociais está presente na redação do estatuto da Casa Lar. No cotidiano da instituição, constatou-se que a denominação habitual utilizada pela coordenação e equipe técnica é mãe social. A recomendação presente nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009a) é a substituição do termo “pai/mãe social” por educador/cuidador residente, visando-se evitar a ambiguidade de papéis que o primeiro pode gerar.

serviços gerais, quatro cozinheiras e dois motoristas, sendo a média de crianças e adolescentes por cuidadores em torno de 9 a 10.

No decorrer da realização desta pesquisa, o quadro de cuidadoras e auxiliares de serviço teve número flutuante e incompleto. Com o meu desligamento como psicóloga da instituição, não houve a contratação de outro profissional da área.

O Abrigo Regional, no momento da pesquisa, contava com uma coordenadora, um terapeuta ocupacional, dez cuidadoras, oito auxiliares de serviços gerais, quatro cozinheiras e um motorista. A instabilidade no quadro de funcionários também era comum nessa instituição. Não havia a participação de psicólogos e assistentes sociais na equipe técnica. O serviço de Psicologia era ofertado exclusivamente pela Universidade Federal de São João del-Rei para ambas as instituições.

No decorrer da pesquisa ocorreram mudanças significativas na coordenação. A Casa Lar esteve sob a responsabilidade de uma coordenadora, funcionária efetiva da prefeitura municipal de São João del-Rei/MG, por um período de três anos (2008-2011). Em 2012, após uma reformulação no quadro de dirigentes, foi criado o cargo de gestora, o qual foi assumido pela filha da juíza da Vara da Infância e Juventude. Houve também uma substituição na coordenação, que passou a ser exercida por outra servidora do município, com experiência de trabalho no comissariado de justiça.

Nesse período, a equipe funcional também foi reformulada. Um número significativo de cuidadoras foi dispensado, outras pediram demissão. A entrada de novas cuidadoras e auxiliares de serviço envolveu o legislativo municipal que aprovou projeto de lei deliberando a contratação em caráter urgente e emergencial<sup>12</sup>.

Na gestão do Abrigo Regional ocorreram algumas particularidades. No ano de 2011, uma funcionária com experiência de cuidadora assumiu a coordenação. Após um período de cerca de oito meses, ela foi substituída por uma representante do Conselho Tutelar de um dos municípios do consórcio, em virtude de denúncias de má administração. Passados mais três meses, uma voluntária do comissariado de justiça da infância e juventude assumiu a coordenação do Abrigo. Essa última permaneceu na coordenação durante todo o ano de 2012.

---

<sup>12</sup> Foi publicado no jornal Gazeta de São João del Rei, em 19/05/2012 a denúncia feita pela Juíza da Vara da Infância e Juventude durante uma reunião da Câmara Municipal, a respeito da falta de funcionários para atender a mais de 30 crianças assistidas pela entidade Casa Lar. Além de utilizar a tribuna livre do plenário para pedir aprovação de um projeto emergencial em socorro à instituição, a magistrada enviou ofício ao Ministério Público do Estado relatando os problemas e a possibilidade de fechamento do local, caso as devidas providências não fossem tomadas.

Após essa reformulação no quadro de dirigentes, começou a ser implantada uma metodologia de trabalho que consistia na realização de reuniões regulares com as equipes funcionais, nas quais era incentivada a participação de todos e a troca de experiências. Procurava-se orientar as cuidadoras a fazerem planejamento de trabalho com horários para brincadeira, estudo, conversas e passeios.

Em visita ao Abrigo Regional, verificou-se que havia, no espaço do refeitório, um quadro com horários definidos para as atividades. Apesar da existência desse trabalho de orientação feito pela própria gestora, não eram realizados cursos de capacitação continuada. À época, uma parceria estava sendo buscada junto a projetos desenvolvidos por professores da Universidade Federal de São João del-Rei.

De acordo com o Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Minas Gerais, 2009), a metodologia de trabalho com técnicos e funcionários dos abrigos é um pilar fundamental para a realização de ações estruturadas. Porém dados coletados em Minas Gerais revelam baixo nível de profissionalização nas atividades realizadas nas instituições. As informações levantadas a respeito dos programas de acolhimento pesquisados nos revelam o mesmo quadro de deficiências na capacitação dos cuidadores.

A análise pormenorizada da estruturação e funcionamento das instituições nos permite sinalizar alguns aspectos que as distanciam dos princípios apresentados no documento de referência *Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (Brasil, 2009a). Apesar de uma das entidades ser denominada Casa Lar, constata-se que suas instalações, assim como as do Abrigo Regional, são mais condizentes com as características de um Abrigo Institucional. O número de crianças e adolescentes acolhidos em cada instituição ultrapassa o limite de 20 usuários por equipamento. A individualidade e a privacidade das crianças e adolescentes são comprometidas pela ausência de espaços para seus pertences pessoais. Constata-se que não são trabalhadas as condições para a diferenciação entre o meu, o seu e o nosso, pois todos os pertences doados ou levados pelas crianças e adolescentes passam a ser de uso coletivo no dia a dia.

O regime de plantão 12/36hs é desaconselhável, pois interfere na constância e previsibilidade da rotina de prestação de cuidados às crianças e adolescentes. A flutuação do número e tempo de permanência de funcionários e as substituições, em curto espaço de tempo, no quadro de dirigentes, ocasionam instabilidades nas relações

vinculares e perdas constantes de referências para as crianças e adolescentes. De um modo geral, a equipe profissional mínima não condiz com o que está estabelecido nos parâmetros da *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social* (Brasil, 2005a).

Considerando o papel de alguns agentes emblemáticos da rede de assistência social, torna-se relevante explicitar seus posicionamentos face aos aspectos contidos nas normativas e os desafios encontrados para o cumprimento da lei nº 8069/1990.

A juíza da Vara da Infância e Juventude, a gestora das instituições e os membros do Conselho Tutelar são unânimes ao dizerem que o Estado é omissivo perante o que é previsto na legislação brasileira. A falta de apoio e estrutura do poder público impede que todas as normas e regras que estão elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam executadas. Apesar de estar em vigor há mais de 20 anos, avaliam que o Estatuto ainda não alcançou metade da eficácia que deveria alcançar.

Para um dos conselheiros tutelar entrevistado, a rede pública é deficitária em seus serviços, com carência de atendimento médico especializado, de um centro de recuperação e internação para adolescentes dependentes químicos, além de não contar com um centro socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei. Os serviços implantados nos CRAS e CREAS não funcionam de forma integrada.

Para a juíza da Vara da Infância e Juventude, a assistência social dos municípios é apenas um discurso, com resultados tímidos ou nenhum resultado. O que se constata é a ocorrência de práticas de cunho assistencialista e paternalista que se distanciam da proposta de uma assistência social pautada no restabelecimento da condição humana do cidadão. Diante dessa conjuntura, ela afirma que é necessária uma intervenção do poder judiciário para garantir o retorno das ações esperadas das instituições públicas de assistência social, saúde e educação.

O envolvimento do poder judiciário com as questões que competem ao poder executivo foi respaldado a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em casos de ameaça, omissão ou violação da sociedade e do Estado na garantia de direitos fundamentais à infância e juventude, o Sistema de Garantia de Direitos apresenta mecanismos de exigibilidade como a promoção de uma ação civil pública por parte do próprio poder público, de associações de defesa de direitos ou do Ministério Público (Minas Gerais, 2009).

Segundo Sierra (2004), o Estatuto da Criança e do Adolescente desencadeou um processo de judicialização da infância, fenômeno que expressa a inflação de direitos na

vida de crianças e adolescentes. A partir da normativa, criou-se um sistema de cooperação envolvendo o poder judiciário e instituições que ofertam serviços de proteção à infância e à juventude. Contudo, a efetividade desses serviços demanda a implantação de políticas públicas. Perante a ausência ou ineficiência das ações governamentais, o poder judiciário passa a operar como um canal de pressão sobre o executivo.

O monitoramento do poder judiciário sobre as entidades de acolhimento de crianças e adolescentes é visto pela juíza da Vara da Infância e Juventude como uma das melhores medidas que poderiam ter surgido, pois vem superar uma tradição de descaso no trato com a infância ao longo da história. Ela afirma que, no passado, crianças eram colocadas na Roda dos Expostos, doadas, dadas de presente, adotadas às avessas, embora o código civil já estivesse em vigor. Para ela, esse super controle que existe atualmente sobre as questões da infância é excepcional.

Com base no artigo 92<sup>13</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente, pudemos tecer comparações com as práticas e representações institucionais existentes. No quesito preservação dos vínculos familiares, o contato das crianças e adolescentes por meio de visitas periódicas e a reintegração ao convívio familiar dependem do diagnóstico feito pela juíza da Vara da Infância e Juventude e sua equipe técnica. A análise das possibilidades não passa pelo crivo da gestora e/ou coordenadoras das instituições. Em entrevista feita para esta pesquisa, a juíza afirma:

[...] eu sempre fui a favor das crianças acolhidas terem convivência com os familiares sadios. É claro que eu não posso levar uma criança pro abrigo e permitir que ela seja visitada pelo pai abusador, pelo padrasto que lhe ensinou a usar droga, pela mãe que o espancou [...] quando eu chego a admitir a criança no abrigo é porque a situação já está tão ruim lá fora que aí ela vai pro abrigo, então esse afastamento do causador do risco, isso é a proteção dele. Então, o causador do risco ou aqueles que possam vir a causar

---

<sup>13</sup> Brasil. Lei nº 8069/1990. Art.92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não-desmembramento do grupo de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo. Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

se conviver, esses eu não permito mesmo que cheguem perto, né, eu afasto (Dra. M. F. Juíza da Vara da Infância e Juventude).

As visitas são comunicadas por ordem judicial e podem ocorrer no espaço das instituições, no fórum ou na própria casa dos familiares. A juíza pondera que o contato com os familiares não deve representar ameaça à integridade da criança e do adolescente ou exposição a uma nova situação de risco. À família extensa também é negada a visita se ela se mostrou omissa durante todo o sofrimento pelo qual a criança passou.

Do ponto de vista da gestora, os motivos que impedem o contato das crianças e adolescentes com seus familiares e o retorno ao lar estão ligados a não adesão das famílias ao processo de reestruturação. Há casos de familiares que não procuram notícias de suas crianças durante o período de institucionalização. Outros entregam seus filhos à tutela do Estado, caracterizando a situação de pleno abandono.

Com relação à busca de recursos para a reintegração da criança e do adolescente na família de origem, a juíza da Vara da Infância e Juventude expõe alguns impasses. Após a constatação do risco e a retirada da criança e do adolescente da família, procura-se realizar todo um movimento para reintegrá-los ao lar. Ela pondera que esse trabalho com a família é de reconstrução do berço de onde a criança foi retirada e não pode ser demorado. No entanto, a criança não pode ficar num jogo de vai e volta entre a família e a instituição, pois essa situação impossibilita a adoção, na medida em que a criança vai crescendo e suas chances tendem a diminuir.

A juíza acentua que, no trabalho de resgate da família de origem, no restabelecimento do poder de acolhimento, de oferta de carinho, proteção e amor, é fundamental o trabalho da assistência social. Porém, devido à ineficiência dos serviços da rede de assistência social do município e da região, o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias fica impossibilitado na maioria dos casos. Na entrevista concedida ela afirma: *se não há assistência social para tratar da família, entre proteger a família e proteger a criança, o que você faz? Protege-se a criança. Então vamos procurar uma família que possa dar a ela uma chance.*

Outro ponto sinalizado como fundamental para o trabalho com as famílias é o diagnóstico da possibilidade da família ser tratável. Se a família não mostra a capacidade para se restabelecer, a ação judicial busca pessoas que estejam aptas a cuidar de uma criança.



Segundo a juíza, a inserção e integração das crianças e adolescentes em família substituta ocorrem de acordo com a normatização do ECA, no que diz respeito ao preenchimento de cadastros regional, estadual, nacional e internacional que devem ser rigorosamente seguidos. Nos casos de adoção internacional, o trabalho de pré-análise, análise, habilitação e acompanhamento dos pretendentes é feito pela CEJA<sup>14</sup>.

No caso de grupos de irmãos, constatou-se que em algumas situações ocorre o desmembramento fraterno. Quanto a essa questão, a juíza justifica que o brasileiro gosta muito de adotar crianças de até cinco anos de idade. Quando há um grupo de irmãos, os menores têm mais chances de adoção, sendo às vezes necessário apartar os mais novos para evitar que eles alcancem uma idade que dificultará a inserção em uma nova família. Porém ela pondera que a separação precisa ser analisada caso a caso:

Já me aconteceu de eu ter pretendente à adoção da criança mais nova e eu não permitir a entrega em face da ligação estreita e afetiva que aquela criança tinha com o mais velho. O sofrimento do mais velho e da própria criança mais nova ia ser tão grande que a adoção não ia trazer resultado. Mas acontece às vezes da criança, né, de não haver entre os irmãos aquela afetividade, aquela relação de dependência de afetividade tão forte que a quebra (...) o fracionamento, vamos dizer assim, daquele grupo não vai causar um sofrimento grande, né, às vezes uma estranheza, mas não um sofrimento, então assim, cada grupo de irmãos precisa ser analisado (Dra. M. F. Juíza da Vara da Infância e Juventude)

A mesma análise quanto à relação de afetividade entre os grupos de irmãos que são separados é apontada pela gestora das instituições. Em entrevista ela alega que quando há grupos de irmãos elegíveis à adoção, o critério usado pela Vara da Infância e Juventude é o de buscar no cadastro pessoas habilitadas ou dispostas a adotá-los, mas nem sempre é possível a adoção de todo o grupo.

Procura-se analisar as características das crianças, a convivência no dia a dia, os laços de afetividade entre elas e a possibilidade do desligamento causar um sofrimento intenso pra quem permanecer na instituição. O critério fica definido em termos

---

<sup>14</sup> A Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA tem por finalidade garantir que as adoções internacionais sejam feitas segundo o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais que lhe reconhece o direito internacional, participando do sistema de cooperação de que trata a Convenção de Haia. De acordo com o art. 52 do Estatuto da Criança e Adolescente, a CEJA busca colocar crianças do Estado de Minas Gerais, consideradas adotáveis, a salvo da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (acesso em 19/02/2013: <http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/>).

psicológicos, procurando identificar qual seria o menor sofrimento, apesar de se saber que, de qualquer forma, a separação geraria um grande sofrimento nas crianças. Esse desmembramento é visto como a única chance que algumas delas têm de conseguir uma família normal, serem inseridas numa família natural.

Em relação à transferência de crianças e adolescentes para outras entidades, constatou-se que existe um sistema de permuta entre as instituições, com o encaminhamento de crianças da Casa Lar para o Abrigo Regional e vice versa, mediante episódios de conflitos, brigas e desentendimentos, visando-se apartar o conflito ou mesmo retirar a criança ou o adolescente que esteja causando algum risco aos demais abrigados, na avaliação dos dirigentes.

Outra situação constatada durante a pesquisa foi a transferência de um grupo de adolescentes da Casa Lar para um centro socioeducativo localizado a 200 quilômetros de distância do município, devido à ocorrência de fugas, agressão física a uma adolescente recém acolhida e desobediência recorrente às regras institucionais. Após 45 dias de internação no estabelecimento socioeducativo, as adolescentes puderam retornar.

A participação das crianças e adolescentes em atividades oferecidas pela comunidade local foi constatada em ambas as instituições. Práticas esportivas, aulas de música, aulas de artes e cursos profissionalizantes são oferecidos por instituições públicas e privadas. Há igualmente projetos da rede de assistência social do município (CRAS e Lar Solidário) e projetos oferecidos na Universidade Federal de São João del-Rei (Projeto Sucata, Lan House, Brinquedoteca, atendimentos psicológicos no Serviço de Psicologia Aplicada/SPA). À época da pesquisa, estava sendo organizado um baile para as meninas debutantes. Esse evento envolveu a participação de várias pessoas da comunidade.

No que diz respeito à preparação para o desligamento, a gestora menciona que não há profissionais capacitados nas instituições para fazer essa intervenção. Ela e as coordenadoras procuram usar as experiências que possuem para explicar à criança o que está acontecendo. Há, ainda, o agravante de serem comunicadas com poucas horas de antecedência sobre o desligamento de algumas crianças. No contexto de entrevista realizada para esta pesquisa, a gestora dos programas de acolhimento nos diz:

[...] isso é feito com muito carinho, com a vivência que nós mesmos temos, a gente chama, a gente conversa, a gente explica, a gente tenta fazer de forma gradativa. [...] Nós já fomos pegadas de surpresa várias vezes. Às vezes liga e

fala: “oh, traz a criança tal aqui no fórum, que nós vamos desabrigar...”, e, às vezes, não nos passa pra quem vai, nem por qual motivo, nem nada, a assistente social liga e manda a gente subir (C., gestora).

Diante desse sentimento de falta de preparo para o desligamento e da dificuldade de lidar com o sofrimento dos que permanecem nas instituições, a gestora mencionou uma reunião realizada com toda a equipe técnica judicial, na qual se chegou ao consenso de que todos os desligamentos seriam feitos com uma comunicação prévia, para que pudessem ser tomadas as medidas necessárias em tempo hábil.

A inserção da comunidade no ambiente institucional para a realização de trabalhos voluntários é permitida, porém com restrições. Corte de cabelo e atividades religiosas de doutrina evangélica são as atividades autorizadas nos espaços institucionais. Trabalhos voluntários de outra natureza precisam ser devidamente esclarecidos e justificados. São permitidos desde que não representem nenhum risco às crianças e adolescentes. Visitar amigos ou participar de aniversários fora da instituição não é autorizado.

Verificou-se que, nas instituições pesquisadas, não há enclausuramento institucional como acontecia no período da assistência ao menor em situação irregular, no qual todo o atendimento ocorria no interior das instituições sem qualquer contato com a sociedade. As crianças e adolescentes não ficam impedidas de manter contato com a comunidade externa, à qual é permitida a realização de atividades nos espaços institucionais. Mas existe um sistema de vigilância e controle sobre tudo o que é desenvolvido.

No que concerne ao estudo social e acompanhamento das famílias e ao incentivo à manutenção dos vínculos familiares, constatou-se que não há ações que partem dos técnicos das instituições de acolhimento. A gestora afirma que não tem noção do que está acontecendo com os familiares. Todas as medidas que visam a promover a convivência familiar dependem de diretrizes do poder judiciário.

Tal configuração difere do que é descrito no artigo 101, § 8º da lei 12.010/09<sup>15</sup> e de alguns estudos, tal como o de Siqueira e Dell’Aglio (2011), no qual os programas de acolhimento de natureza governamental são responsáveis por promover a preservação e o restabelecimento dos vínculos familiares, manter comunicação periódica com as

---

<sup>15</sup> Brasil, Lei nº 12.010/2009. (2009b): § 8º Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo.

autoridades jurídicas a respeito dos casos inviáveis de reatamento dos vínculos, realizar estudo social e pessoal de cada família, reavaliar cada caso periodicamente, dando ciência das avaliações à autoridade competente, dentre outras determinações.

Apesar dos municípios ofertarem serviços de proteção social básica, através dos CRAS, e o município sede da comarca ter, inclusive, os serviços de proteção social especial, através do CREAS, não há projetos específicos de apoio voltados às famílias acometidas pela ruptura de vínculos. Averigua-se que nessa conjuntura, a limitação no trabalho com as famílias se mostra violadora do direito à convivência familiar para as crianças e adolescentes institucionalizados. Assim, vemos que há desarticulação entre os serviços existentes, o que torna bastante frágil a rede de assistência social.

Os critérios para a autorização do contato das crianças e adolescentes com seus familiares no decorrer do processo de institucionalização são restritivos e altamente exigentes. O não desmembramento de grupo de irmãos tem particular importância na preservação dos vínculos familiares, pois o fracionamento no vínculo fraterno pode acentuar a sensação de abandono. O enfraquecimento dos vínculos com a família e a consequente perda de referências têm implicações no processo de construção da identidade das crianças e adolescentes.

O caráter provisório e excepcional da medida de proteção acolhimento institucional (Art. 101; lei n. 8069/1990) não é cumprida na prática, pois um número significativo de crianças e adolescentes permanece nas instituições por um período que varia de um a cinco anos<sup>16</sup>.

No que diz respeito a essa questão, a juíza da Vara da Infância e Adolescência afirma que é inviável o retorno da criança e do adolescente se, nesse período, nenhum esforço do Estado foi empreendido para recuperar a família, ou se a família, especialmente a mãe, não fez nenhum movimento de melhoria de vida para reaver seus filhos. Os trechos que se seguem ilustram a crítica feita pela magistrada:

[...] o limite de tempo que tem no Estatuto é uma norma relativa, ela não é absoluta. Lá fala: pode ficar no máximo 2 anos, inclusive ela tem a ressalva, “salvo o interesse maior da criança”, “é salva a necessidade de permanecer”[...]

---

<sup>16</sup> (Brasil, 2009a). Nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente, verificam-se diferenciações no tempo de permanência: acolhimento emergencial: até um mês; acolhimento de curta permanência: até seis meses; acolhimento de média permanência: até dois anos e acolhimento de longa permanência: superior a dois anos. Todos os esforços devem ser empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar – para família nuclear ou extensa – ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

[...] o que o legislador quis fazer e ao meu sentido fez mal feito, né, porque ele simplesmente limitou o tempo, num é assim [...]

[...] Então coloca lá, vai ficar dois anos. Dois anos, dois anos como? E eu pergunto à senhora qual o legislador conhece a realidade de uma vara da infância e juventude? Não conhece [...].

[...] quando você fala de destino, de proteção, de garantia, pro Estado chegar e falar não pode durar dois anos, porque não se cria uma norma pra dizer que o Estado vai acudir aquela família no máximo seis meses? Porque não existe uma norma que as administrações públicas municipal, estadual e federal se submetam a elas pra dizer: a criança foi acolhida e imediatamente o Estado vai cuidar da família, pra resgatar essa família [...]

De acordo com as Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009a), há situações específicas para a permanência de crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento por um período superior a dois anos: casos em que pais, mães ou responsáveis estejam impossibilitados de prestarem cuidados regulares às suas crianças e adolescentes (por cumprimento de pena privativa de liberdade, longos períodos de hospitalização ou transtorno mental severo); crianças ou adolescentes órfãos ou destituídos do poder familiar, com perfil de difícil colocação em adoção. Apesar dessas particularidades demandarem um tempo mais extenso de acolhimento institucional, alternativas precisam ser buscadas para se garantir o direito ao convívio familiar, seja a de origem ou a extensa.

Ao explicitarmos a conjuntura da rede de assistência social, seus atores, práticas cotidianas e deliberações jurídicas, constatamos a existência de um descompasso em relação aos princípios elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente e seus aditivos, tal como foi mencionado no Capítulo 1.

Analisando o fosso existente entre a legislação e as práticas no contexto da promoção e defesa de direitos à infância e juventude, encontramos estudos referendados na teoria do formalismo, traço característico da cultura brasileira, definido por Ramos (1983) como o grau de discrepância entre o poder formal e o poder efetivo, ou seja, entre o que está prescrito em leis, regulamentos, organogramas e estatísticas e as condutas concretas do governo e da sociedade.

Do formalismo originam-se outros traços da cultura brasileira: o personalismo e o jeitinho. O primeiro se dá em todas as esferas, sejam políticas ou jurídicas; consiste no privilégio às relações estabelecidas entre famílias, grupos de parentes e pessoas afins, sendo o parâmetro da afetividade colocado acima da lei. O jeitinho aparece como uma forma simpática e pacífica de resolução de dificuldades, a despeito de princípios normativos. As soluções pela via do jeitinho são estratégias que marcam o cotidiano

brasileiro, perante formulações legais que se distanciam da realidade social, gerando uma tensão que pode conduzir a dois pólos: a paralisia através da obediência ou a disparidade entre a lei, o costume e o fato (Teixeira & Machado, 2010).

Percebe-se que, no discurso da juíza da Vara da Infância e Juventude, há um movimento de culpabilização ora da família ora do Estado, com base no descrédito das famílias, vistas como incapazes, desestruturadas e irrecuperáveis, e do Estado, visto como inerte e ineficiente em suas ações.

A procura por famílias que estejam aptas a cuidar de uma criança é a solução encontrada. Porém, em alguns casos, a adoção ocorre à custa do desmembramento de grupo de irmãos. Diante da ineficiência das ações do Estado, há uma busca por alternativas que viabilizem a solução dos casos. Na entrevista concedida, a juíza diz: *a gente tem que usar o poder da norma constitucional e da norma infraconstitucional pra estar exigindo do Estado uma prestação de serviço que deveria ser espontânea e estar disponível pra todos.* (M. F., juíza da Vara da Infância e Juventude).

Mediante o fato, ela determina à sua filha a gestão das instituições. Devido à inoperância da administração municipal na contratação de funcionários para a Casa Lar, ela faz um apelo ao legislativo municipal que aprova um projeto de lei em caráter urgente. Sua equipe técnica judicial é convocada para acompanhar as famílias das crianças institucionalizadas, sob a justificativa de que os serviços da rede de assistência social dos municípios não trazem resultados positivos.

As recorrentes transferências de crianças para outras entidades em razão de conflitos internos, a falta ou o preparo insuficiente para o desligamento, a extrapolação do limite máximo de crianças e adolescentes em cada instituição são aspectos que contrariam o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a juíza da Vara da Infância e Juventude e as dirigentes das instituições, essas intervenções são as alternativas possíveis, visando-se atender a uma parte das inúmeras demandas cotidianas. Assim, vemos que as deliberações jurídicas trazem em seu cerne o traço cultural do formalismo.

Ao descrevermos a rede de assistência e proteção à infância e juventude e as particularidades dos programas institucionais de acolhimento, perguntamos: a) como as crianças e adolescentes são descritas, qualificadas e caracterizadas pelos técnicos judiciais e agentes institucionais? b) Como o contexto socioinstitucional se apresenta nas falas das crianças e adolescentes em oficinas de grupo, revelando os processos de produção de identidade e as vivências afetivas delas? Isso porque, no caminho

percorrido para a compreensão dessa realidade social, tivemos como guia a orientação metodológica das oficinas de grupo e os pressupostos da análise de discurso.

## **CAPÍTULO 5: A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE E A VIVÊNCIA DA AFETIVIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PESQUISADAS**

Nesse capítulo apresentamos a análise e descrição dos processos de produção de identidades e da vivência afetiva da experiência de institucionalização para as crianças e adolescentes pesquisados. Inicialmente, foi feito um retrospecto da trajetória do trabalho de oficinas de grupo desenvolvido junto as crianças e adolescentes, o que nos possibilitou revisar questões teóricas relativas à metodologia de trabalho e aos grupos.

O enquadre da proposta de oficinas foi pensado em termos de uma construção coletiva, com a participação das crianças e adolescentes na discussão sobre deveres e direitos de cada um no espaço do grupo e a elaboração de um contrato de convivência. A partir deste, procurou-se reafirmar que a participação nos encontros seria livre e espontânea. Falou-se sobre a importância de se respeitar a opinião dos pares e manter o sigilo quanto aos assuntos abordados e estabeleceram-se regras quanto ao que era permitido ou não nos espaços cedidos.

De acordo com a metodologia de oficinas de grupo (Afonso, 2003; 2006), cada encontro deveria ser organizado com um momento inicial de aquecimento, um segundo momento no qual se trabalha com a temática principal através de uma técnica lúdica e um último momento de sistematização e avaliação do encontro. Ao longo do processo, contudo, fomos percebendo a necessidade de adaptar o roteiro estruturado, pois nem sempre era possível manter a sequência inicialmente organizada.

A dinâmica particular de cada grupo nos incitou a discutir sobre as dificuldades quanto ao uso da metodologia e foi crucial para que conhecêssemos mais os participantes. Assim, procurou-se trabalhar com um planejamento flexível e passo a passo, com adaptação das técnicas e atenção aos aspectos psicodinâmicos emergentes em cada encontro. De acordo com Abade e Cruz (2009), os grupos de crianças apresentam formas de linguagem e comunicação bastante diversificadas. As brincadeiras, as trocas afetivas e os conflitos precisam ser acolhidos e trabalhados no momento em que acontecem no grupo.

Com a mudança na equipe de estagiários de um ano para o outro, percebeu-se que os contatos iniciais com as crianças e adolescentes apresentavam características heterogêneas. Eles ora manifestavam entusiasmo com as atividades propostas, ora mostravam-se inseguros, tímidos e arredios. Essa questão nos remeteu à análise da



resistência à mudança, fenômeno que perpassa a dinâmica dos grupos. Quando os sujeitos se deparam com circunstâncias desconhecidas surgem dois medos básicos: o da perda e o do ataque. O primeiro se refere ao medo de perder a referência de algo conhecido. O segundo é o temor de que o desconhecido seja perigoso. Assim, os sujeitos não se sentem instrumentalizados para manejar a nova situação (Berstein, 1986).

De acordo com Oriente (2005), nos contatos com crianças e adolescentes institucionalizados, muitos se mostram disponíveis para estabelecer novos vínculos. Por outro lado, há aqueles que assumem uma posição defensiva e demonstram um sentimento de desconfiança bastante significativo. Esse posicionamento é entendido como um mecanismo para evitar o sofrimento, principalmente diante do temor e da insegurança de não ser acolhido ou reviver uma nova situação de abandono. Contudo, conforme o tempo de elaboração subjetiva de cada criança ou adolescente, esses receios passam por transformações e dão lugar à confiança.

Moreira (2009) traz contribuições a essa discussão. Ela afirma que a experiência de institucionalização para crianças e adolescentes é marcada pela transitoriedade na convivência com os sujeitos do entorno institucional e familiar, o que traz implicações na formação dos vínculos psicossociais. O rompimento dos elos com a família de origem se configura como uma situação ansiogênica. No cotidiano institucional, as constantes mudanças no quadro de cuidadores despertam a atualização do sentimento de angústia da situação inicial de perda. A quebra constante de vínculos acarreta-lhes sofrimento.

As orientações com os estagiários circularam em torno da discussão sobre a formação dos vínculos psicossociais no contexto dos grupos e das instituições de acolhimento. Buscou-se fomentar na equipe reflexões sobre as possibilidades de elaborarmos práticas favorecedoras da construção de novas relações afetivas.

No decorrer das oficinas, gradativamente, as crianças e os adolescentes foram construindo um vínculo de confiança com os estagiários. Expressões de afeto da relação com as famílias e com as instituições foram emergindo no desenrolar das atividades lúdicas. Simultaneamente, outra faceta da comunicação verbal e não verbal se revelou no contexto das interações grupais. Foi-se percebendo que diversas falas eram fortemente marcadas por um ocultamento de aspectos de suas histórias pessoais.

As crianças e adolescentes falseavam informações sobre seus lugares de origem, suas famílias e experiências de vida, para não falarem diretamente de si mesmos.

Reagiam de diferentes maneiras para proteger seus sentimentos, davam respostas vagas, genéricas ou monossilábicas, respondiam com expressões de negação: *ah! Sei lá. Ah! Não sei. Sei não.* Passavam a pergunta para outros responderem, mudavam de assunto, fingiam não ouvir, começavam a tocar flauta durante as conversas, cantarolavam, gritavam ou davam risadas perto do gravador.

A princípio, analisamos esse posicionamento como um movimento de fuga e esquiva aos assuntos que pudessem ser conflituosos. Mas, a partir das contribuições da análise de discurso e, levando-se em conta as condições de produção dos discursos, entendeu-se que essas particularidades da expressão do eu, poderiam se relacionar à proteção da identidade.

À luz da articulação texto e contexto, pudemos inferir que as formações discursivas das crianças e adolescentes eram atravessadas pelo contexto socioinstitucional. Nesse campo de enunciação, as condições de produção da fala são agenciadas por regras, explícitas ou inconscientes, que determinam o que pode ou não ser dito.

No final do capítulo 4, levantamos um questionamento sobre como os técnicos e agentes institucionais representam a infância e juventude institucionalizada. As crianças e adolescentes são identificados como sujeitos vitimizados, desprotegidos e desamparados que necessitam ser apadrinhados, cuidados por um aparato jurídico e institucional e inseridos em um sistema de adoção.

No discurso de uma das coordenadoras das instituições de acolhimento, F., encontramos uma multiplicidade léxica que qualifica as crianças e adolescentes: *é difícil mudar o comportamento das crianças. A maioria tem comportamento negativo. Vivenciam conflitos dentro da casa [Abrigo]. Têm baixa auto-estima. Estão propensos a usar álcool e drogas. Alguns têm liderança negativa na casa [Abrigo]* (Informações de diário de campo).

Do ponto de vista teórico, o reconhecimento de tais atributos são representações da infância que se aproximam do ato de nomear, predicam as crianças e adolescentes acolhidos a partir de sua condição social. É um processo que atribui traços estáticos e imutáveis à identidade desses sujeitos, colocando-os em um lugar social determinado. O perfil construído a respeito de um indivíduo não diz de sua identidade, é uma representação da mesma (Ciampa, 1994).

No contexto estudado, a intervenção jurídica e institucional não são ações unidirecionais, pois, na condição de sujeitos, as crianças e adolescentes tendem a reagir

ao processo de institucionalização. Na concepção de Ciampa (1994), a manifestação do ser é sempre uma atividade. Quando as crianças e adolescentes atuam de modos distintos no ambiente institucional, revelam facetas de suas identidades.

Na conjuntura institucional, mudanças estruturais e funcionais como desmembramentos de grupos de irmãos, desligamentos de cuidadores ou de outras crianças, não eram previamente compartilhados e seus efeitos não eram avaliados e discutidos em conjunto com as crianças e adolescentes. A instituição provocava rompimentos bruscos nos elos de afetividade e não trabalhava devidamente o sofrimento e a angústia decorrentes desse processo. A literatura aponta que práticas institucionais dessa natureza podem provocar cerceamento da identidade e embotamento afetivo (Mota & Matos, 2008; Parreira & Justo, 2005).

Em contrapartida, as crianças e adolescentes apresentavam um modo de ser e agir reativo às determinações estabelecidas. Contestavam imposições da coordenação com mecanismos de sabotagem às atividades de projetos comunitários que não eram de seus interesses, organizavam fugas, resistiam às regras, reivindicavam a manutenção do contato com a família e clamavam por liberdade.

No contexto das oficinas, identificamos evidências que nos permitem explicitar o posicionamento de um dos adolescentes, ao cogitar a possibilidade de levar seu anseio à juíza da Vara da Infância e Juventude e como se revelou seu mecanismo de contestação, caso não fosse atendido,

E.: (...) quero sair da Casa Lar. Quero ficar lá não. Vou lá na juíza falar com ela. Vou lá falar com ela que eu quero ir embora.

Estagiária 1: porque cê quer ir embora?

E.: porque eu já enjoei de Casa Lar já.

Estagiária 1: e cê acha que ela vai falar o quê com cê? A juíza?

E.: num sei!

Estagiária 1: ela vai falar assim ó: “depende... vai ter que esperar... vai ter que vê.”

E.: mas eu já cansei de casa lar, vou falar com ela.

Estagiária 2: cê vai falar que tá enjoado?

E.: já tô enjoado de casa lar já.

Estagiária 1: ela vai falar assim: “ah, vou te mandar lá pra Casa Lar do Tejuco então, pro cê mudar de ares”.

E.: aí eu começo a fazer bagunça.

Perante as manifestações de contestação das crianças e adolescentes era frequente os agentes institucionais atribuir-lhes uma identidade fortemente estigmatizada, reconhecendo-os como sujeitos problemáticos, agressivos, desobedientes, hiperativos, etc. Para Ciampa (1994), a identidade representada por

proposições substantivas coisifica o sujeito sob a forma de uma determinada *personagem*, com atributos que subsistem independentemente da atividade que a engendrou. O descrédito social atribuído a um indivíduo cria a ilusão de que existe uma *substância* que lhe é inerente e reforça o estigma social.

Em outro momento das intervenções, dois adolescentes escreveram, às escondidas, seus próprios nomes com letras grandes e bordadas, em várias partes da parede da escola onde os encontros eram realizados. Ao levarmos a questão para discutir no grupo, emergiu um longo silêncio e em seguida houve uma tentativa de esquiva do assunto. Um dos adolescentes envolvidos na situação expressou: *num pode pinchar, né?(...) eu pinchei a escola, nó sacanagem [risos], mas tem um pedacinho meu, ficou um pedacinho meu lá* (I., 13 anos).

Ao analisarmos as expressões dos adolescentes E. e I., entendemos que poderiam ser distintas formas de manifestação da identidade pessoal. E. carregava consigo estratégias para contestar a instituição, caso fosse contrariado em seus anseios. I. afirmou que pichar a escola era proibido, mas repetiu por duas vezes que deixou sua marca registrada, como se procurasse reafirmar que marcou seu território.

No desenvolvimento das atividades, constatou-se outras facetas da produção da identidade, evidenciadas na elaboração dos projetos de vida e nos conflitos com a autoimagem. As perspectivas de futuro foram trabalhadas com técnicas projetivas e mobilizavam bastante as crianças e adolescentes. Percebeu-se que o contato frequente com os espaços da universidade contribuiu para a construção de novos modelos identificatórios, pois alguns demonstravam curiosidade com relação aos cursos existentes e falavam do anseio de um dia fazer faculdade e serem policial, juiz, engenheiro, professor, médico, etc.

Nas intervenções em que era solicitada a produção de um autorretrato, muitas crianças e adolescentes se depreciavam, se achavam feios e se negavam a concluir a atividade. Em outro momento, mostravam-se empenhados com a própria produção, incrementavam seus desenhos com acessórios de seus maiores ídolos, atribuíam robustez ao personagem projetado. Conforme nos aponta Ciampa (1994), o movimento de ocultar e revelar, assumir-se e negar-se, apreciar-se e depreciar-se traduz uma dialética em torno da produção da identidade, reforçando, assim, seu caráter de metamorfose.

O mesmo processo dialético em torno da identidade individual pôde ser observado na produção da identidade coletiva. Inicialmente, as crianças e adolescentes

apresentaram dificuldades para definir quais nomes representariam os diferentes grupos formados, mesmo após o incentivo por parte dos estagiários e da pesquisadora.

Com a junção da maioria dos participantes em um único grupo, no segundo ano da pesquisa, percebeu-se que houve uma superação do entrave para a escolha de um nome que o representasse. A designação *Unidos para Vencer* nos possibilita identificar um processo emergente de produção de uma identidade coletiva.

De acordo com Martín-Baró (1989), a identidade grupal pode ser compreendida como um processo de produção, em movimento permanente, articulado com a trajetória de um grupo em torno de suas atividades e de sua história. O grupo de crianças e adolescentes foi revelando uma organização interna própria, mudanças nas relações vinculares e afetivas perpassaram todo o processo constitutivo do grupo. Nos processos de assunção e adjudicação de papéis, a liderança circulava entre os membros. Distintas formas de pertencimento e participação, juntamente com o significado emocional associado à pertença, eram aspectos reveladores da identidade grupal.

Nas atividades de levantamento dos interesses pessoais de cada criança ou adolescente, geralmente ocorria de uns falarem pelos outros ou trazerem detalhes da história de vida que pertenciam à experiência de seu colega. Ao se apropriarem das histórias uns dos outros e compartilharem entre si seus dramas de vida, mostram a existência de um vínculo de confiança e solidariedade que atravessa a identidade grupal.

Em relação ao convívio com as demais crianças no ambiente institucional, evidenciou-se a existência de vínculos de outra natureza. Estratégias de proteção do espaço individual estavam atreladas a agressões físicas ou verbais, ao estabelecimento de regras de convivência e de hierarquias, tanto com as crianças menores quanto com os recém-chegados.

Por outro lado, demonstrações de cooperação, cuidado, carinho e proteção uns com os outros, eram recorrentes no decorrer das atividades. A amizade, a confiança e a cumplicidade nas relações eram elementos significativos da rede de apoio social construída entre as crianças e adolescentes. As expressões do vínculo de amizade apareciam em diversas ocasiões, dentro e fora do contexto das oficinas. As seguintes passagens exemplificam essa questão,

V.: Amigo é coisa pra se guardar, porque quando a gente precisa deles, eles estão sempre do nosso lado.

S.: União. Melhores amigas, hoje e sempre.

M.: a M. e as meninas da outra casa e da casa de baixo são minhas melhores amigas. Elas me trazem muita alegria.

A. L.: Vida loca. 100% amigas para sempre.

Segundo Siqueira e cols. (2006b), a rede de apoio afetivo e social, definida por um conjunto de sistemas e pessoas que compõem os elos relacionais do sujeito, constitui-se como uma importante interface na relação com o meio social. Juntamente com a família, os amigos também podem ser reconhecidos como fonte de apoio. Essa rede passa a ser uma referência para o sujeito se orientar no mundo, funciona como fonte de proteção e força frente a situações adversas e possibilita, ainda, a emergência de estratégias e habilidades para a formação de novos vínculos.

No acolhimento institucional, as crianças e adolescentes realizam inúmeras atividades, desempenham funções, interagem entre si e desenvolvem relações recíprocas de poder e afeto. Os vínculos afetivos são importantes tanto pelo seu papel socializador quanto por ser um elemento formador da identidade (Morais & cols., 2004; Siqueira & Dell’Aglia, 2010).

Morais e cols. (2004) discutem, ainda, sobre outras características psicossociais da adolescência relacionadas à amizade: a intimidade e a autonomia. Relacionamentos mais próximos de maior envolvimento emocional fomentam processos de auto descoberta. Assim também, o desenvolvimento da capacidade do adolescente se auto governar começa a ser constituída nas relações com os pares.

Pudemos verificar que a vinculação afetiva das crianças e adolescentes com as instituições de acolhimento era marcada por uma relação de ambivalência de sentimentos e emoções. Nas primeiras atividades realizadas nas oficinas, foi feito um levantamento de questões que nos apontassem qual o significado da vivência institucional para os participantes.

Perante às restrições impostas, o posicionamento das crianças e adolescentes era de pouco investimento afetivo nas atividades oferecidas. Ao serem perguntados sobre o que mais gostavam de fazer no cotidiano, mencionaram *dormir*. Em relação ao que faziam para colaborar no dia a dia, disseram que *não faziam nada*. Sobre o maior sonho de suas vidas, a resposta unânime foi *sair da Casa Lar*.

A expectativa de sair da instituição era relacionada com uma noção temporal na qual as crianças e adolescentes vinculavam o tempo de permanência com suas idades cronológicas. Diziam que quanto mais velhos ficassem, menos tempo faltaria para irem embora. Alguns demonstravam receio de se deparar com o falecimento de seus parentes durante o período de acolhimento ou após saírem da instituição aos 18 anos. Essas

evidências eram marcadamente carregadas de sentimentos de preocupação e ansiedade, além de grandes aspirações com relação a serem adotados.

No convívio cotidiano com as cuidadoras, as crianças e adolescentes evidenciavam uma relação afetuosa com uma parte da equipe, em especial com as coordenadoras, mas com outras funcionárias muitos conflitos eram recorrentes.

O vínculo estabelecido com a coordenadora desligada da instituição, após denúncias de má administração feitas à Vara da Infância e Juventude, era de natureza maternal. Os termos-pivô *mãe, especial, adoro, amo, para sempre, nunca vou te esquecer* aparecem nas falas das crianças e adolescentes como parte de um processo identificatório no qual o papel de mãe foi adjudicado à coordenadora e assumido por ela. De acordo com a literatura (Mota & Matos, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2006), relações afetivas capazes de suprir as necessidades de amor, carinho, proteção e segurança às crianças e adolescentes institucionalizados, podem ser fator de proteção e contribuir para o desenvolvimento emocional desses sujeitos.

Como atividade de oficina, um dos grupos escreveu cartas de despedida à referida coordenadora:

M.: (...) você é como uma mãe pra mim.

A.L.: Você é muito especial pra mim. Eu gosto muito de você. Te amo de coração.

C.: Você é muito especial pra mim. Gosto muito de você. Quando você foi embora eu chorei muito (...) te adoro, eu te amo.

S.: (...) você é tudo que nós adoramos.

O grupo demonstrou sentimentos de esperança e expectativa de manter o vínculo com ela, mesmo à distância: *espero que um dia a gente se encontre e dá um grande abraço. (...) você sempre vai morar no meu coração. (L. 15 anos)*. Pôde-se constatar expressões afetivas de admiração e gratidão pelos cuidados que a coordenadora lhes dispensou: *ela sim é uma lutadora (S. 14 anos)*. *Obrigado por esse meio tempo que passamos juntas e por ter me ensinado como superar a vida (L. 15 anos)*.

Outra faceta na relação com as cuidadoras foi evidenciada no desenrolar das oficinas. Os parcos investimentos em processos dialógicos, a imposição de rígidas regras institucionais e a maneira pela qual se davam as intervenções correccionais e punitivas sobre os comportamentos indesejados eram fatores interferentes na relação afetiva que as crianças e adolescentes estabeleciam com a instituição. Nas seguintes falas, ficam evidentes as atuações das cuidadoras:

I.: (...) tem umas pessoas que quando vai falar com a gente, eles começa é ... gritando.

[...]

Estagiária: mas como que é o castigo lá que cê não gosta?

I.: é ficar muito tempo sentado.

M.: porque nós fez bagunça, a tia mandou nós ir dormir, nós num queria...

I.: aí ela ficou arrumando roupa e nós ficô lá de castigo olhando pra parede.

P.: eu não gosto de ficar de castigo.

I.: (...) quando eu não gosto do castigo, eu saio. Tipo na cozinha, eu não gosto de castigo na cozinha não. (...) é... fica olhando pra parede da cozinha.

Em contraposição aos fatores de proteção mencionados anteriormente, constata-se, nessas evidências discursivas, que a forma de intervenção das cuidadoras sobre os comportamentos indesejados das crianças e adolescentes pode se constituir em fator de risco. A utilização de métodos informais, sem planejamento e direcionamentos coerentes acarreta prejuízos ao desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes.

No que diz respeito aos suprimentos materiais, o atendimento às necessidades alimentícias, de vestuário e brinquedos, tinha um significado satisfatório para algumas crianças e adolescentes. Para outras, a instituição não era melhor que suas próprias casas.

A juíza da Vara da Infância e Juventude e as dirigentes das instituições demonstravam grande preocupação em manter uma alimentação variada no cardápio. Diariamente, eram preparadas oito refeições. Às secretarias de assistência social dos municípios exigiam que as instituições de acolhimento fossem mantidas com produtos de ótima qualidade. Nas oficinas, as crianças e adolescentes se posicionavam de forma distinta em relação ao que era oferecido nas instituições,

I.: eu acho bom, eu acho lá melhor que minha casa, porque na minha casa não tinha o que eu tenho lá.

M.: eu não acho lá melhor que minha casa não.

Estagiária: o que que tem lá que cê não tinha na sua casa?

I.: ah... as coisas de comê, biscoito, brinquedo (...)

Com a chegada da nova coordenadora no Abrigo Regional, no final do ano de 2011, diversas mudanças foram empreendidas na dinâmica institucional, o que provocou efeito nas relações interpessoais dentro da instituição, bem como nas negociações com o judiciário para a liberação do contato das crianças e adolescentes



com seus familiares. As seguintes passagens apontam as melhorias percebidas na convivência com os pares,

P.: lá na Casa Lar agora tá bom pra “dedéu”. Num tá M.?

M.: é não tem ninguém pulando o muro mais.

Pesquisadora: (...) mas ô P., porque você acha que tá bonzão agora a Casa Lar?

P.: agora não tem ninguém brigando, fazendo confusão. Ninguém subindo nos telhado, ninguém pulando o muro.

O entendimento das crianças e adolescentes com relação à permissão judicial para visitarem seus familiares revelou-se permeado de contradições. Alguns afirmavam que somente determinados membros da família poderiam ir à instituição visitá-los. Outros evidenciavam que havia um espaço para direcionarem seus pedidos à juíza da Vara da Infância e Juventude, sabiam que a autorização para as visitas dependia da avaliação da juíza. As solicitações eram intermediadas pela coordenadora que, além de encaminhar os pedidos ao judiciário, acompanhava todas as visitas e remetia relatórios avaliativos.

Além do aval da juíza para a liberação das visitas, outros critérios eram explicitados nas falas das crianças e adolescentes. Caso desrespeitassem as regras institucionais, eram punidos com a suspensão das visitas. Se estivessem envolvidos em situações de fuga, a restrição era imposta com mais rigor. Havia também a ameaça de permanecerem mais tempo na instituição, caso a desobediência às normas institucionais fosse recorrente. As seguintes evidências empíricas ilustram essas circunstâncias,

M.: ô minha filha cê num vai embora não, cê tá lembrada que você fugiu comigo? Você não vai embora tão cedo.

T.: Han... só porque eu fugi?

M.S.: aqui ó, cê fugiu duas vezes!

Pesquisadora: Peraí, quem foge fica de castigo assim... demora pra ir embora mais tempo?

M.S.: Demora. Fica mais um ano lá. Aí foge esse ano, fica de castigo, demora mais um ano, até consertar. (...) você vai ficar mais um ano inteirinho na casa. Se você fugir de novo, durante esse um ano inteiro, você vai ficar mais um ano.

No ano de 2012, ocorreu um episódio que evidenciou a força do vínculo grupal existente e a capacidade de mobilização do grupo. Os adolescentes se organizaram e planejaram fugir após provocarem um apagão elétrico na instituição. As meninas foram

para a casa de conhecidos e os meninos para outro lado da cidade. Saíram da instituição por volta das 23:00hs e foram encontrados às 01:00h.

Após o ocorrido, a adolescente que liderou a fuga foi encaminhada para um centro sócio educativo feminino em Belo Horizonte, como medida de punição. As adolescentes que permaneceram na instituição demonstraram medo de serem transferidas, pois foi dito a elas que nesse centro sócio educativo as internas eram obrigadas a se relacionar com outras mulheres e as novatas eram espancadas, caso não obedecessem as regras impostas pelas mais velhas.

No momento em que esse assunto apareceu no contexto das oficinas, a reação inicial do grupo foi de esquiva e resistência para falar do ocorrido. A execução de algumas atividades facilitou a manifestação dos sentimentos envolvidos perante a medida tomada. As seguintes passagens são ilustrativas da relação de afeto construída com a adolescente transferida,

(...) T. eu gosto muito da sua amizade. Eu espero que nossa amizade não acabe nunca. Eu sei que está sendo difícil pra gente, porque nós perdemos nossa melhor amiga (M., 13 anos)

(...) L. eu estou sentindo muita falta de você! Gosto muito dela. Nunca vou esquecer ela (S., 12 anos).

(...) Eu te amo muito. Nunca mais vou te esquecer. Você é minha amiga. Eu sei que você foi pra BH. Quando eu sair da Casa Lar vou te visitar. Você é minha amiga que mora no fundo do meu coração. Eu te amo (E., 16 anos).

A ação punitiva aplicada pelos dirigentes institucionais foi respaldada pelo judiciário e justificada pela ideia de que era preciso “baixar a bola” dos desordeiros. Essa intervenção mostra semelhanças com as práticas coercitivas aplicadas nas extintas instituições totais. Os grandes complexos de internação eram caracterizados pelo controle exercido sobre a vida dos internos, com uma imposição disciplinar sobre suas atividades e modos de ser. Os regimentos tinham como objetivo punir os comportamentos indesejados. O excesso de controle visava aumentar a docilidade dos indivíduos e inculcar-lhes uma postura de maior obediência às regras e normas institucionais (Morais e cols., 2004).

É possível verificar, ainda, a existência de uma violência institucional que provoca danos psicológicos aos adolescentes. Machado (2012) discute a relação entre violência e políticas públicas. A pesquisadora recorre ao informe da OMS para definir o termo violência, relacionada *ao uso intencional de força física ou do poder contra si próprio, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulta ou tenha possibilidade*

*de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação* (p.01). Usualmente, é o agressor quem ocupa a posição de maior poder. No contexto das políticas públicas, o Estado ocupa esse lugar. Sendo assim, a violência tende a partir dele.

Vimos no discurso do judiciário, órgão institucional do Estado que, em nome da proteção, o contato das crianças e adolescentes com seus familiares era restringido. As razões para tal medida eram apoiadas nos estudos sociais que relatavam as precárias condições de vida das famílias. Além disso, o poder público municipal foi responsabilizado pela ausência ou precariedade das políticas públicas, pois não davam conta da problemática social acometida às famílias.

As limitações impostas à vivência institucional para as crianças e adolescentes, as práticas de coerção e intimidação aplicadas, assim como outras deliberações jurídicas que infringem os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, trazem em seu cerne uma violência institucional e psicológica.

Alguns dos adolescentes que participaram da fuga foram encontrados na casa de conhecidos e familiares. Vimos que as crianças e adolescentes criavam mecanismos para contestar a instituição perante a intransigência de regras e normas. Assim, nos parece que essa fuga é tão sintomática quanto as demais ações empreendidas por eles. Compreender o que os adolescentes dizem com atitudes como essa requer uma análise crítica e a mudança de postura dos agentes institucionais, para que superem a limitação de julgar e punir tais comportamentos a partir das aparências.

No que diz respeito à afetividade das crianças e adolescentes com suas famílias, pudemos identificar fragmentos de discursos nos quais os termos *mãe, pai, irmãos* eram ligados a sentimentos de *saudade e tristeza*. Foi possível constatar que esses sentimentos perpassavam a relação do momento presente de suas vidas, o aqui e agora, com projetos para o futuro traduzidos em um único sonho: *sair da Casa Lar*.

Vivências do cotidiano, como o dia do aniversário sem a presença da figura materna, passavam a ter outro significado para as crianças e adolescentes: *não era a mesma coisa*. Essa situação faz reviver a perda da identidade familiar, coloca esses sujeitos numa posição na qual precisam se haver com um processo de reconstrução de suas histórias. A relação afetiva com a mãe estava imbricada com um processo de identificação no qual as crianças e os adolescentes associavam à figura materna suas próprias qualidades pessoais. Outros membros da família também eram associados aos

atributos que reconheciam em si mesmos. A seguinte passagem nos fornece um exemplo,

Estagiária: qual a sua maior qualidade?  
 Estagiário: Quê que você acha que cê tem de melhor?  
 L.: Que que eu tenho de melhor? Minha mãe!  
 Estagiário: o que faz você se sentir bem?  
 L.: Minha mãe. Minha mãe faz eu se sentir bem. (L., 10 anos)

O estabelecimento dos vínculos e as manifestações de afeto no contexto familiar tinham uma natureza ambivalente em alguns casos. Ao compartilharem suas vivências com a família, as crianças e adolescentes diziam do papel dos pais na educação dos filhos. Os trechos que se seguem ilustram a ocorrência das trocas afetivas e da interação face a face do cotidiano familiar,

(...) quando você faz uma coisa errado, sua mãe fala pra você pedir desculpa.  
 (...) se eu batisse na minha irmã e a minha irmã me batia, aí ela tinha que pedir desculpa. Então se eu batisse nela, aí era eu que tinha que pedir desculpa (I., 13 anos).  
 (...) eu não! Se eu brigasse com minhas irmãs toda vez eu que tava errado.  
 (E., 16 anos).

Por outro lado, no momento em que a mãe de I. falhou em seu papel de cuidadora e protetora, houve uma mobilização do adolescente que a denunciou ao Conselho Tutelar e relatou toda a situação de negligência a que estava exposto.

(...) a minha mãe gastava meu dinheiro com as coisas dela, ela não comprava as coisas pra mim. Ela não comprava roupa pra mim. Aí eu fui um dia e falei com a moça do Conselho Tutelar. (...) falei que ela tava pegando o dinheiro que meu pai deixou de pensão e gastando. (...) ela não comprava nada. Tinha comida em casa, tinha tudo em casa, mas ela não fazia também. Ficava pá rua. (I., 13 anos)

Apesar do histórico de brigas, conflitos e situações de risco no âmbito familiar que ocasionara o acolhimento institucional, muitos familiares procuravam manter contato com seus filhos no período em que esses estavam institucionalizados. Mas, devido à restrição judicial para a ocorrência de visitas, pais, irmãos, tios e outros parentes criavam suas próprias alternativas, comparecendo no portão das escolas, creches ou projetos comunitários no início ou término das atividades. I. dizia que quando sua mãe ia na escola, sua irmã sempre ia junto.

Essas ações às avessas empreendidas pelos familiares vão de encontro ao estudo de Oriente (2005), no qual foi constatado que as vinculações afetivas constituídas no

âmbito familiar, mesmo sendo mediadas por atos de violência, comparecem com solidez no período da institucionalização. Especificamente para as crianças e adolescentes, o pouco afeto obtido na interação familiar é guardado como um *tesouro*.

As situações em que ocorriam rupturas de vínculo com pessoas significativas do entorno, como no caso do desmembramento de grupos de irmãos, eram atravessadas por um processo subjetivo no qual as crianças e adolescentes ora manifestavam sentimentos de insegurança, medo e culpa, ora evidenciavam o anseio de restabelecer o vínculo desfeito.

No contexto das oficinas, pôde-se perceber um movimento de preservação dos elos de afetividade entre grupos de irmãos. Para um dos adolescentes participantes, que teve um irmão, sete anos mais novo, encaminhado para adoção internacional no início de 2011, a vivência e a demonstração do afeto fraternal ocorriam na maioria dos encontros,

(...) Deixa eu fazer uma carta pro meu irmão?  
 (...) meu maior sonho é voltar pra perto do meu irmão.  
 (...) quando eu for trabalhar, eu vou trabalhar firme e tentar ver um bom dinheiro pra eu ir lá pra Itália pra eu ver meu irmão (S., 14 anos)

Estagiário: Onde você estaria agora, se pudesse?  
 Estagiária: Nossa! Na minha casa.  
 S.: Ah, se fosse eu, eu taria lá na Itália, minha filha.

No discurso da juíza da Vara da Infância e Juventude e da gestora das instituições foi apontado que em alguns casos, após a constatação da impossibilidade do retorno à família de origem, a separação de grupos de irmãos daria oportunidade às crianças mais novas de terem uma família. O critério psicológico utilizado para o desmembramento fraterno, a partir da constatação de uma frágil relação de afetividade ou afinidade entre irmãos, contrasta com os anseios manifestos pelo referido adolescente. Assim também na literatura, Mota e Matos (2008) afirmam que o sentimento de pertença ao grupo familiar é um fator de organização, proteção e referência para o sujeito. O desejo de restabelecer os laços familiares rompidos é um aspecto iminente, a despeito de situações anteriores conflituosas.

A vivência da afetividade e as configurações vinculares no contexto familiar têm implicações sobre a produção da identidade de crianças e adolescentes. Na ocasião em que o adolescente I. procurou o Conselho Tutelar para denunciar a negligência materna, evidenciou-se uma faceta de sua identidade: a de *sujeito de direitos*. A esse respeito, Feitosa (2011) aponta uma perspectiva na qual crianças e adolescentes revelam um jeito

de ser e de agir caracterizado por um protagonismo infante juvenil. A partir do momento em que tomam conhecimento do que lhes cabe com relação aos próprios direitos, tornando-se crianças *sabidas*.

Outro ponto significativo que atravessa as questões identitárias e afetivas é o aspecto ambivalente na expressão dos sentimentos das crianças e adolescentes com a juíza da Vara da Infância e Juventude. A magistrada procurava estreitar os vínculos afetivos com os acolhidos, demonstrava intenso carinho e afeto por eles em suas visitas, levava-os para passar alguns fins de semana em sua residência, promovia eventos e presenteava-os em diversas ocasiões.

Por outro lado, mediante a desobediência às regras institucionais, ela agia de forma enérgica, deixava-os de castigo no fórum por vários dias, suspendia visitas previamente marcadas ou transferia adolescentes de instituição. As crianças e adolescentes por sua vez, eram recíprocos na demonstração do afeto, se comportavam docilmente na presença da juíza e, frequentemente, solicitavam o retorno ao lar de origem. Mas, perante as rígidas decisões judiciais mostravam sentimentos de raiva, mágoa, tristeza e revolta através de seus comportamentos.

Um fato surpreendente, ocorrido no final do ano de 2012, foi a comoção coletiva perante o anúncio da aposentadoria da juíza e seu desligamento da vara da infância e juventude. A primeira perda veio à tona, foi um momento de atualização do desamparo. Muitos afirmaram que iam ficar sem juíza, outros demonstravam em suas brincadeiras que a juíza tinha morrido e que nunca mais iria voltar.

Buscando uma reflexão a partir do processo de assunção e adjudicação de papéis, verificamos que a juíza assumiu um lugar significativo na vivência das crianças, semelhante ao que é ocupado pelos pais. Sendo assim, as crianças e adolescentes a viam como referência de autoridade e depositavam nela suas expectativas de mudança de vida.

Os pontos aqui expostos nos permitem uma reflexão referendada em Enriquez (1990), mais precisamente na relação de amor e ódio presente na constituição dos vínculos. Nas relações interpessoais, expressões de amor e de rejeição caminham lado a lado. Apesar de posições contraditórias assumidas entre as partes, prevalece a necessidade da presença do outro. Assim, reconhece-se que o outro é tão indispensável para a sobrevivência quanto o ar que dá a vida.

A experiência de separação e rompimento dos vínculos com pessoas significativas são aspectos fortemente presentes na vivência de crianças e adolescentes

institucionalizados. Notou-se que o momento de finalização das oficinas no ano de 2011, no qual ocorreu o desligamento das equipes de estagiários, foi doloroso para os participantes, e permeado de expectativas quanto à possibilidade da continuidade do trabalho no ano seguinte. Já no ano de 2012, percebeu-se outro nível de elaboração durante o momento de conclusão das atividades. As crianças e adolescentes trocaram presentes simbólicos representados por memórias e heranças em relação ao que foi marcante no grupo e que gostariam de transmitir aos colegas e aos estagiários que os acompanharam. A partir dessa constatação, pode-se assinalar a relevância de trabalhar o luto, as desvinculações e o fim do grupo com a proposta de oficinas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu a emergência das narrativas produzidas pelas crianças e adolescentes institucionalizados no contexto das oficinas de grupo, empreendendo um estudo que procurou dar “voz” a esses sujeitos. Diversas pesquisas avaliam que a participação ativa dos sujeitos implicados no processo de investigação permite problematizar a relação existente entre o pesquisador e seu campo de pesquisa. Ao operar no plano dos acontecimentos, o pesquisador deve guardar a disposição para acompanhar a intervenção e surpreender-se com ela (Paulon, 2005). A participação das crianças e adolescentes foi um aspecto relevante, pois revelou como o desenvolvimento psicossocial e as subjetividades se configuram na experiência de institucionalização.

Investigar os processos identitários e as relações afetivas de crianças e adolescentes institucionalizados significou entender as questões de ordem dialética que atravessam tais processos e os elos constituídos nos contextos de referência no quais esses sujeitos estão inseridos. A metodologia Oficinas de Grupo contribuiu para o alcance dos objetivos dessa pesquisa, na medida em que possibilitou a construção de novas relações identitárias e a circulação do afeto, visto que os participantes compartilharam suas experiências e se expressaram em diversas linguagens. O trabalho com vídeos e fotografias evidenciou um sentido de auto descoberta através das reações de surpresa e admiração ao se verem projetados na tela. O envolvimento com as atividades propostas, o entusiasmo nos momentos das filmagens e fotografias e a demanda pelo material registrado ao final da pesquisa nos mostraram aceitação com a proposta de oficinas de grupo.

O percurso histórico realizado auxiliou na compreensão do nosso objeto de pesquisa e na articulação com os pressupostos teóricos. A análise das mudanças sócio-político-econômicas em torno da concepção da infância em situação de risco social e do tratamento dispensado a ela possibilitou apreender as nuances das identidades infanto juvenis que seguem em um processo permanente de produção.

Vimos como a infância e a adolescência institucionalizadas foram predicadas, classificadas e qualificadas nos documentos legais e nos discursos dos agentes institucionais ao longo da história. No contexto pesquisado, o discurso da infância desqualificada e sem perspectivas de vida caminhou lado a lado com o discurso da vitimização e da superproteção. Os dirigentes institucionais pressionavam com ações



coercitivas as digressões às normas e esperavam que as intervenções psicológicas promovessem mudanças no comportamento das crianças e adolescentes.

Ao escutar as crianças e adolescentes foi possível ter acesso a cada particularidade, aos modos como pensavam, agiam e atribuíam significados às suas vivências. Esses aspectos, por sua vez, não só confirmaram os efeitos danosos das práticas institucionais punitivas, como também serviram para revelar as facetas da produção da identidade. Surpreendendo as expectativas gerais e os diagnósticos estereotipados presentes nos discursos institucional e jurídico, constatamos que as crianças e adolescentes se posicionaram como sujeitos de direitos ativos. As distintas formas de contestação às determinações institucionais e os mecanismos de preservação de suas identidades se revelaram como maneiras subjetivas de se posicionarem no mundo, uma vez que a vida lhes impôs tantos reveses.

A investigação das manifestações de afetividade e das relações vinculares confirmou sua natureza ambivalente. Conforme discute Paulon (2005), *conflitos e tensões são possibilidades de mudança, evidenciam que algo não se ajusta, está fora de ordem (...)* (p. 22). Quando a instituição nega os conflitos ou os abafa, vemos que ela tenta eliminar o surgimento de outras possibilidades de se vivenciar as relações.

Inevitavelmente, as crianças e adolescentes são afetados pelas múltiplas determinações institucionais, mas, apesar da institucionalização, são provocadores de mudanças nesses contextos. A força e a coesão do vínculo grupal serviram de apoio para que um grupo de crianças e adolescentes se mobilizasse em prol de seus interesses. A despeito da existência de conflitos na convivência diária entre as crianças e adolescentes, foi possível verificar a presença de uma significativa rede de apoio afetivo, representada nos laços de amizade, confiança, solidariedade e cumplicidade.

Ao revelarmos as contradições institucionais e os pontos nos quais os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente não são cumpridos, esbarramos na discussão sobre a violação de direitos imposta aos sujeitos pesquisados. Embora tenham ocorrido mudanças no âmbito das legislações para a infância e juventude, a institucionalização no contexto pesquisado mantém práticas arraigadas em concepções totalitárias.

Ao final do trabalho fica a boa sensação de que não somos os únicos. Os resultados aqui expostos somam-se às contribuições de outros estudos desenvolvidos na área, dando força à nossa crença de que é possível uma desinstitucionalização dos afetos e das identidades, ainda que entre muros e segregações. Os próximos passos devem ser dados na direção de derrubá-los definitivamente.

Assinalo que minha vinculação com a instituição, inicialmente no papel de psicóloga e posteriormente como pesquisadora, transformou minha relação com os sujeitos pesquisados. A intervenção caracterizou-se como um caminhar com efeitos mútuos. O planejamento, a execução e a avaliação dos encontros, bem como essa síntese final permitiram-me construir novos sentidos e significados para os contextos institucionais pesquisados e para as relações sociais neles engendradas. Considero, ainda que muitos aspectos possam ser explorados no trabalho de oficinas de grupo com crianças e adolescentes institucionalizados em pesquisas futuras.

Por fim, venho destacar que os documentos do Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do Conselho Federal de Psicologia<sup>17</sup>, são importantes subsídios para a instalação de processos de promoção de políticas públicas para a infância e a adolescência, do ponto de vista da Psicologia e das instituições que a procuram regulamentar criticamente enquanto profissão.

---

<sup>17</sup> Para maiores informações consultar: <http://crepop.pol.org.br/ãos>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abade, F. L. & Cruz, J. P. D. (2009). Intervenção psicossocial com oficinas em dinâmica de grupo: reflexões sobre o fazer com grupos de crianças e de adolescentes. *Anais do XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica. Das solidões às solidariedades: vínculos sociais contemporâneos em análise*, vol. único. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Achutti, L. E. R. & Hassen, M. N. A. (2004). Caderno de campo digital – Antropologia em novas mídias. *Horizontes Antropológicos*, 10(21), p. 273-289.

Afonso, M. L. (Org). (2003). *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Afonso, M. L. (Org). (2006). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Arantes, E. M. de M. (2010). Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(1), 5-16.

Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75.

Ayres, L. S. M.; Cardoso, A. P. & Pereira, L. C. (2009). O abrigamento e as redes de proteção para a infância e a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 125-136.

Ballone, G. B. (2003). A criança adotada e de orfanato. *Psiquweb psiquiatria geral*.

Recuperado em 26 de março, 2012,

<http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=52&sec=19>.

Borba, R.C.A.G. & Paludo, S.S. (2010). A institucionalização de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. *Âmbito Jurídico*, 78(3), Rio Grande.

Recuperado em 03 maio, 2012, de

[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8060](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8060)

Bowlby, J. (1982). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins.

Bowlby, J. (2002). *Apego e perda: apego*. (Vol.1). São Paulo: Martins Fontes.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em 14 outubro, 2012, de

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Brasil. *Lei n. 8069, de 30 de junho de 1990* (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, D.F. Recuperado em 24 de janeiro de 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

Brasil. (2003). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília, DF.

Brasil. (2005a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. NOB/SUAS*. Brasília, DF.

Brasil. (2005b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF.

Brasil. (2006). Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária./Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. Brasília, DF.

Brasil. (2009a). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF.

Brasil. *Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009* (2009b). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF.

Recuperado em 17 de novembro, 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)

Brasil. (2009c). Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF.

Brasil. (2012). Conselho Nacional de Justiça. *Cadastros Infância e Juventude*. Brasília, DF. Recuperado em 08, abril, 2013 de, [http://www.cnj.jus.br/images/programas/relatorios-anuais/cadastro\\_adocao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/relatorios-anuais/cadastro_adocao.pdf)

Cardoso, L. F. V. (2012). Organização da Rede de Assistência Social do município de S. J. D. R. – Relatório escrito com base no processo de Iniciação Científica/UFSJ (relatório não publicado)

Castilho, S. S. & Vieira-Silva, M. (2011). Performance musical em corporações dos Campos das Vertentes e sua articulação com as tradições culturais. *Memorandum: memória e história em psicologia*. (21), 217-237.

Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2006). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

Ciampa, A. C. (1994). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

- Ciampa, A. C. (1997). *Identidade*: In: Lane, S. T. M.; Codo, W. G. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Decherf, G. (1986). *Édipo em grupo: Psicanálise e grupos de crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*, (24), 213-225.
- Enriquez, E. (1990). *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fante, A. & Cassab, L. A. (2007). Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Revista Textos & Contextos* 6(1), 154-174.
- Feitosa, A. G. S. (2011). *A infância abrigada: Impressões das crianças na Casa Abrigo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, BR.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Gill, R. (2002). Análise de discurso. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G (org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: vozes.
- Lane, S. T. M. (1989). O Processo Grupal. In: Lane, S. T. M; Codo, W. (Orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1995). A Mediação Emocional na Constituição do Psiquismo Humano; In: Lane, S. M. & Sawaia, B. B. (Orgs). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Machado, M. N. M. (2007). Entrevistas de pesquisa não-estruturadas e semi-estruturadas. In Garcia, F. C. & Honório, L. C. *Administração: Metodologia, organizações, Estratégia*. (pp. 41-66). Curitiba: Juruá.
- Machado, M. N. M. (2008). Análise do discurso nas ciências da administração. In Helal, D. H.; Garcia, F. C. & Honório, L. C. *Gestão de pessoas e competência: Teoria e Pesquisa*. (pp. 341-368). Curitiba: Juruá.
- Machado, M. N. M. (2012). Violência, Políticas Públicas, Minas Gerais. Palestra proferida no *I Congresso Internacional de Psicanálise sobre violência e processos segregatórios: subjetividade e realidade social*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Magnani, J. G. C. (1997). O (velho e bom) caderno de campo. *Revista Sexta-feira*, n.1.
- Maheirie, K. (2001). Constituição do sujeito e identidade. In: “*Sete Mares numa ilha*”: *a mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva*. Tese de

doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil.

Maingueneau, D. (1998). *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder*. San Salvador: UCA Editores.

Minas Gerais. (2009). Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais. Conselho Estadual de Assistência Social. *Plano Estadual de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Belo Horizonte, MG.

Minayo, M. C. S. (Org); Deslandes, S. F.; Cruz Neto, O.; Gomes, R. (2004). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (23ª ed). Petrópolis: Vozes.

Morais, N. A.; Leitão, H. S.; Koller, S. H. & Campos, H. R. (2004). Notas sobre a experiência de vida num internato: aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento de internos. *Psicologia em Estudo*, 9(3), 379-387.

Moreira, M. I. C. (2009). A transitoriedade e os vínculos psicossociais na condição do abrigo. *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Psicologia Social e Políticas da Existência: fronteiras e conflitos*. Maceió, AL, Brasil.

Mota, C. P. & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade*, 20(3), 367-377.

Nascimento, M. L. do; Coutinho, A. P. C. & Sá, D. A. de. (2010). Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 5(1), 104-111.

Oliveira, S. D. (2004). O judiciário e a medida de abrigo no âmbito da proteção integral: a experiência do Rio de Janeiro. In: Silva, E. R. A. (Org.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/Conanda.

Oliveira, S. V. & Próchno, C. C. S. C (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 62-85.

Oriente, I. & Souza, S. M. G. (2005). O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, 11(17), 29-46.

Orlandi, E. P. (2005). *Análise de discurso*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes.

Pagès, M. (1982). *A vida afetiva dos grupos: esboço de uma teoria da relação humana*. Tradução de Luiza L. Leite Ribeiro. Petrópolis: Vozes.

Parreira, S. M. C. P. & Justo, J. S. (2005). A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 175-180.

- Paulon, S. M. (2005). A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 18-25.
- Pichon-Riviere, E. (1988a). *O processo grupal*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Pichon-Riviere, E. (1988b). *Teoria do vinculo*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Pinheiro, E.M.; Kakehashi, T.Y. & Angelo, M. (2005). O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 13(5), 717-722.
- Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, M A. M, & Vieira, N. F. C (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista de Enfermagem*, 15(2), 276-83.
- Ramos, G. (1983). *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Reis, J. F. (2010). *Nos caminhos da judicialização: um estudo sobre a demanda judicial pelo benefício de Prestação Continuada*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- São Paulo. (2007). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e CENPEC São Paulo. *Parâmetros das ações socioeducativas: igualdade como direito, diferença como riqueza - o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 18 anos*. São Paulo, SP.
- Sierra, V. M. (2004). *A Judicialização da Infância: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Siqueira, A. C. & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Siqueira, A.C. & Dell'Aglio, D.D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia e Sociedade*, 23(2), 262-271.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. (Vol. 2) Lisboa: Livros Horizonte.
- Teixeira, A. P. G. & Machado, M. N. M. (2010). A cultura brasileira na erradicação do trabalho infanto-juvenil: entrevistas com auditores fiscais e crianças trabalhadoras. In: D. Helal; F. C. Garcia & L. C. Honório (Orgs.). *Relações de poder e trabalho no Brasil contemporâneo*, 219-239.

Tittoni, J.; Diehl, R. & Maraschin, C. (2006). Ferramentas para uma psicologia social. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 407-415.

Trask, R.L. (2006). *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. (2ª ed). São Paulo: Contexto.

Vectore, C. & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*, 12(2), 441-449.

Vieira-Silva, M. (2000). *Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil.

Zaniani, E. J. M. & Boarini, M. L. (2011). Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 272-281.

(Anônimo). Regimento Interno da Casa Lar “Amar é Simples”.



## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As crianças e adolescentes abrigados nas instituições Casa Lar e Abrigo Regional de Santa Cruz de Minas estão sendo convidados a participar do seguinte estudo: *Processos identitários e relações afetivas de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com Oficinas de Grupo*.

Os avanços nesta área ocorrem através de estudos como este, por isso a autorização da guardiã legal das crianças e adolescentes, para a participação dos mesmos é importante. O objetivo deste estudo é descrever e analisar o processo de construção da identidade individual e coletiva e as manifestações de afetividade em crianças e adolescentes institucionalizados, com o uso do recurso de Oficinas de Grupo.

Após o consentimento, será necessária a participação das crianças e adolescentes em encontros grupais semanalmente em recintos da Universidade Federal de São João Del Rei.

No decorrer da investigação, pode ser necessário aplicar entrevistas individuais e grupais e usar recursos de filmagens, gravação e fotografias, apenas para uso específico dos grupos, sem intenção de divulgar a imagem dos participantes para quaisquer outros fins. Vale ressaltar que o presente estudo não oferece riscos aos participantes, como risco à saúde física, contaminação ou prejuízo emocional aos mesmos.

O responsável pela tutela das crianças poderá ter todas as informações que quiser e poderá não autorizar a participação das crianças e adolescentes na pesquisa ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem prejuízo no desenvolvimento do trabalho. Pela participação no estudo, as crianças e adolescentes não receberão qualquer valor em dinheiro, mas terão a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de responsabilidade das instituições de acolhimento. Os nomes não aparecerão em qualquer momento do estudo.

Não há riscos ou desconfortos no estudo: está sendo informado de que não será adotado nenhum procedimento que lhe traga qualquer desconforto ou risco à sua vida.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que as crianças e adolescentes abrigados na Casa Lar e no Abrigo Regional de Santa Cruz de Minas serão submetidos. Eu entendi que como responsável pela tutela das crianças e adolescentes sou livre para interromper a participação dos mesmos a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará o desenvolvimento do trabalho. Sei que os nomes das crianças e dos adolescentes não serão divulgados, que não terão despesas e não receberão dinheiro por participar do estudo. Eu concordo com a participação das crianças e adolescentes acolhidos na Casa Lar e no Abrigo Regional de Santa Cruz de Minas no estudo citado.

São João del-Rei...../ ...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário ou seu responsável legal  
identidade

Documento de

Sabrina Simões Castilho

Pesquisador responsável

Telefone de contato: (32) 9993-4617

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM A COORDENAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

- 1) Como você vê os desafios para o cumprimento do ECA?
- 2) Todas as crianças e adolescentes atualmente abrigadas têm família?
- 3) Como é a possibilidade das crianças e adolescentes retornarem às suas famílias de origem? É possível dizer quantos casos estão em andamento?
- 4) Quais as principais dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes abrigados para suas famílias?
- 5) Como tem ocorrido a autorização para receber/fazer visitas de familiares? Em quais situações isso é possível?
- 6) Quais os motivos que têm impedido o contato de algumas crianças/adolescentes com seus familiares?
- 7) Há informação de quantas dessas famílias estão recebendo orientação e acompanhamento no CREAS?
- 8) Há casos que é preciso separar grupos de irmãos? Como tem ocorrido essa situação?
- 9) Como surgiu a denominação “Casa Lar”?

## APÊNDICE C

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURA COM A JUÍZA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

- 1) Como a Dra. vê os desafios para o cumprimento do ECA?
- 2) Como a Dra. vê a articulação da rede de assistência social da região com o trabalho das instituições de acolhimento?
- 3) Como tem sido o trabalho de retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem? Quais as principais dificuldades nesse trabalho?
- 4) Como tem ocorrido a autorização para os familiares visitarem as crianças/adolescentes?
- 5) Existem motivos que impeçam o contato das crianças/adolescentes com seus familiares? Quais?
- 6) Como tem sido o trabalho da Vara da infância na inserção e integração de crianças/adolescentes em famílias substitutas?
- 7) Há casos em que é preciso separar grupos de irmãos para a adoção? Como têm sido definidos esses casos?

**APÊNDICE D****QUESTIONÁRIO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE  
ACOLHIMENTO**

- 1) Quantas crianças estão abrigadas atualmente?
- 2) É estabelecido um limite máximo, em termos de número de crianças, que a casa comporta?
- 3) Faixa etária atual/Faixa etária de maior concentração
- 4) Porcentagem média de:  
  
 meninos  
 meninas
- 5) Qual o tempo médio em que as crianças/adolescentes têm permanecido no abrigo? Especificar em números de casos.  
  
 até 6 meses  
 de 6 meses a 1 ano  
 de 1 a 2 anos  
 entre 2 e 5 anos
- 6) As crianças têm participado de atividade de cunho religioso?  sim  não
- 7) De qual natureza?  
  
 católica  
 evangélica  
 espírita  
Outra: \_\_\_\_\_
- 8) Quais escolas e creches têm atendido as crianças/adolescentes do abrigo?
- 9) Quantas e quais redes de serviços públicos ou privados atendem as crianças/adolescentes abrigadas?

10) Há pessoas da comunidade realizando trabalhos voluntários dentro do abrigo?

( ) sim ( ) não.

11) De que natureza seria esse trabalho?

12) Quantos funcionários há atualmente na instituição?

13) Instalações físicas:

Número de dormitórios. ( )

Quantas crianças são mantidas por dormitório?

14) Os principais motivos para o abrigamento. Especificar em números de casos:

negligência ( );

maus-tratos/violência doméstica/agressão física ( );

abandono ( );

alcoolismo ( );

pobreza ( );

vivência/situação/trajetória de rua da criança ( );

abuso/suspeita/tentativa de violência sexual ou prostituição infantil ( );

uso/tráfico de drogas por parte dos pais ( );

ausência de um ou ambos os genitores por falecimento/prisão/desaparecimento/internação hospitalar ou psiquiátrica ( );

Outros motivos \_\_\_\_\_.

15) Quem em primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, mais encaminha crianças para a instituição?

( ) Conselho Tutelar,

( ) Juizado da Vara da Infância e Juventude, Ministério Público,

( ) Polícia,

( ) Secretaria Municipal de Assistência Social,

( ) Famílias.

16) Existe algum convênio entre São João del Rei e outros municípios que possibilite o encaminhamento de crianças/adolescentes para outras instituições?

( ) sim ( ) não

17) Esse convênio é: ( ) formal ( ) informal

18) Existe alguma metodologia que ajude a direcionar para o trabalho no abrigo com as crianças/adolescentes e as cuidadoras?

19) É mantido um prontuário individualizado e atualizado sobre as crianças/adolescentes acolhidos?

20) Que tipos de apoio a jovens em processo de desligamento da instituição é oferecido?

( ) visitas domiciliares,

( ) doações,

( ) encaminhamento para qualificação profissional,

( ) encaminhamento do jovem para uma vaga de emprego,

( ) apoio financeiro.

21) Qual tem sido o número, em média, do destino dos abrigados?

( ) Retorno à família de origem

( ) Inserção em família substituta {adoção em território nacional}

( ) Inserção em família substituta {adoção em território internacional}

22) Quais das seguintes composições familiares é possível identificar entre as crianças/adolescentes abrigadas?

Família nuclear composta por pai, mãe e irmãos ( )

Família com madrasta e/ou padrasto ( )

Famílias monoparentais femininas (com ou sem irmãos): ( )

Composições familiares não eram conhecidas ( )

## APÊNDICE E

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM CONSELHEIROS TUTELARES

1. Quantas crianças do município de São João del-Rei estão abrigadas na Casa Lar?
2. Quais são os principais motivos para a criança ser encaminhada para a Casa Lar?
3. É feito algum trabalho de prevenção junto as famílias em situação de vulnerabilidade? Como ocorre?
4. E quanto a questão da dependência química que é considerada epidêmica? Existe um trabalho específico de prevenção para a dependência química?
5. Como acontece o trabalho do conselho? Como são dadas as informações para a família?
6. Como era feito o acolhimento antes da inauguração da Casa Lar-abrigo?
7. E as crianças e adolescentes infratores?
8. Existe algum curso ou treinamento especial para os conselheiros?
9. Quais as dificuldades que vocês vêm para cumprir o ECA?